STOP no Porto págs. **4 a 6** • **Memória dos escravos ao Sul** págs. 26 a 28 • **Manual de desbatização** pág. 32

mapa: Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 39
OUTUBRO-DEZEMBRO 2023
TRIMESTRAL / ANO XI
3000 EXEMPLARES
PVP: 2€
WWW.JORNALMAPA.PT
DIRECTORA: ANA GUERRA

Ilustração: Catarina Leal

Assina o Jornal Mapa
descobre como em jornalmapa.pt/assinatura-do-jornal

Migrantes entre a morte e a vigilância

Os tempos são críticos para o Ocidente «fortaleza», com a sua falsa paz ameaçada pela guerra global e pelo aumento de fluxos migratórios. Nas fronteiras, a gestão militarizada continua a condenar centenas de pessoas à morte no Mediterrâneo [pags. 13-15] enquanto que a gestão policial interna dos Estados ocidentais submete quem consegue entrar ao monitoramento e vigilância por meios burocráticos e, cada vez mais, por apps digitais [pags. 17-19].

A terra a quem a trabalha

A evocação da Reforma Agrária é essencial para uma agroecologia que não quer ser dissociada das lutas políticas do campesinato. Uma memória desde as terras alentejanas do Vimieiro. **[págs. 20 a 23]**

Habitação contra a especulação

As ruas estão em luta pela habitação e pela sobrevivência quotidiana - protestos, okupas e projectos associativos, como a Akra em Montemor-o Novo. **[págs. 3, 11-12, 29]**

Quem guarda as florestas?

O eucaliptal e pinhal tomaram outrora conta das serras sob o olhar repressivo da Guarda. Com as tragédias dos incêndios, a força da lei voltou a cair sobre quem aí vive. **[págs. 6-11]**

Sem futuro não há paz

No dia 26 de setembro, duas jovens da Greve Climática Estudantil atiraram ovos com tinta ao ministro do Ambiente, Duarte Cordeiro. No dia 7 de outubro, jovens do Climáximo estilhaçaram a fachada da REN em Lisboa. A 21 desse mês foi a vez de uma montra da loja de luxo da Gucci. Entre estes eventos, uma série de ações foram organizadas separadamente por estes dois coletivos, mas com o mesmo intuito: quebrar a normalidade para passar a mensagem «Sem futuro não há paz».

CATARINA LEAL
CATARINALEAL@JORNALMAPA.PT

Desde o início de setembro, a Greve Climática Estudantil (GCE) promoveu ações que vêm no seguimento das ocupações de escolas e de universidade ocorridas há cerca de um ano. As reivindicações são as mesmas: o fim dos combustíveis fósseis até 2030 e eletricidade 100% renovável e acessível a todos até 2025.

O coletivo considerou que era necessário escalar a onda de protestos. De acordo com Catarina, da GCE: «Somos jovens sem futuro e, por isso, fomos obrigados a fazer isto. [...] Porque, se ocupar os nossos espaços não foi suficiente, precisávamos de ir diretamente às instituições de poder».

A nova onda de ações teve início com o bloqueio ao conselho de ministros do dia 14 de setembro. As entradas foram fechadas com os próprios corpos, com recurso a tubos de metal e colando-se às portas, para passar a mensagem: «Nós não vamos dar paz ao governo, até que eles se comprometam que este é o último inverno em que é usado gás fóssil para produzir eletricidade em Portugal.» Nesse dia, foram identificadas 20 pessoas e detidas 17. Por esse motivo, a Marcha Global pelo Clima, prevista para o dia seguinte, e que iria partir da Cidade Universitária de Lisboa, foi reconvocada para a porta do Ministério Público de Oeiras, onde as pessoas detidas iriam ser ouvidas. Nessa ocasião, uma militante do Climáximo que estava a filmar a concentração foi detida e condenada ao pagamento de uma multa.

Após estas ações, no dia 26 de setembro, Catarina e outra jovem da GCE atiraram ovos com tinta ao ministro do ambiente durante a abertura da CNN Portugal Summit. De acordo com a entrevistada, este evento tratou-se de uma conferência «de fachada» sobre transição energética, patrocinada pela GALP e pela EDP, «as empresas mais poluentes de Portugal».

CLIMÁXIMO

> Estamos a discutir a construção de um novo aeroporto, de um novo gasoduto, o que é absolutamente impensável! Estes projetos são projetos de morte.

Em estado de Guerra: o que fazer?

«Nós já fizemos tudo o que a nossa imaginação nos permitiu. Já fizemos petições, manifestações, já tivemos reuniões com políticos, com instituições, já fomos às empresas, já fomos fechar o terminal de gás do porto de Sines, já fizemos mil e uma coisas… nós tivemos uma manifestação em 2019 em Portugal com 40 mil pessoas. E nada mudou, as emissões continuam a aumentar...» As palavras são de Maria, uma das porta-vozes do Climáximo, que também tem estado envolvida nas ações organizadas por este coletivo nas últimas semanas: «Estive no bloqueio da Segunda Circular, estive na acção da REN e fui também detida ilegalmente pela polícia durante a maratona da EDP», onde era previsto decorrer uma manifestação pacífica.

A entrevistada descreveu-nos estas várias ações. No dia 27 de setembro, Dia Mundial do Turismo, o Festival Mundial de Aviação foi interrompido com faixas e palavras de ordem, e o edifício da FIL (Feira Internacional de Lisboa) foi pintado de vermelho em protesto contra as emissões de jatos privados e pela redução urgente da circulação aérea.

Em outubro, bloquearam várias artérias principais da cidade de Lisboa: no dia 3 a Segunda Circular, no dia 4 a Rua de São Bento e no dia 6 a Avenida de Roma. Segundo Maria, alguns automobilistas ficaram exaltados e chegaram mesmo a agredir as manifestantes, mas também houve quem as defendesse e demonstrasse o seu apoio.

Para a jovem do Climáximo, estas ações visam interromper a normalidade: «O nosso objetivo é forçar as pessoas a parar aquilo que estão a fazer e perceberem que nós estamos a ser mortos em massa, que está a acontecer um genocídio, e que esse genocídio tem culpados, que são as empresas da indústria fóssil e os governos. [...] Em Portugal ainda estamos a discutir a construção de um novo aeroporto, de um novo gasoduto, o que é absolutamente impensável! Estes projetos são projetos de morte.»

Nos dias que se seguiram, o Climáximo organizou ações diretas em sedes de empresas. No feriado do 5 de outubro, pintaram de vermelho a fachada da REN. Dois dias depois, foram partidos vidros deste edifício: «Temos de reconhecer que isto é uma guerra declarada pelas empresas e pelos governos, e nós, mesmo não sendo culpados por esta guerra, somos responsáveis por travá-la. [...] Queremos ter este debate coletivamente, ter toda a sociedade a pensar: "Depois de pararmos esta guerra, como vamos reconstruir a sociedade?"».

Os dois coletivos confirmam que os seus calendários de ações são independentes e que não estão coordenados entre si. Entretanto, o Climáximo garante continuar a fazer mais ações (surpresa!) e a GCE promete, a partir de 13 de novembro, avançar com novas ocupações estudantis.

Ocupa-me!

A 30 de setembro, no seguimento da manifestação «Casa para viver, planeta para habitar», um grupo de cerca de 45 pessoas ocupou um edifício devoluto na Rua de Arroios, em Lisboa.

CATARINA LEAL
CATARINALEAL@JORNALMAPA.PT

Imediatamente após a mais recente manifestação pela habitação em Lisboa, correu um apelo a um encontro em frente a um prédio de dois andares, vazio, na Rua de Arroios. As pessoas que ali se dirigiram encontraram uma porta aberta e uma faixa pendurada na última varanda do imóvel, com a palavra: «Ocupa-me».

Desde 1936, a casa foi propriedade de seguradoras, de empresas-fantasma e de fundos de investimento. Neste momento, pertence à imobiliária JLL, com sede nos Estados Unidos.

Este é um edifício com dois andares, cerca de 50 divisões, 6 cozinhas, 7 casas de banho e 4 salões. Algumas frações estão abandonadas há décadas e, por isso, em estado degradado, mas outras encontram-se habitáveis ou mesmo renovadas.

Cerca de 20 pessoas participaram regularmente do quotidiano da casa. Em entrevista, uma das pessoas que participou neste processo disse-nos que «o objetivo era ter um espaço em Lisboa em que se mostrasse que não se aceita mais o preço das rendas, e por isso queríamos mostrar que estávamos ali a ocupar um espaço aberto onde várias pessoas pudessem ir.»

Por altura do despejo, o grupo ainda não tinha decisões definitivas sobre as funções a dar àquele prédio. Mais do que um espaço de habitação, tinham ponderado criar um centro social, num contexto em que muitos espaços associativos em Lisboa se encontram em risco de despejo.

A ocupação terminou na terça-feira, dia 3 de outubro, após visitas da polícia. O grupo lançou uma convocatória para um evento público no feriado do 5 de Outubro. Nesse dia, as pessoas encontraram as portas do edifício já entaipadas. Este facto não impediu que ocorresse um evento simbólico, no jardim em frente do prédio. Nessa ocasião, foi divulgado um manifesto nas redes sociais:

«Como muitas outras, estamos a ser expulsas de Lisboa. Ao mesmo tempo, casas como esta são transformadas em mercadoria, sem cumprir com a sua função social de habitação. Por consequência, nos últimos tempos vemos cada vez mais pessoas e colectivas a serem despejadas para que os edifícios possam ser vendidos e revendidos por fundos de investimento. [...] Vemos também os bairros de construção informal na periferia a serem demolidos (Talude, Trafaria, 2º Torrão). Basta! Não aceitamos mais isto. [...] Quando o sistema económico actual nos rouba o direito fundamental à habitação, exigimos espaços para viver e apelamos às ocupações.»

OUTROS ÂNGULOS

O grupo continua a organizar assembleias para decidir o que fazer no futuro. Segundo a ocupante entrevistada, «As pessoas estão a querer organizar-se. Ainda não há nada de certo, mas há motivação.»

Uma universidade hostil à habitação estudantil

OS E AS 29 ACUSADAS PELA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O movimento estudantil acordou com mais uma tentativa de criminalização, desta vez em Coimbra, à mão do vice-reitor para as áreas do Património, Edificado, e Habitação Universitária, Alfredo Dias. Na marcha do 25 de Abril deste ano, dezenas de academistas juntaram-se aos elementos de um bloco combativo, que reivindica a memória histórica de luta que esta data simboliza, uma ação que se materializou na ocupação de um espaço abandonado.

À semelhança desta marcha, também a ação se pautou por uma pluralidade de reivindicações, centrando-se sobre as problemáticas da habitação e ação social precárias na cidade. O edifício corresponde aos antigos serviços médicos dos SASUC (Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra). Para ele, existia já um projeto de edificação para uma residência universitária, que se fazia acompanhar por um cartaz de projeto de obra, que nunca foi concretizada, deixando ao abandono mais um edifício da Universidade. O intuito da ocupação era reivindicar a urgência de que obras como estas fossem de facto realizadas, e não apenas prometidas.

A certa altura, a polícia apresentou-se e procedeu à identificação de quem ali estava. Registou a ocorrência, sem que, nesse momento, tivesse havido qualquer parte acusatória ou pedido para nos retirarmos. Uma vez que o espaço se encontrava aberto, aí nos mantivemos e, após a sua limpeza, iniciou-se uma Assembleia Popular. Decidimos como proceder e discutimos problemáticas urgentes, que, além das já citadas, incluíam a ação climática, o abolicionismo penal e como a crise da habitação afeta desproporcionalmente pessoas empobrecidas, *queer* e migrantes. No final, ofertámos um jantar comunitário para a restante comunidade que se mostrou solidária com a ação, contabilizando ao todo uma centena de pessoas ao longo do dia.

Como reagiu a reitoria? Quis ouvir as propostas desta Assembleia? Não. Pouco depois da meia-noite, já com um auto de denúncia, houve nova ação policial, desta vez entrando com as chaves do edifício, que, segundo mencionaram, teriam sido entregues pelo vice-reitor.

Após uma breve negociação, saímos com os nossos pertences, tendo havido, entre as duas ações, um total de 29 pessoas identificadas, que logo se tornariam arguidas num processo sustentado em falsidades: que teríamos arrombado a porta e permanecido no edifício após intimação a sair. Somos acusadas pelo artigo 190º, que se refere à introdução em habitações pessoais e não em prédios devolutos, e pelo 191º, que refere um suposto local vedado, quando se verifica que não estava de facto vedado. Sabemos que, além de procurarem incriminar estudantes, também manifestaram interesse em ser indemnizados, vulgo, retirar o pouco que temos.

> A sua [da Universidade] solução para a habitação são celas de prisão.

Esta tentativa de intimidação parte de uma instituição sem propostas para a habitação. De facto, contam-se mais duas Residências Universitárias fechadas em relação ao ano letivo passado e várias Repúblicas Estudantis em risco. No presente ano, o reitor Amílcar Falcão mostrou profundo desconhecimento das condições materiais estudantis: dos 300 mil euros alocados para apoio social, apenas 128 mil foram usados, como declarou ao jornal estudantil A Cabra cinco dias antes do 25 de Abril, justificando com um «isso não é culpa nossa, pelos vistos os estudantes não precisam». O vice-reitor Alfredo Dias tem à sua disposição 75 mil euros para bens e serviços que gostaríamos de ver prestados à Habitação Estudantil.

O facto deste caso ser matéria penal diz-nos tudo que há para saber sobre a proposta da Universidade: a sua solução para a habitação são celas de prisão.

Da escola de música à música que nos dão com as escolas

O mesmo Rui Moreira que despeja uma escola indica outra como solução para um centro comercial que também está a tratar de despejar.

LEONARDO AGUIAR

JULIANO MATTOS (ATIVISMO EM FOCO)

Estamos em outubro de 2017. O céu está coberto de cinza e fuligem. Pedrógão estava a arder, e todos os olhos estavam postos naquele território onde tantas vidas se perderam. Mais a norte, numa qualquer viela do Porto, nascia o sonho de um novo espaço libertado, onde se pudesse sacudir a cinza e a fuligem da vida na cidade.

Nascia A Travêssa na antiga Escola Básica José Gomes Ferreira, há anos abandonada e vazia de crianças, de gente, de sonhos. Em novembro de 2017 o Jornal MAPA dava conta dessa história, enredada em tantas outras, em tanto semelhantes.

Naquele espaço lia-se num estandarte, numa frase roubada às *Aventuras* de *João sem Medo*, do próprio José Gomes Ferreira, «É proibida a entrada a quem não andar espantado de existir». Rui Moreira, que pouco se espanta com tudo o que não seja bem embrulhado num papel azul e branco e carimbado com essa «marca» que já tantos prémios terá ganho, e seus subalternos não deixaram sequer a poeira assentar.

Em menos de 72h, a Polícia de Segurança Pública e a Polícia Municipal restauraram o normal funcionamento das instituições, pela segurança de todos, não fossem esses doidos que andam espantados de existir acharem que aquele deveria ser um espaço devolvido à comunidade. Foram 21 pessoas que foram levadas em tranches para a esquadra da PSP do Heroísmo, acusadas nem elas sabiam muito bem do quê. Talvez de partirem as portas de entrada da escola?

Ou talvez essas portas tenham sido partidas por funcionários públicos paramilitares vestidos de *kevlar* da cabeça aos pés com uma marreta nas mãos? (que quem nunca quis partir a porta da escola à marretada atire a primeira pedra, mas ali não foram lançadas pedras, e nem sequer insultos). Talvez tenha sido a concretização de uma fantasia juvenil de Manuel Leitão, Chefe da Polícia Municipal há quase 30 anos, homem-forte de Rui Moreira e de Rui Rio antes dele? O homem à cabeça do despejo da Es.Col.A. da Fontinha, ele próprio a cabeça da instalação de um sistema de CCTV na cidade? Terá sido? Não ouso adivinhar.

O argumento era de que aquele espaço era arrendado ao Instituto Politécnico do Porto (IPP), que em última análise o transformaria numa alternativa à Fábrica, na Rua da Alegria. E como tal, a permanência da comunidade era um absoluto ultraje aos planos do IPP. Talvez valha a pena acrescentar que quem formalizou queixa contra as pessoas que estavam no espaço à data do despejo, alta funcionária do IPP… era também vereadora sem pelouro na CMP. Há que recompensar quem trabalha bem, certo?

Não é preciso recuar muito mais para lembrar uma outra escola, também essa abandonada durante anos pelos poderes locais e centrais, e que se transformou num espaço autogestionado durante um longo e intenso ano. Essa história termina em abril de 2012, e deixa a cidade mais vazia, mais fria, mais despida de si própria. A Es.Col.A. da Fontinha foi um momento incontornável da história da nossa cidade, não da cidade deles, e o seu despejo deixa até hoje um sabor amargo na boca de todos os portuenses que não se revêem na marca do porto ponto.

As portas partidas pela PSP durante o despejo d'A Travêssa.

Open space em parque de estacionamento

Avancemos no tempo. Estamos em julho de 2023. O turismo retomou, a cidade está efervescente de vida plástica! Tudo de volta aos conformes da visão de Rui Moreira, autarca esse que queria instalar *checkpoints* à entrada da cidade durante o primeiro confinamento criado para contenção da pandemia de Covid-19. O caso «Selminho» incomodou-o menos do que os autocolantes que cada duas por três reaparecem nos postes de luz da cidade, que ousam dizer «Morto.» em vez de «Porto.». Que devassa essa à cidade e sua marca.

O Porto amanhece com uma mensagem alarmante: o Centro Comercial Stop (CC Stop) está a ser despejado, sem qualquer pré-aviso às pessoas que o ocupam. Mas não era bem, bem o CC Stop que estava a ser despejado…

Era uma morte há muito anunciada, mas sempre protelada. De alguma forma, o CC Stop conseguia permanecer num marasmo cinzento de legalidade. Naquela manhã, os músicos e lojistas e restante Porto perdem acesso a este espaço autocriado e em grande parte autogestionado. Foram vedadas 105 das 126 lojas ocupadas por músicos, lojistas, estúdios de gravação e ateliers de arte.

À cabeça do ocorrido, surpreendam-se as madames, Manuel Leitão, perpetuamente de rosto sereno e meio sorriso nos lábios. «As lojas não têm licença para operar», argumentava-se. «Mas que licenças são precisas?», perguntava-se. Silêncio, ouvia-se.

Alguns dos músicos conseguiram, ainda no próprio dia, recuperar o equipamento que mantinham nessas lojas convertidas em estúdios de música e salas de ensaio. Outros, nem por isso. Alguns optaram por deixar algum equipamento para trás, sabendo que lhe iam perder acesso até enviarem um pedido por escrito à PSP para levantamento desse mesmo equipamento.

Nos gabinetes da autarquia, entre sorrisos amarelos e operações de charme na cidade, Rui Moreira dizia que «os músicos não foram avisados do dia em que a operação iria ocorrer já que a ação da Polícia Municipal não passa pelo autarca, que diz também não ter sido avisado». E é na face de uma revolta popular que nem Rui Moreira nem o seu subalterno Ricardo Valente, atual vereador da Economia da Câmara Municipal do Porto e Administrador da Porto Vivo SRU, esperavam encontrar que começam a surgir alternativas e hipóteses, de forma tão incrivelmente benevolente.

A primeira hipótese, já antes apresentada à comunidade Stop e peremptoriamente rejeitada, era «um *open space* nos dois últimos pisos do Silo Auto». Para contexto, para quem não esteja familiarizado com a história, o Stop é há vários anos uma pedra no sapato de verniz de Rui Moreira. Ora que é insalubre, ora que não tem condições, ora que há queixas de ruído. Só que, até aquele dia de julho, ainda não tinham descoberto como deixar cair o machado que há tanto tempo faziam pairar sobre o pescoço do Stop.

Mas, para salvar a face, claro, a autarquia acabava por sugerir uma alternativa absolutamente viável para os músicos do Stop saírem daquele espaço que tanto incómodo causa. Um parque de estacionamento, em espiral, em cimento. Tiremos um momento para pensar em dezenas de bandas, dos mais variados géneros, a ensaiarem lado a lado,

num *open space* de cimento, em simultâneo. É de aquecer o mais gélido dos corações, e furar o mais resistente dos tímpanos. Naturalmente, a resposta foi tão rápida como o processo de pensamento por trás da ideia: um rotundo não.

Onde há fumo, há especulação

Começam a surgir burburinhos. Teorias da conspiração. Pontas soltas que se unem e talvez contem uma história um bocadinho mais negra do que aquilo que se esperava.

Bem atrás do CC Stop, existe o antigo Palácio da Ford. Este complexo industrial do séc. XX está há mais de 30 anos abandonado. Durante vários anos, aquele descampado aos socalcos servia de parque de estacionamento improvisado para os utilizadores do Stop. Nos idos de 2016 (ou 17, ou 18… pré-covid!), o espaço é comprado, e o acesso a esse terreno torna-se limitado. Há uma cancela, e um «securita». Pobre homem, pago para passar os dias dele a olhar para ontem e a impedir as pessoas de estacionarem num terreno onde não se passa rigorosamente nada.

Naquela manhã, os músicos e lojistas e restante Porto perdem acesso a este espaço autocriado e em grande parte autogestionado.

JULIANO MATTOS (ATIVISMO EM FOCO)

JULIANO MATTOS (ATIVISMO EM FOCO)

Sensivelmente ao mesmo tempo, começam as assembleias gerais no Stop, porque há uma ameaça de encerramento iminente. É neste contexto que nasce a Associação Alma Stop, que teve um papel preponderante no que vem a acontecer em 2023. Nessa altura, surge outro «zum-zum» pelos corredores do Stop, desta feita acerca de Mário Ferreira, dono da Douro Azul.

Mário Ferreira, para além de CEO da Douro Azul, é também proprietário da *Pluris Investments*, que é a maior acionista da Media Capital. Basta uma leitura na diagonal da página da *Wikipedia* acerca dele para se perceber o monopólio que tem vindo a construir e a fortuna que tem vindo a acumular.

Os dois empresários, Rui Moreira e Mário Ferreira, trabalharam de forma próxima na Associação de Turismo do Porto e do Norte (ATP): «Em Setembro de 2017, a ATP anunciava, em comunicado, que nos novos corpos sociais para o triénio 2017/2019 o presidente da direção da ATP seria Rui Moreira, e na vice-presidência estaria Mário Ferreira, empresário do turismo, designadamente na atividade de cruzeiros no rio Douro, e Nuno Botelho, presidente da Associação Comercial do Porto» (fonte: publituris.pt).

É precisamente quando partilham a alta direção da ATP que surgem os rumores acerca do novo empreendimento de Mário Ferreira - urge esclarecer que isto se trata de especulação, e que prova nenhuma tenho para consolidar esta alegação. Diz-se que Mário Ferreira estará a comprar, ou tentar, uma série de propriedades e terrenos entre o Palácio do Freixo e o Stop. Não se sabe qual o projeto ou plano, mas certo e sabido é que um antigo centro comercial tornado pólo criativo autogestionado não encaixa nesse projeto ou plano.

Eis que chegamos a julho de 2023. Descobre-se um projeto arquitetónico, imobiliário, turístico, que foi aprovado para o espaço do Palácio Ford. Uma dupla de arquitetos vence o concurso promovido pela empresa detentora do espaço, também proprietária do hotel *Eurostars*, a paredes-meias com o Stop.

A 21 de julho, lê-se no Expresso que em julho do ano passado, a IME - Imóveis e Empreendimentos Hoteleiros promoveu um Concurso de Conceção em parceria com a Ordem dos Arquitetos - Secção Regional do Norte, que permitisse «fazer uma reflexão sobre o melhor enquadramento conceptual para um eventual futuro investimento naquela área»". Vulgo: habitação, turismo, comércio. Mas habitação de tipologia To e T1, naturalmente.

Juram a autarquia e a administração que não há qualquer projeto de hotel para o espaço que o Stop ocupa. Mas facto é que está cada vez mais cercado pelas garras da especulação.

Quem não se espante…

Voltemos então ao momento do despejo, às sugestões, e às negociações.

Vedadas 105 das 126 lojas do Stop, eis que o gabinete de Rui Moreira apresenta nova ideia, após a rocambolesca sugestão do *open space* no Silo Auto: a Escola Básica Pires de Lima.

Noticiava o JN que «de acordo com Rui Moreira, a transformação das salas de aula em salas de música "é relativamente fácil". A escola é da Câmara e "não vai ser necessária para a educação", podendo ficar disponível em setembro. O edifício é composto por "seis unidades completamente autónomas" e os custos da adaptação serão assumidos pela autarquia».

Quanta boa vontade!

A Escola Pires de Lima chegou a acolher 1500 alunos, e já em 2018 tinha sido desativada por falta de condições para os estudantes. Nas caixas de comentários das redes sociais, liam-se relatos de ex-estudantes da Pires de Lima, que davam conta que «já quando lá estudei chovia nas salas». Parece uma ideia de génio, colocar equipamento elétrico e eletrónico de milhares de euros em salas que não eram adequadas ao ensino básico, e esperar que tudo corra bem.

Curioso é pensar que, anos antes, um grupo quis devolver uma escola há muito fechada à comunidade, fazer uso daquele espaço, transformá-lo num espaço autogestionado, e esse mesmo grupo só não «sentou o cu no mocho»[1] porque a modos que se intrometeu uma pandemia global. Grupo esse que entrou na escola pacificamente, e saiu da escola a calcar vidro partido porque o conceito de uma maçaneta numa porta de alumínio destrancada era demasiado alucinante para os polícias encarregues de efetivarem o despejo. E tão somente 6 anos depois, uma escola em condições semelhantes torna-se a alternativa mais viável - e que absurdo seria os músicos rejeitarem-na – para hospedar o Stop! Com as obras, pois claro, à custa da CMP.

Talvez os nomes de cada um desses espaços tenha tido alguma influência nas decisões do edil. Afinal, deixar José Gomes Ferreira, um desalinhado e provocador com tendências revolucionárias, albergar um grupo de *okupas* com preocupações e atitudes semelhantes às suas era uma impossibilidade. Já com Pires de Lima, pessoa que sempre se manteve ligado às instituições – à sua época fascistas –, a coisa era coerente à partida, com tudo bem assinado e combinado, numa gestão que fugiria para sempre das mãos de quem lá trabalhe.

Enfim… foram muitos avanços e recuos, mas a CMP acabou por ceder apenas parcialmente às exigências dos utilizadores do Stop e, apesar de ter sido recuperado o acesso às salas, foi-o apenas de forma parcial e condicionada. Ainda esta história não teve um desfecho, mas já muita música nos foi dada.

Na sequência do despejo, houve uma enorme e emocionante mobilização popular.

Escolas para uns, bailes para outros

Então, em que ficamos? Não é precisa muita perspicácia para se perceber a ironia de toda esta conjuntura.

Em 2011, uma escola abandonada é transformada em espaço coletivo e autogestionado. É repetidamente despejada pela autarquia de Rui Rio, com Manuel Leitão à cabeça.

Em 2017, uma escola abandonada tenta transformar-se em espaço coletivo e autogestionado. Nem 72h depois, é despejada pela autarquia de Rui Moreira, com Manuel Leitão à cabeça.

Em 2023, uma escola abandonada é proposta pela própria autarquia como solução para espaço coletivo e autogestionado, após um despejo de que a autarquia de Rui Moreira «não tinha como saber», com Manuel Leitão à cabeça.

Na sequência do despejo, houve uma enorme e emocionante mobilização popular. Não foram só os músicos, os lojistas, e os amigos que saíram à rua pela defesa do Stop. Nas varandas, viam-se os vizinhos do Stop aplaudir e eles próprios tocar instrumentos. A cidade cobriu-se de panos e plásticos onde se lia «Stop». Renasce o «Morto.» que tanto incómodo causou a Rui Moreira no seu advento.

Os músicos rejeitaram a proposta da Escola Pires de Lima como alternativa ao Stop. É no Stop que querem ficar e que querem manter os seus projetos e a sua comunidade.

Resta saber se e quando é que surgirá uma comandita de polícias vestidos de *kevlar* da cabeça aos pés para partirem os vidros de uma porta de alumínio que em nenhum momento esteve trancada.

NOTAS

1 assentar o cu no mocho, Responder como réu em tribunal.

A Floresta a Ferro e Fogo

Após os incêndios de 2017, com a inusitada perda de vidas humanas, o Estado ao invés de optar por um ordenamento territorial eficaz que travasse as monoculturas da floresta industrial, desviou essas responsabilidades e centrou-as em quem nesses territórios vive. No dia seguinte às tragédias uma perniciosa equiparação de responsabilidades passou a ecoar na praça pública: entre os criminosos, mas diminuídos «maluquinhos do fogo», e as populações que nos 50 metros das suas casas não varriam a eito o mais pequeno arbusto que fosse. A lei da gestão de combustíveis feita cumprir pela Guarda Nacional Republicana, fardada de azul-celeste pela sua polícia ambiental (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente - SEPNA), passou a multar todo e qualquer um que, impossibilitado ou desleixado, não cuidasse dos matos. O que não impediu a progressão constante dos incêndios e a perda não menos trágica de territórios, como na Serra da Estrela em 2022. Mas a condenação persistiu focada naqueles que, nas franjas do abandono, persistem em viver no mundo rural. A reboque, uma série de medidas restritivas impuseram-se ao seu quotidiano. Depois de, nos meados do século XX, as serras e os montes terem sido tomadas pelos Guardas Florestais para garantir a florestação forçada que conduziu às tragédias de 2017, a Guarda reincide agora em força, neste século XXI, sobre as pessoas que aí restam. Distribuindo as responsabilidades sobre as vítimas de um território ao abandono, à sombra do manto florestal das grandes celuloses.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Manuel Ferros, historiador e produtor de cogumelos e mirtilos, e Paula Germano, advogada, vivem em Molelos, no concelho de Tondela, e combateram como puderam e não podiam o fogo que em outubro de 2017 lhes varreu apocalipticamente a quinta. Como muitos outros procuraram refazer o seu local de vida e de trabalho, mas acabaram por ver-se enleados na bizarra história da imposição sucessiva de multas pela GNR local. Após contestação, só passados três anos as viram replicadas por essa autoridade, possibilitando levar o caso a tribunal, que lhes deu razão. Afinal, no local a que se referiam os autos de contraordenação, não existia faixa de gestão de combustível. O decreto-lei 124/2006, entretanto revogado, previa no nº 2 do seu artigo 15º que «Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes com *edifícios inseridos em espaços rurais*, são obrigados a proceder à gestão de combustível, de acordo com as normas constantes no anexo do presente decreto-lei...». Mas neste caso, a casa de habitação que a GNR entendia estar edificada num local que obrigava o proprietário do prédio confinante a fazer a gestão de combustível, de acordo com o especificado no citado decreto-lei, estava inserida em espaço urbano. O artigo 16º da mesma lei, cuja redacção foi alterada diversas vezes, a última, em 2019, previa restrições à construção em espaços rurais que implicavam que o proprietário que as quisesse edificar tinha que assegurar que os 50 metros circundantes da casa lhe pertenciam. Isto fazia todo o sentido já que, caso assim não fosse, então esse proprietário, ao construir, passaria a impor aos vizinhos que fizessem a gestão de combustíveis dentro dos apertados critérios constantes do anexo do mesmo decreto-lei. Significaria impor-lhes uma espécie de servidão administrativa, como as que existem, por exemplo, ao longo das auto-estradas.

A conversa com o Jornal MAPA girou em torno dessa generalizada investidura policial e das leituras abusivas da lei, como de uma política florestal que ruma em sentido contrário ao reabitar e reflorestar resiliente desse interior esvaziado que é o mundo rural.

«O Estado, numa postura hiperpaternalista, chamem-lhe o que quiserem, decidiu por si só que a única coisa que interessa neste território são as pessoas. Uma visão completamente antropocêntrica em que, arda o que arder, tem é de se proteger pessoas. O Estado não sabe o que há-de fazer – de facto – e aproveitou as tragédias, principalmente as de 2017, para se virar para medidas completamente paternalistas que em nada se encaixam naquilo que é a vida no mundo rural. Não se concebe que perante o mundo rural, por exemplo, a proibição das queimas de amontoados seja definida por calendário, numa altura em que estamos a uma distância de mais de seis, sete meses para prever que tipo de tempo é que vai estar. Tal como aconteceu no ano passado, estamos em Setembro, choveu por todo o lado, isto está tudo verde, há água por todo o lado e eu não posso fazer uma fogueira. Porque o Estado decidiu que eu não podia fazer uma fogueira. Ou seja, se temos dez mil anos de experiência de vida rural, também é certo que os agricultores sempre souberam à sua maneira gerir o fogo. E da mesma maneira que a maior parte dos acidentes de viação acontecem com as pessoas que têm carta de condução, os acidentes acontecem».

Segundo o oitavo Relatório Provisório de Incêndios Rurais de 2022, dos 10.469 incêndios que ocorreram nesse ano, concluíram-se as investigações relativas a 5.963, ou seja, de 58% do total. Desses, «as causas mais frequentes em 2022 são: Incendiarismo - Imputáveis (28%) e Queimadas de sobrantes florestais ou agrícolas (19%)». Mas quando olhamos à proporção das áreas que as queimas de amontoados atingem em área queimada, não é equivalente a áreas queimadas com intenção ou por outros acidentes. Já o documento "Análise das Causas dos Incêndios Florestais 2003-2013" disponível na página *web* do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) concluía que «são evidentes os elevados danos associados às causas acidentais, embora sejam causas com pouca expressão em termos de número de ocorrências. Em contrapartida, ao uso do fogo para realização de fogueiras, de queimas de lixo e de queimadas, apesar de muito frequentes, não estão associados grandes impactos em termos de área ardida (em média 2ha/ocorrência, 8ha/ocorrência e 9ha/ocorrência, respetivamente)».

«Estamos a ser geridos sem bases minimamente científicas, só pela autoridade do Estado em cima de nós».

Manuel recorda que «o incêndio que chegou aqui em 2017, começou no Prilhão, em Vilarinho/Lousã, devido a um acidente com linha elétrica da EDP, atingindo uma área de 10.600 ha, só num dia. O outro de 2013 aqui no Caramulo, que matou quatro bombeiros e queimou uma área de 2.800 hectares, foram uns putos que pegaram fogo à serra em vários sítios na mesma estrada. Estes dois exemplos são comparáveis, em área, com 1.325 e 350 incêndios provocados por fogueiras mal apagadas. Ou seja, nós estamos a ser geridos sem bases minimamente científicas, só pela autoridade do Estado em cima de nós. É por aqui que queria começar como introdução a tudo o resto».

Arranjem-se culpados

O novo decreto-lei que estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento (82/2021, de 13 de Outubro, que revogou o anterior), reconhece que se visou a mudança do paradigma nacional em matéria de prevenção e combate aos fogos rurais após 2017. A ausência de um cadastro vetorial completo da propriedade em Portugal surge à cabeça como a explicação pelo Estado de inoperância que deixou de ser escamoteado após «o impacto dramático dos grandes incêndios rurais nas vidas dos portugueses» e que justificou o novo quadro legislativo. Ao invés de inquirir o modo generalizado da exploração industrial das florestas, o foco centrou-se no domínio da propriedade rústica e na responsabilidade de cada particular. A atenção legisladora recaiu sobre as tarefas tradicionais da agricultura, silvicultura e pastorícia que envolvem o fogo e que poderão se

ANDRÉ PAXIUTA

Não se concebe que perante o mundo rural, por exemplo, a proibição das queimas de amontoados seja definida por calendário, numa altura em que estamos a uma distância de mais de seis, sete meses para prever que tipo de tempo é que vai estar.

descontrolar, como as queimadas, queimas e fogueiras.

Para Paula «aquele *stress* de ter morrido gente foi causado pelas enormes extensões de monoculturas, em parte abandonadas, extensões gigantes como por exemplo de Águeda a Tondela e noutros locais, nomeadamente Pedrogão. Extensões absurdas de eucalipto, intercalado com pinheiros, e que ultrapassam em muito a distância dos 50 metros que prevê a gestão de combustíveis no terreno das pessoas». E, indigna-se Manuel, «o Estado começa imediatamente num discurso de quem mora no campo é que é culpado. A culpa é nossa. E a comunicação social alimenta isso: a primeira coisa que o jornalista vai perguntar é se o terreno estava limpo, ou então já está a afirmar categoricamente que o terreno não estava limpo. Mesmo que o incêndio venha de 100 quilómetros de distância, estamos a focar-nos na culpa dos moradores». Paula recorda que «tanto o que aconteceu em Julho, como em Outubro de 2017, foram circunstâncias atmosféricas excepcionais associadas parte a mão criminosa, parte a acidentes com cabos eléctricos, parte a queimas que se podiam fazer porque o calendário permitia, e também incúria de alguns municípios, que não tinham planos municipais de emergência em vigor, como é o caso de Tondela». Para Manuel «a falta de planos municipais de emergência é que matou pessoas. Por exemplo, a única hipótese de ajuda que havia eram dez bombeiros no quartel quando esta brincadeira chegou a Tondela e o caos generalizou-se pela falta de tudo o que deve funcionar em situações de catástrofe…».

«Depois, obviamente, é claro que é fácil instruir um corpo profissionalizado da GNR para pressionar as pessoas». Em concreto a GNR, através do SEPNA, que se constituiria como polícia ambiental em 2001, sucedendo ainda às áreas de atuação do Corpo Nacional da Guarda Florestal, e sem prejuízo das competências próprias dos Vigilantes da Natureza, criados em 1975 e hoje na alçada do ICNF e das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). A especialização ambiental do SEPNA, enquanto corpo policial, mais do que um acréscimo, representou uma diminuição, contrastando com a diminuição da esfera técnica nas áreas da Conservação da Natureza e da Gestão Florestal, duas áreas com peso desigual no seio do ICNF. Paula anota que «para além do desinvestimento, da desatenção e de se legislar generalizadamente de uma maneira que não se adequa ao interior do país, o Estado foi negligenciando o ICNF e o que se passa agora é a delegação de uma série de incumbências que deviam ser dos técnicos do ICNF nestes SEPNA, cuja formação na área em que intervêm é limitada.»

Enquanto advogada, para Paula são evidentes as leituras abusivas na aplicação do decreto-lei 124/2006. Este dizia «que a obrigação de fazer gestão de combustível de acordo com as regras nos anexos, devia ser cumprida até 30 de Abril de cada ano (após 2017 esta data passou a ser fixada anualmente) e a violação desta obrigação constituía contraordenação. Eu interpreto que quem pensou estas regras previu que se toda a gente, uma vez por ano, até determinada data, tivesse o terreno naquelas condições, então, estaria assegurado que a massa combustível não iria atingir dimensões perigosas até ao final do período crítico de cada ano; nunca interpretei a lei como dizendo que a pessoa tinha de passar o Verão todo a rapar, o que parece ser contrário à boa manutenção dos ecossistemas. Observando as condições estipuladas, no estrato arbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 50 cm; no estrato subarbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 20 cm. Terias de andar a cortar tudo de duas em duas semanas para que, ao longo do período crítico, os terrenos se mantivessem naquelas condições, ou então utilizar herbicidas… não me parece que fosse esse o espírito de quem legislou. Mas não conheço ninguém que tenha tentado argumentar isto, nem com a própria GNR, nem em tribunal. Antes conheço uma pessoa cuja mãe foi multada três vezes no mesmo Verão por causa de um vizinho que chamava a polícia cada vez que crescia um bocadinho a vegetação.»

Os Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios, estabelecem para cada município as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, incluem a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios (artigo 10º, nº 1 do decreto-lei 124/2006). Estes irão ser agora substituídos por programas sub-regionais de ação e programas municipais de execução, previstos no decreto-lei 82/2021 (os existentes mantêm-se em vigor até 31/12/2024). Quanto à obrigação de gestão de combustível junto às estradas, será calendarizada de forma a que ela não seja feita todos os anos em todos os locais.

No entender de Paula, a legislação, que existe desde 2006 passou, a partir dos incêndios de 2017 «a ser interpretada de uma maneira completamente absurda». Acresce agora, como referido, que o novo decreto-lei estipula que «as normas técnicas relativas à gestão de combustível nas faixas de gestão de combustível das redes primária, secundária e terciária e nas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível são definidas em regulamento do ICNF, I.P., ouvidas a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, Instituto Público (AGIF, I.P.), a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e a GNR, homologado pelo membro do Governo responsável pela área das florestas» (artigo 47º, nº 3) e que enquanto este não for elaborado, mantêm-se em vigor as normas previstas no anterior decreto-lei. «Ou seja, as normas sobre esta questão foram actualizadas e em teoria melhoradas, o que deveria ser proveitoso e auxiliar as populações a melhor compreenderem o que devem fazer. Como é evidente, sempre se limpou o mato, os agricultores preocupam-se com a sua segurança e das populações vizinhas aos seus terrenos, bem como, um terreno cheio de mato nada produz. O problema é que agora as regras ainda se tornam mais difíceis de entender, quando não o deviam. As normas que estão no anexo do anterior decreto-lei sobre como deve ser garantida a gestão de combustíveis, que pareciam adequadas caso fossem interpretadas no sentido a que me referi, isto é, a executar uma vez por ano, agora continuam a aplicar-se porque o regulamento ainda não existe (ou, se existe, não está publicado), mas sem que o período temporal esteja definido, porque esse agora é remetido para o regulamento, que há-de conter as normas técnicas, presume-se que incluindo o/s período/s temporal/ais em que a gestão de combustível deve ser feita, conforme os artigos 47º, nº 3 (que o prevê) e 72º (que contém as contra-ordenações) do decreto-lei».

Manuel duvida mesmo que os guardas estejam convencidos da sua actuação preventiva. «O SEPNA mantém o espírito da brigada de trânsito, só estão preocupados com o que está escrito. Não há qualquer acção deles que vá de acordo com a prevenção da natureza, há sim a defesa de um

ANDRÉ PAXIUTA

USO PAPEL MAS NÃO TENHO DE ABASTECER TODA A EUROPA FIM DAS
EUCALIPTAL É INFERNAL MONOCULTURA É DITADURA
SOBREIRAL E NÃO EUCALIPTAL SOLO, ÁGUA BIODIVERSIDADE
SUSTENTÁVEIS

Protestos "pela Floresta do Futuro", 3 de Setembro de 2023

Na possível equação de uma gestão eficaz – uma gestão comunitária dos territórios – parece ficar a faltar na soma o elemento crucial: as pessoas.

código civil e penal e o raio que os parta…». Paula condescende que «fazem isto a achar que vai prevenir os incêndios grandes. Mas o Estado central sabe muito bem que não. Um estudo técnico elaborado pelo observatório técnico independente da Assembleia da República em 2018, publicado na página *web* da Assembleia da República, sobre se esta gestão de combustíveis da forma como está a ser feita era adequada concluiu que não».

O estudo em causa concluiu, por exemplo, quanto às faixas de protecção das edificações e das povoações, que «no que respeita à proteção do edificado contra incêndios a ênfase deverá ser colocada em padrões de construção e de manutenção das habitações que minimizem a probabilidade de ignição, e na eliminação total do combustível de superfície na adjacência imediata das casas (usualmente um raio de dez m). Para lá dessa distância, e até 30 m, deve ser evitada a acumulação significativa de combustível e assegurada descontinuidade vertical adequada, mas as distâncias entre copas a que a legislação atualmente obriga (quatro ou dez m) são excessivamente elevadas, não se justificando e podendo ter um efeito contraproducente, nomeadamente quando o arvoredo é de folha caduca. Os limites de 50 ou 100 m impostos pelo artigo 15º da Lei nº 76/2017 relativo à intervenção em terrenos adjacentes a respetivamente habitações e povoações são claramente excessivos. Note-se que estas recomendações podem ter implicações económicas relevantes que não favorecem a adoção das melhores práticas pelos proprietários». Ou referindo, no que toca às extensões de eucaliptos, o seguinte: «no caso dos eucaliptais, em especial nas vastas áreas percorridas pelo fogo em anos recentes, e caso não seja possível assegurar práticas silvícolas que mantenham a produtividade e minimizem o perigo de incêndio, importa equacionar a conversão para outro tipo de vegetação ou uso do solo». Paula ressalva estes excertos «para dizer que a opinião que expresso, não sendo técnica, é coincidente com a de quem é versado na área».

A floresta a quem menos a ordena

Nas responsabilidades autárquicas muito há a dizer, como na limpeza das faixas junto das estradas, exemplifica Manuel. «Não é ser conspirativo, mas quem é que está a ganhar dinheiro com isto? Só o concelho de Tondela tem 180 ha de zona de gestão de combustível de obrigação da câmara; se nos dez metros de bermas das estradas eu for lá e cortar tudo ao nível do chão e deixar as raízes, em pouco tempo as infestantes voltam a rebentar e ainda com mais força. Ou seja, eu estou a criar ainda mais combustível, para me ser pago para eu «gerir».»

A outro nível «temos aquela história vergonhosa de uma União Europeia que vota uma lei que proíbe que se retire a madeira queimada da floresta, como parte integrante para a renovação da floresta e manutenção dos ecossistemas, e em Portugal teres uma lei que te obriga a retirar essa madeira da floresta e a vendê-la a um preço de merda a gajos que estão a transformá-la em biomassa para produção de energia, que te é vendida ao preço da EDP. É a tal expansão, disfarçada de transição energética. Isto faz tudo parte do mesmo pacote. Se temos as mesmas grandes empresas de celulose, como o grupo Navigator, que ao mesmo tempo que gere celulose é dono de uma percentagem gigante de floresta, que também tem centrais termoeléctricas que funcionam com resíduos florestais, o ciclo fecha-se. É tudo deles, literalmente tudo deles. E para o pequeno proprietário não há apoios sequer para triturar a sua biomassa, as pessoas têm de a queimar, o que, por sistema, também é uma estupidez. Mais grave, há pessoas que não têm capacidade monetária para fazer esta gestão anual dos terrenos que possuem. Há pessoas a vender terrenos por tuta e meia, há pessoas a querer oferecer terrenos, pois todos os anos andam a pagar mais de 1.000 euros nas limpezas e vivem com medo das multas. Olhando para isto tudo e para a lei que o sustem, se pusermos um gráfico de medidas e consequências, o gráfico dos incêndios continua a subir… não venham dizer aqui que há medidas que têm resultados. Porque a mão criminosa vai sempre chegar lá, porque há sempre o interesse de fazer uma desmatação antes de um projeto qualquer.»

Para Manuel nada disto faz sentido, lamentando que não haja «ordenamento do território – numa visão global do território – que é das poucas coisas que faz sentido, cientificamente apoiado, com as espécies mais resilientes, a fazer fronteira entre hectares de produções do quer que seja… mas não, o que se está a fazer é pôr a culpa e a responsabilidade em cima de quem gere os terrenos, seja da forma da silvicultura ou da agricultura. Nada disto é racional, apenas há autoridade, paternalismo, desresponsabilização».

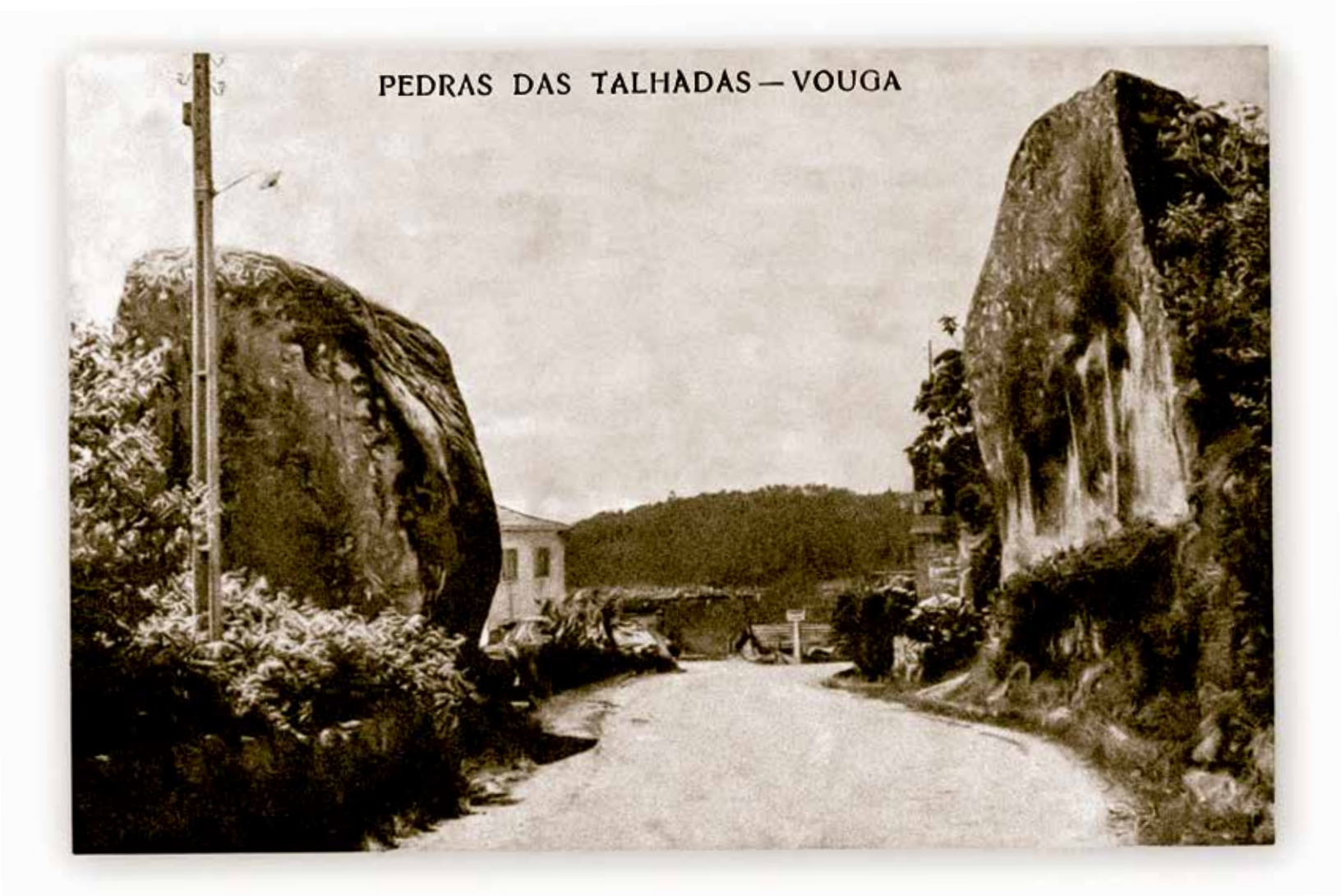
Uma evidência de bom senso resultaria num planeamento do território verdadeiramente eficaz, suportada pelos estudos existentes e participado pelas comunidades. Esbatendo logo em seguida na lógica industrial da floresta em nome de uns poucos grupos da fileira florestal, que impedem o pôr em prática tais planos. A única capacitação que parece existir é a capacitação das multas. «Mandar soltar a polícia como quem manda soltar os cães é a mais fácil e toda a gente concorda; podem-nas sempre invocar para as estatísticas e para teres o Portugal Chama constantemente a buzinar a mesma lengalenga de limpe os seus terrenos, limpe os seus terrenos…».

A conversa não tende a terminar de forma animadora. Na equação do problema não é esquecido o problema central da desertificação. Haver «aquela coisa de guardar os terrenos que eram dos seus antepassados, mas depois moram na Alemanha, na Suíça, em Lisboa ou no Porto e não têm maneira de eles próprios irem tratando dos terrenos, nem haver na terra pessoas que vão tratar por eles.» Na possível equação de uma gestão eficaz – uma gestão comunitária dos territórios – parece ficar a faltar na soma o elemento crucial: as pessoas.

Essa questão leva-nos a encerrar a conversa com os baldios. «Que nestes sítios torna-se complicado. Os baldios acabam por ser vistos como grandes parcelas de terreno, geridas na sua maioria por Juntas da Freguesia, que são uma oferta a concurso de grandes unidades que produzem eucalipto, ou, agora, de grandes campos para fotovoltaicos. Daí o prazer que tivemos, há cerca de dois meses, de ter sido chumbado pela assembleia de compartes de Molelos um projecto da Navigator, quando estes estão por aí, em cima e sabendo do que há e não há, com propostas de chave na mão prontas a fazer. Chegando às freguesias com propostas de centenas de euros por ano, para não se chatearem com nada, comprometendo-se a manter os caminhos abertos, e o presidente da Junta – com menos uma coisa para se chatear – vai dizendo logo que sim. Por isso de facto foi um espanto. Por ser uma questão da Navigator e dos eucaliptos, por terem dito que não! Espero que não seja apenas pela proximidade da memória dos incêndios, mas que seja já uma consciência colectiva. Vamos ver.»

Contra a floresta arregimentada, pelos terrenos comunitários

Talhadas é uma freguesia do concelho de Sever do Vouga, ali a meio caminho entre Aveiro e Viseu, com cerca de 1.000 habitantes que, nos inícios dos anos 1970, na altura com 325 famílias, deu início a uma luta que despertou o mundo rural para a acção colectiva que desafiava o Estado fascista.



TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Nos finais dos anos 1930, ainda no rescaldo da Guerra Civil Espanhola e já em tempos de Segunda Guerra Mundial, em Talhadas e um pouco por toda a realidade circundante, não havia estradas, nem luz eléctrica ou telefone. Os pobres da zona viviam sob um regime que se poderia dizer feudal: meros escravos do sector rico. Tempos de seca, também, com a consequente subida de preços trazida pela aliança entre a escassez e a ganância. Um ambiente fértil para negociatas e enriquecimento rápido de alguns, que acabariam por determinar quem seria a classe dominante dos anos seguintes.

É por esta altura que o Estado cria uma nova realidade, com a imposição da reflorestação da Serra e dos Serviços Florestais, os encarregados de a levar a cabo. Pretendia o Estado Novo extinguir o controlo colectivo e tradicional do território e substituí-lo por um regime florestal centralizado, decidido pelo centro de poder estatal, condenando as serras e os montes à subserviência perante a economia de larga escala.

Houve terrenos que transitaram directamente para o nome desses serviços. Acima de tudo, houve terrenos «livres», que na realidade eram baldios ou pastagens, que foram tomados ou vendidos, num processo que permitiu o avanço da área florestal até limites inconcebíveis (junto de casas agrícolas, aldeias, templos,…) colocando as populações, como se viria em breve a confirmar, sob risco mortal em caso de incêndio.

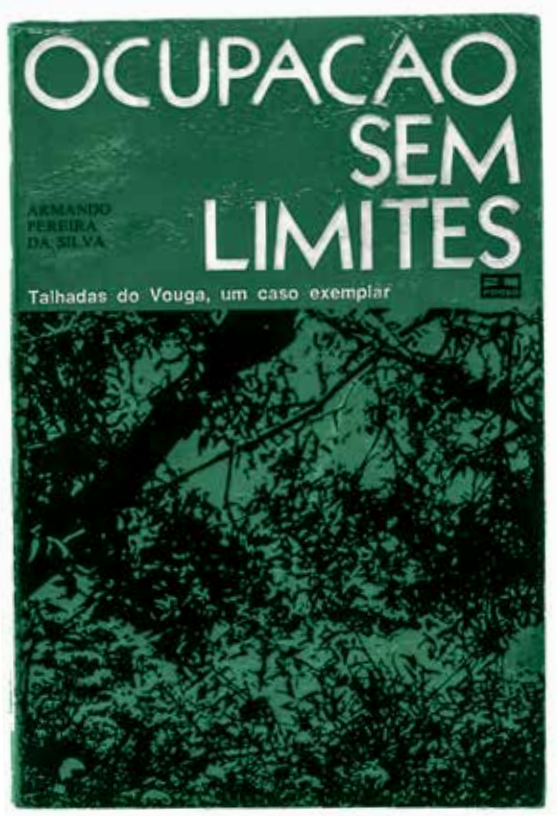
A vida e as possibilidades de subsistência tradicionais foram desaparecendo: os rebanhos foram abandonados por falta de baldios e pela proibição de entrada de animais e gente na floresta. O leite, a carne e o vestuário acabaram por se tornar produtos difíceis de produzir. Houve, durante muitos anos, perseguição a quem entrasse nas matas para arranjar lenha. O dinheiro, pouco utilizado até então, passou a ser fundamental. Restava a opção de sair dali. Para a indústria, por exemplo, em Águeda, ou para o estrangeiro. Os que ficavam apenas podiam, em troca de salários de miséria, participar nas limpezas das matas ou na sementeira dos Serviços Florestais, sob o olhar atento de capatazes, armados em senhores absolutos, que não tardaram a humilhá-los e a invadir terrenos particulares, usurpando-os assim como aos seus bons recursos aquíferos.

Basta!

No final dos anos 1960, a «pacatez» do meio rural foi interrompida, quando as populações, fartas dos abusos das autoridades e da opressão que sobre elas se abatia, decidiram tomar os seus destinos nas suas próprias mãos e afirmar que «nada se faz sem a vontade do povo».[1] Os acontecimentos iniciaram-se precisamente em Talhadas, em 1970, e foram cobertos jornalisticamente por Armando Pereira da Silva, que, com as recolhas e informações que obteve, escreveu um pequeno livro, *Ocupação sem Limites*, editado em 1973, que relata a luta contra a ocupação dos Serviços Florestais e pela restituição dos terrenos ocupados.

Houve, durante muitos anos, perseguição a quem entrasse nas matas para arranjar lenha. O dinheiro, pouco utilizado até então, passou a ser fundamental.

Na freguesia de Talhadas, em 3 de Novembro de 1970, todos os habitantes com mais de 14 anos assinaram por si ou a rogo uma exposição ao governo, na altura encabeçado por Marcelo Caetano, onde se podia ler: «Não contestamos a utilidade ou validade dos Serviços Florestais a nível nacional, porque infelizmente não tivemos possibilidade de adquirir conhecimentos suficientes para isso. Mas sabemos que para esta freguesia são maus. Nada fizeram que nós próprios não tivéssemos feito melhor. E impediram que 300 famílias continuassem a beneficiar dos rendimentos dos seus rebanhos, impedindo-as ao mesmo tempo de os substituir pelos das matas que já estavam a semear e a plantar nos baldios». As exigências eram



Ocupação Sem Limites. Talhadas Do Vouga, Um Caso Exemplar. História Breve da Reacção Popular Contra os Abusos de Autoridade Praticados na Serra de Talhadas do Vouga
Armando Pereira da Silva
Lisboa, Prelo, 1973.

a restituição «aos seus legítimos donos dos bens particulares usurpados pelos Serviços Florestais» e a restituição ao povo da freguesia, por parte dos Serviços Florestais, de «todo o baldio que ocupam, ou pelo menos todo o baldio que excede a zona amarela assinalada na carta, que é a única a que se refere o acordo que foi feito entre os mesmos serviços e a Junta de Freguesia de Talhadas».

A exposição incluía ainda uma espécie de estalada de luva branca, ou talvez uma forma de dizerem «desapareçam e não se fala mais nisso», quando propunha «que, embora sejam apuradas as responsabilidades dos funcionários dos Serviços Florestais nas injustiças sofridas pelo povo desta freguesia, não sejam estes em nenhum caso perseguidos criminalmente ou disciplinarmente, por julgarmos as suas atitudes mais fruto de deformada preparação para o exercício do ofício de que foram incumbidos, do que resultante de personalidade antissocial».

Coube ao povo de Talhadas a iniciativa de despoletar esta luta, que rapidamente ganhou amplitude e se alastrou a outras aldeias, outras geografias, sempre com esse carácter de exigência de participação na gestão das suas próprias vidas, das suas próprias actividades, das suas próprias serras e sempre com um carácter de reivindicação dos baldios enquanto terrenos comunitários dos povos que sempre os usaram colectivamente.

Um combate que se prolongou até à revolução e que abalou as freguesias de Talhadas (Município de Sever do Vouga), Préstimo (antiga freguesia do Município de Águeda agregada a Macieira de Alcoba em 2013), Albergaria das Cabras (actualmente Albergaria da Serra) e Cabreiros (ambas em Arouca), entre muitas outras situadas no Vale do Vouga.

Deixar arder

Quando, em Julho de 1972 , um incêndio brutal deflagrou na Serra, os Serviços Florestais comportaram-se como senhores feudais e, se bem que houvesse povoados que enfrentavam ameaça de destruição completa, preferiram mobilizar quatro auto-tanques para uma casa de guarda. As populações ajudaram os bombeiros e soldados, lutaram bravamente e foram os seus contra-fogos, que sabiam utilizar com mestria, o que acabou, em vários casos, por deter as chamas no limiar da tragédia. No entanto, recusaram-se a combater o fogo dentro dos perímetros de florestação oficial. Aí, deixavam arder.

E a luta foi endurecendo. Quando os Serviços Florestais avançavam com novo abuso, por exemplo, com a venda de um lote de pinheiros que a Junta de Freguesia e a população consideravam seus, as pessoas organizavam-se para ocupar as matas administradas pelos Serviços até que essa venda fosse anulada. «De qualquer modo, o nosso objectivo é a transferência total da administração florestal para as mãos do povo», dizia o presidente da Junta. Que concluía: «Os interesses do povo – e do país, portanto – serão muito melhor defendidos pelo povo. Desde que o interessemos e o façamos participar honestamente na administração daquilo que lhe pertence». A devolução dos baldios era a primeira exigência, a mais audível, digamos assim. No pós-incêndio, uma outra reivindicação era a da construção de um sistema de segurança eficaz contra incêndios, que passava pelo abate de partes da floresta demasiado próximas de aldeias que por ela tinham sido envolvidas. Exigiam-se, ainda, indemnizações.

> «De qualquer modo, o nosso objectivo é a transferência total da administração florestal para as mãos do povo».

Mas havia muitas outras lutas, algumas pequenas, com objectivos aparentemente limitados e pouco ambiciosos, alguns até possivelmente corporativos, mas sem as quais o conjunto não teria sido tão impactante. Os tempos eram ainda de domínio fascista e, à sua maneira, cada uma dessas lutas teve por trás muita coragem, muita determinação, alguma dose de repressão e vários sucessos e desilusões. Mas foram, no fim de contas, a chama vitoriosa que ficou até culminar numa outra exposição ao governo, esta já de 1974, posterior ao 25 de Abril, em consequência da qual, no dia 19 Janeiro de 1976, foi publicada a legislação de restituição dos baldios aos povos com direito a eles.

NOTAS

1 António Afonso de Pinho, na altura presidente da Junta de Freguesia de Talhadas, citado no livro *Ocupação sem limites*, de Armando Pereira da Silva (1973), do qual saiu grande parte da informação deste texto. Entretanto, em 2020, a editora conimbricense Lápis de Memórias lançou o livro *O despertar das montanhas: as lutas dos agricultores e povos da montanha antes do 25 de Abril*, de Vasco Paiva, um engenheiro florestal da área do PCP que esteve envolvido no apoio a estas lutas e que, como tal, dá um relato mais pessoal e autobiográfico. Neste livro tem-se uma visão que começa por destacar o papel clandestino do PCP na animação dos protestos e passa depois para um apanhado bastante profundo de estratégias de luta e momentos repressivos, acabando, tal como o livro *Ocupação sem limites*, com uma secção preenchida por documentos que não são mais do que os principais textos produzidos pelos povos em luta.

NADA PÁRA O PROGRESSO

JH

Desde há cerca de um ano, Deus tem vindo a ser avistado em território português. Os repetidos e concordantes testemunhos de um número considerável de pessoas, avaliados pelo oficioso Gabinete de Investigação de Aparições Inusuais (GIAI), revelam que a identificada figura tem surgido em locais, não divulgados, comummente conhecidos, em linguagem sociológica, como «bolsas de pobreza». A Figura em questão costuma aparecer, sempre a uma certa distância das testemunhas oculares, aureolada de uma luz fluorescente e com um pequeno saco a tiracolo; mas quando as pessoas tentam aproximar-se, a Figura desaparece sem deixar o menor vestígio, apesar dos esforços investigativos levados a cabo pela bem apetrechada Unidade de Polícia Científica.

II

Ao contrário do que tem sido propalado, no contexto do aumento constante das rendas de casa ou do preço de quartos para estudantes, o Governo está a tomar generosas providências de grande alcance social. Uma delas, a principal, consiste no extraordinário esforço financeiro de fornecer às pessoas com necessidade premente de alojamento por terem sido despejadas e estarem desprovidas do dinheiro necessário para arcar com essa aumentada despesa, caravanas imobilizadas ou tendas à prova de água, que passam a ter um estatuto habitacional próprio, exigido pela sua implantação em determinadas localizações urbanas. Estes alojamentos, inovadores e de carácter ecológico, são fornecidos, a preços mais acessíveis, com wc, duche e minicozinha.

III

Na onda de privatizações que continua a caracterizar o harmonioso processo de desenvolvimento económico – a exemplo da importante privatização da TAP –, começou a ser encarada, para aplicação a médio prazo, a necessária e útil privatização do Governo. Trata-se de um processo mais complexo, mas este será liderado pelo grupo mundial Lloyds & Houston, sediado em Genebra, após auditorias financeiras e de management solicitadas pela Alta Autoridade para o Crescimento, instituição nacional associada ao Conselho Europeu de Estratégia Económica. No termo desse processo, a administração política do país passará a ser efectuada por uma vasta entidade empresarial, com base nas mais modernas metodologias da direcção de empresas, estando esta inteiramente vocacionada para uma estratégia de Futuro Radioso (FR).

IV

Com vista a inverter o lamentável descrédito que nas últimas décadas tem vindo a pairar sobre a Igreja, devido aos múltiplos escândalos em que esta se tem mostrado pródiga, um valoroso colectivo de padres decidiu lançar uma popular Volta a Portugal de Bicicleta constituída por sacerdotes em exercício, incluindo bispos e outros hierarcas. Por enquanto, a prova em projecto não contempla uma eventual participação feminina, mas é possível que isso venha a ser encarado, para bem de todos. Devido às alterações climáticas, o calendário da prova ainda não foi devidamente projectado, mas é possível que o período a escolher seja entre o Outono e o Inverno, também para não colidir com a Volta já existente.

V

Tendo em conta as frequentes histerias causadas pelas associações de adeptos de futebol, durante os jogos ou na sua sequência, e assumindo a reflexão estratégica do director nacional da PSP, segundo a qual, para as forças da ordem, planear jogos de futebol «é como fazer preparativos para uma guerra» (*Público*, 24-3-2023), está a ser pensada a organização permanente de um conjunto de destacamentos militares de intervenção, cuja mobilização deverá passar a ser obrigatória junto aos estádios. Estes destacamentos, que deverão ser equipados com veículos rápidos e um forte armamento dissuasivo, serão chefiados por militares com experiência em teatros de guerra.

Habitação contra a Especulação, parte I: Associação Comunitária

FILIPE OLIVAL
FILIPEOLIVAL@JORNALMAPA.PT

UNIVERSO DA AKRA

A habitação em Portugal atingiu valores tão absurdos que, actualmente, um estúdio em Lisboa custa, em média, 1200€, e um quarto custa mais de 500€, enquanto o salário mínimo nacional ronda os 760€. Para quem não teve o privilégio de herdar património, poucas opções restam fora do mercado imobiliário. A habitação social abrange apenas dois por cento das casas do país, e as esperas de milhares de famílias por uma solução habitacional por parte do Estado prolongam-se durante anos. Muitas jovens e menos jovens vêm-se forçadas a voltar a morar com os pais ou a sujeitar-se a situações de precariedade; para outras, a rua é uma inevitabilidade. Simultaneamente, à medida que os centros urbanos se expandem para antigas periferias, cada vez se têm dissolvido mais bairros (e as relações de vizinhança que os caracterizam) para dar lugar a zonas residenciais de classe média ou a novas atracções turísticas e comerciais. Como resultado, relações de vizinhança de uma vida desfazem-se, o tecido social é deixado em farrapos, o espírito de solidariedade e práticas de apoio mútuo desvanecem-se. Cada vez mais as cidades são colonizadas por indivíduos atomizados, fechados em caixinhas e em caixotes, ligados por ecrãs digitais omnipresentes, movidos ora pela promessa de um trabalho bem pago, ora por consumos com que procuram compensar a insipidez e precariedade da vida laboral.

Em alternativa (e em oposição) a esse panorama desolador, algumas companheiras optam por ocupar e habitar edifícios devolutos, seja como último recurso ou como declaração política: a habitação, à semelhança da alimentação, é uma necessidade básica, cuja satisfação deveria ser garantida em qualquer sociedade; enquanto houverem casas vazias, ninguém deveria dormir na rua, da mesma forma que, enquanto houver comida a ser desperdiçada, ninguém deveria passar fome. No entanto, a efemeridade de algumas destas okupações, o constante risco de serem despejadas e a precariedade de alguns destes ambientes faz com que outras companheiras optem por soluções mais permanentes de habitação comunitária. É precisamente nesse sentido que nasce o primeiro de uma série de artigos sobre modelos de habitação em regime de propriedade comum.

Se é verdade que a propriedade privada pode ser utilizada para fins mercantis, a propriedade pública não se tem mostrado menos problemática, sobretudo no presente clima neoliberal, que tende para a privatização de tudo. Ironicamente, há casos em que a propriedade privada tem sido utilizada como meio de protecção legal contra as pulsões autofágicas dos Estados capitalistas, evitando, por exemplo, a desflorestação das cada vez mais escassas zonas naturais ou mesmo permitindo manter rendas baixas perante um mercado imobiliário totalmente desregulado. A questão de propriedade é, portanto, muito mais complexa do que uma simples dicotomia público vs. privado poderia dar a entender. No entanto, existe uma terceira forma de propriedade que nos parece não só mais interessante, mas muito mais coerente com uma vontade de emancipação pessoal e colectiva face ao Estado e face ao capital (sobretudo perante o actual panorama de insegurança habitacional generalizada): a propriedade comum. Por habitação em "propriedade comum" referimo-nos à posse conjunta de um projecto habitacional por parte de todos os seus membros (habitantes), seja materializado num prédio urbano dividido em apartamentos ou num terreno rural composto por várias casas - o que normalmente se traduz em termos jurídicos numa "pessoa colectiva" sem fins lucrativos (associação, cooperativa, fundação). O projecto habitacional que vamos conhecer pertence ao mundo rural, a um Alentejo que insiste em resistir à desertificação humana e ambiental, às monoculturas de alimento e de pensamento, que procura recuperar e reinventar as experiências utópicas e comunais que estes montes testemunharam e jamais irão esquecer. Esse projecto é a Akra.

Akra, um laboratório de habitação comunitária num mundo hiper-atomizado

Após percorrer um mar de sobreiros sobre o solo árido do Alto Alentejo, somos surpreendidos pelo relvado verdejante que envolvia a piscina de uma grande moradia. A estranheza inicial dissipa-se quando nos apercebemos de que o projecto que procurávamos se escondia para lá do luxo daquele empreendimento, do outro lado de um portão que facilmente se podia abrir com a mão. No centro do terreno, salta-nos à vista a pintura zapatista da parede de um edifício comunitário que acolhe uma sala de convívio, dois quartos de arrumação e um futuro espaço de fermentações e "herbalices". Mas é à volta da mesa da cozinha de verão exterior que nos sentamos a conversar sobre aquele projecto de habitação comunitária.

> Esta proposta de habitação colectiva e anti-especulativa mantém-se viva, graças a redes de solidariedade e apoio mútuo para lá dos limites do terreno.

Contam-nos que foi em Abril de 2019 que nove pessoas interessadas em criar um projecto de vida colectiva decidiram registar a Akra como associação sem fins lucrativos, o que lhes permitiria exercer legalmente actividades de índole cultural, ambiental e, claro, habitacional. Ao contrário de uma cooperativa (outra opção), uma associação não é obrigada a ter contabilidade organizada e está isenta de IRC. Porém, à semelhança das cooperativas, as rendas da Akra estão isentas de IVA, pois são registadas como donativos. Entre pesquisa, organização e burocracias, o processo de criação da associação prolongou-se por 3 meses. Simultaneamente, procuraram-se terrenos adequados às necessidades colectivas. A opção escolhida pareceu-lhes apelativa, não só pela proximidade com Lisboa, mas também por já haver "uma certa comunidade à volta", por ser relativamente perto de uma vila e por já conter edificações, o que lhes facilitava o processo de construção, sobretudo a nível burocrático. A compra do terreno de cerca de 0,7 hectares foi feita em nome da associação e possibilitada por empréstimos feitos pelos próprios membros. Isto significa que o terreno não pertence a nenhum indivíduo, nem está dividido em parcelas, mas ao próprio colectivo Akra, representado pela figura legal de "associação sem fins lucrativos".

O terreno foi comprado com três prédios, um dos quais já se encontra maioritariamente restaurado. Actualmente existem três casas em construção; duas delas já são habitadas, embora se encontrem em contínua construção. Recorrem-se a técnicas e materiais ecológicos, como construção com palha e reutilização de vários tipos de recursos. Contrastando com a árida paisagem alentejana, acolhe também um veleiro – o Hexeri –, cedido por amigos de um colectivo da Dinamarca. O veleiro encalhara numa praia de Sesimbra após ser proibido de atracar em Portugal durante o estado de emergência covidesco, servindo agora de habitação. O terreno não tem saneamento; no entanto, o município abastece o local com contentores de água potável de forma gratuita. Actualmente, habitam no local seis pessoas de forma mais permanente – embora muita gente lá pernoite, uma ou várias noites, seja em jornadas de partilha de conhecimentos ou após eventos organizados pelo colectivo, seja em fases de transição impostas pela vida, como na sequência de um despejo. Cada habitante da Akra paga uma renda mensal, cujo valor depende das suas possibilidades financeiras, destinada a cobrir despesas de manutenção, comprar materiais e ferramentas, assim como pagar os empréstimos. As áreas comuns são geridas por todas as habitantes de acordo com o que é decidido nas assembleias semanais. Estas incluem cozinhar, tratar da horta e limpar os espaços comuns. Na cozinha encontramos um quadro onde se regista os turnos de confecção de alimentos. Procura-se reciclar a comida que, de outra forma, seria desperdiçada pelos supermercados locais. As nossas anfitriãs destacam a importância da comensalidade "para manter a comunicação entre as pessoas".

É-nos explicado que a organização foi sofrendo muitas alterações ao longo do tempo, à medida que algumas pessoas iam saindo e outras entrando. A volatilidade dos habitantes dificulta o desenvolvimento de projectos a longo prazo e torna particularmente importante a flexibilidade e a capacidade de reorganização dos presentes. A admissão de novos habitantes é feita por vínculos de afinidade e normalmente acontece de forma orgânica, ainda que debatida entre os restantes. Explicam-nos que a intenção inicial de algumas pessoas que se juntaram posteriormente à Akra era okupar um edifício devoluto. No entanto, identificaram-se com o projecto por não ser baseado em propriedade privada e por procurar proteger o terreno contra uma eventual actividade especulativa. Todos os habitantes são sócios/as, e os órgãos da associação são renovados anualmente. Ainda assim, reconhecem que a figura de "associação" não o protege completamente contra a revenda, visto que há sempre

a possibilidade de os associados poderem, em sede de assembleia, decidir vendê-lo[1]. Não obstante, o facto de a lei portuguesa impedir as associações de distribuírem as receitas da venda de património pelos seus membros (o que não se aplica às cooperativas) desincentivaria essa opção, ainda que a propriedade sofresse uma grande valorização no mercado.

Dois colectivos, um projecto comum

Há dois anos, o colectivo Akra foi informado de que havia interesse externo em comprar o terreno adjacente ao seu para criar um empreendimento de turismo rural (um "eco-resort"). Em estado de alerta, os membros uniram forças para impedi-lo. Contactaram algumas companheiras que já frequentavam a Akra e que mostraram interesse em comprar o terreno. Daí nasceu o colectivo Ratxs.

O terreno foi comprado através de empréstimos directos dos próprios membros e de pessoas próximas, à semelhança do da Akra. "Ter dinheiro não era um critério, mas sim os laços de afinidade." Não menos difícil foi navegar pelo "mar de burocracias" do Estado Português, sobretudo sem dinheiro para pagar a advogados. Recorreram apenas às competências de conhecidos e a muita leitura. Numa semana, as Ratxs decidiram comprar o terreno; num mês conseguiram angariar o dinheiro para efectivar a compra. Até ao momento, apenas duas pessoas do colectivo estão a morar no terreno; outra está em "fase de transição". As habitantes explicam que "em teoria, existem dois colectivos, mas no dia-a-dia não há separação". Há apenas uma associação que é proprietária de ambos os terrenos, que perfazem quase três hectares. Segundo ambas as partes, a relevância desta divisão acentua-se no que diz respeito à gestão dos empréstimos, feita pelos distintos grupos de forma autónoma. Em relação ao espaço, os colectivos tencionam gerir a sua totalidade em conjunto, segundo princípios de apoio mútuo, o que permitiria mutualizar competências e recursos, assim como fortalecer laços de solidariedade.

Ao contrário do colectivo Akra, as Ratxs não praticam rendas, tencionando financiar-se somente através do trabalho colectivo. Para já, o projecto comum aos dois colectivos mantém-se financeiramente através da gestão de empréstimos, que são celebrados através de contratos de suprimento. Há dois modelos de contratos de suprimento: um, cuja devolução pode ser exigida dois anos após a assinatura, outro em que se marca uma data específica para a devolução. As habitantes explicam-nos que a maioria dos credores nem fazem parte dos colectivos. "Para nós é muito importante que viver cá e emprestar dinheiro sejam coisas totalmente independentes. Para viver cá, não tens de emprestar dinheiro nenhum. E não significa que por emprestares dinheiro tenhas o direito de viver cá. São coisas diferentes." Destaca-se também a importância de os credores só exigirem a devolução imediata do empréstimo no caso de precisarem mesmo do dinheiro e não pelo facto de deixarem de viver no terreno, se for o caso.

UNIVERSO DA AKRA

UNIVERSO DA AKRA

Ainda assim, ambos os colectivos almejam a soberania económica. Portanto, têm estudado vários meios de gerar receita comum. Uma possibilidade seria produzir azeite através das oliveiras existentes no terreno e vender o excedente do auto-consumo a colectivos do Norte da Europa, dispostos a pagar um preço mais elevado. Há também várias outras árvores no local cujos frutos e outras substâncias poderiam ser transformados e vendidos. Outra possibilidade seria aumentar a produção agrícola, que poderiam escoar na mercearia da cooperativa local; no mínimo, isso permitiria diminuir a necessidade de comprar alimentos. No entanto, as alterações climáticas antevêem um futuro cada vez mais complicado para as práticas agrícolas na região. Na oficina que o terreno está a ver nascer também se poderiam fornecer vários tipos de serviços, desde carpintaria à reparação de equipamentos. Além disso, as habilidades artísticas das habitantes poderiam ser uma importante fonte de receita. De momento, uma importante parte do financiamento provém dos eventos de angariação de fundos (benefits), sobretudo aqueles que incluem sessões de tatuagem à base de doações.

Como já vimos, esta proposta de habitação colectiva e anti-especulativa mantém-se viva, graças a redes de solidariedade e apoio mútuo para lá dos limites do terreno. Destacam-se relações de proximidade com membros da cooperativa integral Minga, da associação Disgraça e de okupas em Setúbal. Por vezes, são organizados eventos em conjunto; noutras, as habitantes da Akra são convidadas a apresentar o seu projecto em público. Há também laços de afinidade com colectivos internacionais, o que lhes permite visitar e inspirar-se noutras experiências comunitárias (e vice-versa). Exemplo disso foi a recepção de um colectivo zapatista durante a célebre viagem de 2020, que proporcionou uma partilha intercontinental de experiências de resistência. Durante a nossa conversa falou-se ainda sobre a possibilidade de criar uma rede de cooperação entre diferentes colectivos do país, com o intuito de facilitar a partilha de conhecimentos e recursos e a organização de ajudas em diferentes projectos, mas também de reforçar lutas políticas (por ex., evitar despejos) e fazer frente a problemas económicos. Por fim, destacou-se a importância de não negligenciar a dimensão social do projecto, mantendo "dinâmicas saudáveis dentro do grupo". Para tal é necessário colocar um foco na entreajuda emocional e no cuidado mútuo, nas ferramentas de coesão grupal, em sistemas de governança horizontal, em princípios e valores que unem e legitimam o colectivo. Segundo as nossas anfitriãs, isso implicaria aceitar que "somos mini-reproduções da sociedade" e admitir que "existe hierarquia nos grupos" para sermos capazes de "identificá-las e trabalhá-las". Nesse sentido, akracia é, portanto, não um regime político, nem sequer uma ideologia, mas o acto sistemático de procurar dissolver, dentro das nossas comunidades, as mesmas relações de dominação interpessoal que estruturam a cultura hegemónica, visando criar e fortalecer laços de confiança e solidariedade desde a base e em sentido horizontal.

Como criar um projecto de habitação comunitária através de uma associação?

1. Encontrem pessoas com uma visão comum.
2. Organizem várias assembleias, desenvolvam laços de confiança, façam eventos para angariar fundos.
3. Criem uma associação sem fins lucrativos.
4. Encontrem um terreno que satisfaça as vossas necessidades (de preferência com edifícios), falem com o proprietário e negoceiem o preço.
5. Peçam empréstimos a amigos e familiares para "a vossa casa" ou para "um modelo de habitação revolucionário" (recorrendo a contratos de suprimentos).
6. Comprem o terreno através da vossa associação.
7. Façam um plano financeiro almejando a sustentabilidade financeira.
8. Estabeleçam rendas acessíveis a todos os habitantes que cubram as despesas e permitam começar a devolver os empréstimos.
9. Produzam a maior parte daquilo que consomem e vendam os excedentes.
10. Organizem benefits e encontrem outras formas de arrecadar dinheiro.
11. Certifiquem-se de que cuidam umas das outras, que reforçam a confiança e o respeito mútuos e que mantêm dinâmicas saudáveis dentro do grupo.
12. Depois de terem pago os empréstimos e de terem construído a maioria das instalações comuns, canalizem as vossas rendas para apoiar projectos semelhantes, no sentido de tornar a vossa ilha num arquipélago.

Para mais informações sobre este modelo de habitação comunitária, podes escrever um e-mail para: akratxs@disroot.org

NOTAS

1 O modelo da Akra foi directamente inspirado no Mietshäuser Syndikat, uma rede de solidariedade formada por associações de habitação registada legalmente como um aglomerado de empreendimentos. Aí, cada projecto de habitação é detido por duas entidades, a associação de habitação e o Mietshäuser Syndikat. No entanto, o Mietshäuser Syndikat funciona apenas como "mecanismo de controlo externo", utilizando o seu direito de veto para garantir que a associação não vende a propriedade, o que significa que todas as restantes decisões relativas ao projecto de habitação são tomadas pela própria associação de habitação.

Mais informações no documentário: Das ist unser Haus!, carregado por SEELAND Medienkooperative e.V. na plataforma Vimeo.

O Mediterrâneo não é um cemitério, é um local de crime

Uma traineira proveniente da Líbia naufragou na madrugada de 13 para 14 de Junho na costa grega, a 80 quilómetros de Pylos, na ilha grega Peloponese, no Mediterrâneo. Cerca de 100 pessoas foram resgatadas com vida. Cerca de 600 morreram. A União Europeia volta a ter as mãos sujas de sangue. Tornar as migrações ainda mais difíceis a afastar gente das costas europeias, agora através de acordos com a Tunísia, parece ser a única ideia que existe.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

OPEN ARMS ITÁLIA

O pesqueiro saíra vazio do Egipto e fizera escala em Tobruk, no leste da Líbia, para recolher pessoas antes de zarpar com destino a Itália. Dentro do barco viajavam entre 750 (números da Reuters, que cita uma Organização Não Governamental de resgate de refugiados), 700 (números do jornal francês *Libération*, citando sobreviventes) e 400 pessoas (números da Organização Internacional para as Migrações da ONU).

Dias depois de ter sido alcançado um «acordo histórico» no Conselho de Ministros da União Europeia (UE) sobre a gestão da migração e do asilo, tanto a Frontex como a Guarda Costeira grega, que tinham a responsabilidade de coordenar a busca e o salvamento, não prestaram assistência adequada a um navio sobrelotado e sem condições, em perigo durante quase um dia inteiro, apesar de terem sido avisadas com horas de antecedência.

«Deixaram que se afogassem»

«Na manhã de 13 de Junho, recebi uma mensagem de socorro via Twitter de um refugiado que dizia estar num navio com 750 pessoas. Em seguida, enviou-nos uma localização GPS e disse que as autoridades italianas, gregas e maltesas tinham sido contactadas. À tarde, nós próprios alertámos as autoridades gregas, a agência Frontex e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados», explica um voluntário da associação Alarm Phone, que recebe os pedidos de socorro dos migrantes. A própria Frontex sobrevoou o navio horas antes do naufrágio e captou as imagens que deram a volta ao mundo, com a embarcação a transbordar de pessoas no Mediterrâneo durante o dia de terça-feira. Não foi por falta de conhecimento que estas pessoas não foram socorridas a tempo.

O porta-voz do Ministério grego das Migrações afirma que os meios foram rapidamente accionados, mas que a questão era que, num primeiro momento, a ajuda tinha sido recusada. A Frontex reconhece que nem chegou a oferecer apoio, argumentando que não viu nenhum sinal de socorro. «Como é que se pode dizer uma coisa dessas quando se vê o barco nas fotografias aéreas, uma velha barcaça repleta de gente, que já se sabia que não ia chegar ao destino?», indigna-se Iasonas Apostolopoulos, da organização Mediterranea Saving Humans. A traineira já não estava a seguir em qualquer direcção concreta, já não se dirigia para território europeu há mais de seis horas e tinha começado a navegar em círculos. Houve vários pedidos de ajuda – contaram os sobreviventes –, tendo até alguns tentado saltar para um navio comercial que tinha parado para lhes dar água. Nessa altura, já teriam morrido, a bordo, seis pessoas.

Esta inacção, ou melhor, esta acção por ausência, resultou no afundamento da traineira e no afogamento de centenas de pessoas no que é já considerado o maior naufrágio desde 2016. Uma inacção que o advogado especialista em fluxos migratórios Dimitris Choulis resume da seguinte forma: «Deixaram que se afogassem.» Adriana Tidona, investigadora sobre migrações da Amnistia Internacional, concorda: esta é uma «tragédia de proporções inimagináveis, completamente evitável».

> O naufrágio, por mais que se tente atribuí-lo às próprias vítimas, a erros humanos e a contrabandistas de seres humanos, tem o carimbo e a assinatura das políticas fronteiriças da UE.

O naufrágio, por mais que se tente atribuí-lo às próprias vítimas, a erros humanos e a contrabandistas de seres humanos, tem o carimbo e a assinatura das políticas fronteiriças da União Europeia, que são aplicadas com grande empenho e coerência pelos governos dos países das fronteiras exteriores da Europa, como é o caso da Grécia. Neste país, são frequentes as notícias confirmadas de *pushbacks* ilegais – como são todos – e decorrem neste momento vários julgamentos de voluntários de busca e salvamento acusados de serem contrabandistas por terem ajudado migrantes em perigo.

As reacções dos representantes da UE não se fizeram esperar e variaram, como era expectável, entre o «choque», a «perturbação» e a «tristeza profunda». São as mesmas palavras que se ouviram em 2015, quando o corpo de 3 anos de Aylan Kurdi deu à costa, ou em 2020, aquando do incêndio do Campo de Moria, em Lesbos, ou em 2022, após o massacre de Melilla. As mesmas palavras que se ouvirão após a próxima tragédia evitável. E este «choque» seguirá o caminho de todas os anteriores, uma nota de rodapé na história mortífera das políticas da UE, que visam sistematicamente a externalização da sua responsabilidade em matéria de protecção dos refugiados para países terceiros – que se caracterizam frequentemente por um historial de violações dos direitos humanos –, de forma a, em última análise, afogarem as pessoas ou as suas possibilidades de obterem efectivamente protecção na UE.

Políticas que nos pretendem fazer crer que basta o desaparecimento dos traficantes de seres humanos para que as mortes no Mediterrâneo passem a ser uma memória histórica. Como se os migrantes fossem uma mole de carneiros enviados contra a sua vontade para barcos sobrelotados. Na verdade, o embarque não é uma imposição dos traficantes: é uma escolha das pessoas. Uma escolha arriscada, quase desesperada, que só é tomada por ser a única alternativa. Os traficantes de seres humanos merecem desaparecer da face da Terra, sim. Mas agitá-los como responsáveis únicos (ou até principais) pelas mortes no Mediterrâneo não é mais do que uma capa para cobrir a culpa.

Na verdade, este naufrágio – e tantas outras tragédias, antes e depois desta – é consequência directa da decisão política de evitar a chegada de pessoas a fronteiras europeias, o resultado lógico da impunidade com que os Estados têm abusado da repressão nas fronteiras e da legalização de práticas que negam qualquer direito às pessoas em movimento, desde os *pushbacks* ao atraso propositado nos salvamentos, passando pela criminalização da solidariedade ou pela cooperação com países cujos governos são tudo menos aconselháveis.

Nesse sentido, 180 organizações e iniciativas de defesa dos direitos humanos lançaram uma carta aberta, logo a 20 de Junho, onde afirmavam: «Com o imperdoável naufrágio ao largo da Grécia, vemos que o Mar Mediterrâneo não é apenas um cemitério, é um local de crime. Um cenário de crimes contra a humanidade, com milhões de turistas privilegiados a continuarem a navegar livremente por lá todos os anos. Por isso, exigimos o fim imediato da violência (sistémica) nas fronteiras.»

Solidariedade *à la carte*

Esta tragédia evitável aconteceu, conforme já foi referido, meia dúzia de dias depois de um acordo político alcançado, a 8 de Junho, no Luxemburgo pelos ministros do Interior (Administração Interna) da UE sobre o Pacto de Migrações e Asilo (ou

OPEN ARMS ITÁLIA

melhor, sobre a reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo), apresentado pela primeira vez em Setembro de 2020. Foram quase três anos para chegar a um entendimento que ainda não é final: o Conselho teria ainda de negociar com o Parlamento Europeu para chegar a uma posição comum que se tornaria lei.

Nesse acordo, os Estados-membros traçaram um «labirinto de regras processuais, bizantinas na sua complexidade e baseadas na tentativa de limitar o número de pessoas a quem é concedida protecção internacional na Europa», nas palavras do Conselho Europeu para os Refugiados e Exilados (CERE). Que acrescenta: «O acordo reduz as normas de protecção na Europa, o que é mais ou menos o objectivo. Resta saber se cumprirá os seus outros objectivos de dissuasão das chegadas, de regresso rápido ou de redução dos chamados movimentos secundários.»

Apesar de se manterem as regras de Dublin [o «primeiro país de acolhimento» continua a ser responsável último pelo migrante, mesmo que já haja familiares a viver e em situação regular noutros Estados-membros], foi acordado um novo sistema que permite a redistribuição de migrantes por toda a UE, com uma quota de quantas pessoas os Estados fronteiriços devem processar por ano antes de pedirem ajuda. A «solidariedade» diz-se obrigatória, mas comporta uma flexibilidade que coloca esse adjectivo em causa. Ou seja: todos os países da UE têm de receber migrantes ao abrigo desse mecanismo de realocação, mas apenas se quiserem. Se não quiserem, podem escolher entre pagar 20 mil euros por cada migrante recusado ou praticar a «solidariedade alternativa», por exemplo, destacando pessoal para fronteiras externas da UE ou apoiando o reforço das capacidades dessas fronteiras. Em suma, uma obrigatoriedade à escolha do freguês.

> Um objectivo subjacente desponta ainda neste acordo: a externalização das responsabilidades para países de fora da UE.

Dentro do espaço europeu, o foco principal deste acordo é a utilização alargada dos procedimentos nas fronteiras – dos procedimentos de inadmissibilidade e dos procedimentos de repatriamento acelerados –, com a consequência previsível de aumentar o preço que os traficantes cobram pelas viagens, de serem construídos mais campos de refugiados ao estilo *hotspots* gregos, uma vez que esses «procedimentos» e a falta de informações sobre eles reduzem ainda mais as hipóteses de os refugiados obterem protecção na UE e aumentam os períodos em que a vida destas pessoas é suspensa em campos de refugiados onde é quase proibido sonhar.

GALATIA IATRAKI

Um objectivo subjacente desponta ainda neste acordo: a externalização das responsabilidades para países de fora da UE, apesar de, como lembra o CERE, «85% dos refugiados do mundo serem acolhidos fora da Europa, principalmente em países extremamente pobres». E acrescenta: «Os alvos são os países dos Balcãs Ocidentais e do Norte de África, através da utilização de instrumentos jurídicos como o conceito de "país terceiro seguro". No entanto, as reformas não contribuem em nada para aumentar a probabilidade de estes países aceitarem acolher pessoas devolvidas pela UE.» Acrescente-se que ficou também estabelecido que cada Estado-membro (e não a UE como um todo) determina qual é o país que considera «seguro».

Para as pessoas que procuram protecção, a perda seria grande. O acesso a um processo de asilo justo iria ser dificultado. O risco de detenção aumentaria. Os procedimentos iriam aumentar em complexidade e morosidade. A possibilidade de acabarem num «país terceiro seguro», onde é provável que tenham dificuldades em sobreviver livremente, dispararia.

Entretanto, no passado dia 26 de Julho, os 27 países da União Europeia não conseguiram chegar a acordo, apesar das tentativas da presidência espanhola para alcançar um consenso. A Polónia, a Hungria, a República Checa e a Áustria mostraram-se contra a proposta, enquanto a Alemanha, a Eslováquia e os Países Baixos se abstiveram. Em Setembro, talvez mais tarde, o debate continuará. O desacordo tem uma origem dupla: por um lado, as normas a aplicar em caso de «crise migratória» e, por outro, a própria definição de «crise migratória». Os países do leste da UE insistiram na necessidade de considerar também como «crise» as situações em que Estados terceiros utilizem a chegada de migrantes para travar batalhas políticas, tomando a Bielorrússia como precedente. O eixo de Visegrado apelou igualmente a medidas mais rigorosas em caso de crise migratória. Muito para além das exigências da linha dura, representada por países como a Polónia e a Hungria, o endurecimento dos procedimentos já faz parte do pacto alcançado em Junho, cujos pormenores terão de ser negociados depois das férias de Verão

ou, pelo menos, antes das eleições para o Parlamento Europeu, em Junho de 2024. Nessa data, depois de Espanha e Bélgica, será a vez de a Hungria assumir a presidência da UE, abrindo um quadro ainda menos favorável para os direitos dos migrantes.

Nos inícios de Agosto, mais quatro dezenas de pessoas se afogaram ao tentarem chegar a Itália e outras 27 morreram por complicações relacionadas com o excesso de calor no deserto líbio.

Consequências para quem mata ou para quem migra?

Um mês depois do naufrágio, os familiares das vítimas continuavam a sentir-se sozinhos e abandonados. Afirmavam que não estavam a receber apoio suficiente por parte das autoridades gregas na procura dos seus. Ou seja, apesar de os familiares terem dado todos os passos necessários para a identificação de cadáveres, a verdade é que o governo grego não os ajudava no processo de reconhecimento. Por essa altura, também não havia informação sobre as pessoas cujos corpos ainda não tinham aparecido e a guarda costeira grega informava que terminara as buscas.

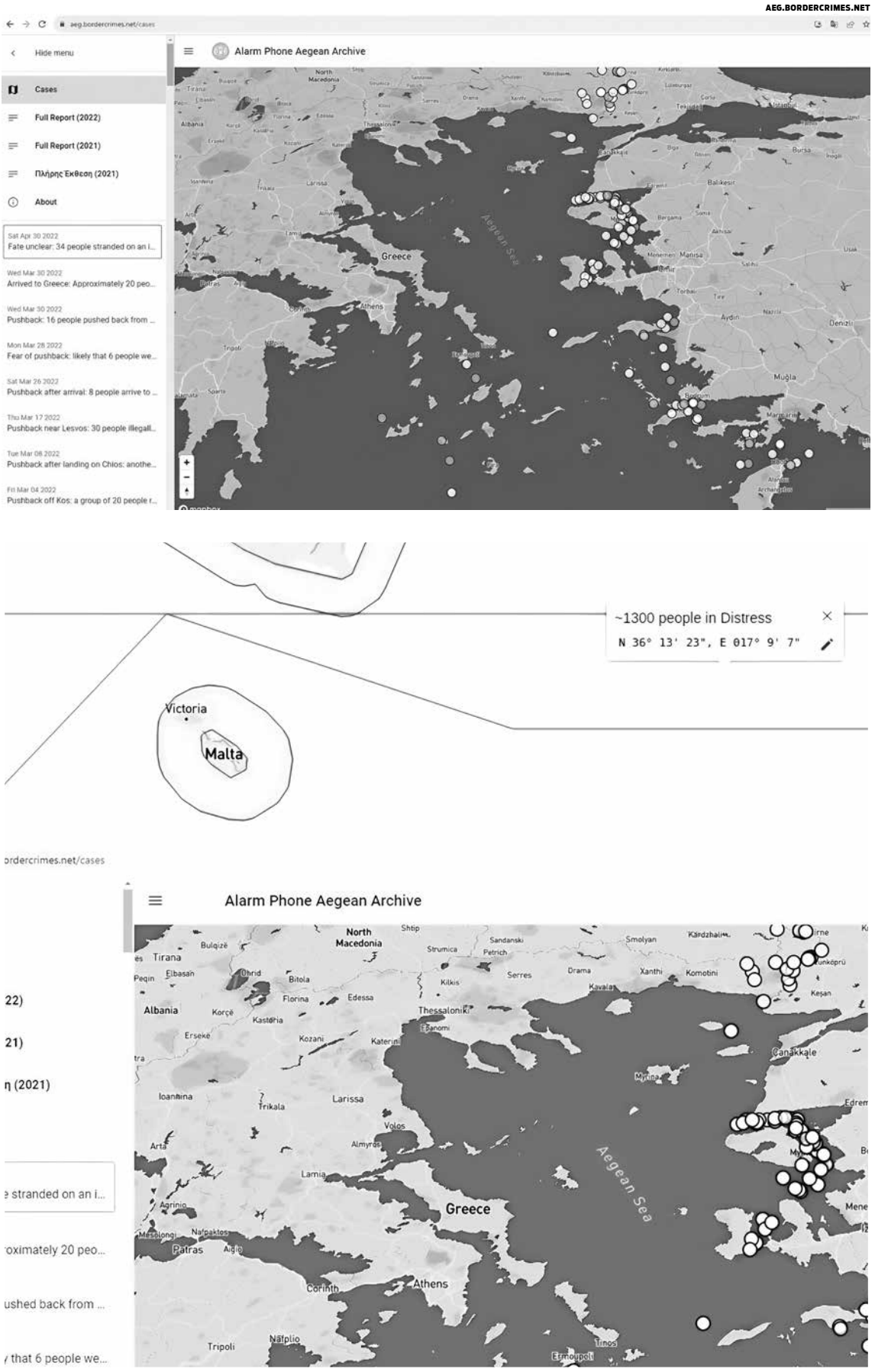
Entretanto, a reconstrução forense do naufrágio, publicada a 7 de Julho pela Forensis, juntamente com a Solomon, o *The Guardian* e a STRG_F/ARD [1], com contribuições da Alarm Phone e do Conselho Grego para os Refugiados, revela «inconsistências» no relatório divulgado pelas autoridades gregas, as mesmas que a Alarm Phone já tinha denunciado nos dias a seguir ao naufrágio. Esta investigação também demonstra o cinismo da narrativa da guarda costeira helénica, que tem culpado as próprias vítimas pelas suas mortes. No final, depois de se juntarem as provas e os testemunhos dos sobreviventes, fica claro que cerca de 600 pessoas morreram como consequência directa das acções (e inacções) da Guarda Costeira grega.

Um mês mais tarde, ou seja, quase dois meses depois do naufrágio, mais concretamente no início de Agosto, a Amnistia Internacional (AI) e a Human Rights Watch (HRW) apelavam conjuntamente para que houvesse uma investigação credível, sublinhando que o contraste entre as versões dos sobreviventes e da Guarda Costeira é «extremamente preocupante». Depois de ter optado por ficar a observar em vez de resgatar as pessoas em perigo, a Guarda Costeira enviou uma embarcação para as proximidades da traineira em apuros que, pouco depois, se virou e afundou. A HRW e a AI afirmam que «os sobreviventes entrevistados dizem consistentemente que a embarcação da Guarda Costeira grega se prendeu ao *Adriana* [o nome da traineira] e começou a rebocá-lo, fazendo-o balançar e depois virar-se». As autoridades gregas afirmam que nunca houve tentativa de arrastar o barco.

A Lighthouse Reports (que já tinha acusado Itália de mentir – com a cobertura da Frontex – sobre o papel que tinha tido num outro naufrágio, este de Fevereiro passado e que resultou na morte de 94 pessoas), afirma desta vez que há depoimentos oficiais propositadamente alterados para que a responsabilidade não caia sobre costas europeias. De acordo com este grupo de investigação jornalística, um dos sobreviventes apercebeu-se de que a parte sobre o que achava ter sido a causa do naufrágio não estava no depoimento quando o assinou, mas estava demasiado «aterrorizado» para se recusar a assinar.

O próprio *The New York Times* afirma que «a escala de mortes era evitável». E continua: «Dezenas de responsáveis e equipas da Guarda Costeira estavam a monitorizar o navio, mas o governo grego tratou a situação como uma operação policial, não como um resgate. Em vez de enviarem um navio-hospital, ou especialistas em salvamento, as autoridades mandaram uma equipa que incluía quatro homens armados, de cara tapada de uma unidade de operações especiais.»

AEG.BORDERCRIMES.NET



Tunísia

Com pormenores que poderão balançar mais para um lado ou para o outro, o caminho no novo Pacto é o alargar da noção de «crise migratória», em cujo quadro se permite a não aplicação dos famosos direitos humanos. Uma das imagens de marca é a de Von der Leyen, Meloni e Mark Rutte, primeiro-ministro dos Países Baixos, a assinarem um memorando de entendimento com Tunes, nos primeiros dias de Junho, depois de meses de violência contra a população negra na cidade de Sfax, enformada pelas declarações racistas do presidente tunisino, Kais Sayed. Entretanto, os corpos encontrados na fronteira com a Líbia e as inúmeras imagens de forças de segurança tunisinas a abandonarem pessoas negras nos confins do país sem água sem comida não chegaram para dissuadir o trio de mandatários europeus a viajarem uma segunda vez para a Tunísia, a 14 de Julho, para fazerem avançar uns acordos que ainda se mantêm, na sua generalidade, no segredo dos deuses.

O caminho no novo Pacto é o alargar da noção de «crise migratória», em cujo quadro se permite a não aplicação dos famosos direitos humanos.

Nesse mesmo dia, a organização Euromed Rights denunciava o objectivo da UE de transformar a Tunísia numa «guarda fronteiriça, responsável por conter a migração "indesejável" e mantê-la tão longe do território europeu quanto possível». A mesma organização acusava ainda o bloco europeu de impor o acordo de entendimento: «Denunciamos com veemência as pressões exercidas pela União Europeia sobre a Tunísia, no âmbito de uma cooperação desigual e negociada, com o objectivo de impor a este país mediterrânico as suas políticas ultra-securitárias de imigração e de asilo, à revelia do direito internacional e dos direitos dos refugiados.»

Nos inícios de Agosto, mais quatro dezenas de pessoas se afogaram ao tentarem chegar a Itália e outras 27 morreram por complicações relacionadas com o excesso de calor no deserto líbio. No final desse mês, Itália assumiu a dianteira na utilização da Tunísia, exigindo a três navios de salvamento que desembarcassem as pessoas nesse país. Uma pressão que surgia quando se sabia que a perseguição violenta a migrantes negros continuava a ser prática constante e patrocinada pelo estado tunisino. O que, como é simples de compreender, provoca um êxodo ainda maior desse país em direcção à Europa.

NOTAS

1 Reconstrução da Forensis: https://bit.ly/3Qlo0hG
Investigação da Solomon: https://bit.ly/3M1wYxH
Vídeo da STRG_F/ARD: https://bit.ly/3Qiaona
Investigação do The Guardian: https://bit.ly/3Qlo40U.

Quem te liga à luz?

GUILHERME LUZ
FILIPE NUNES

Central Fotovoltaica Riccardo Totta em Alcoutim

Em 2024, Lisboa será o palco das Jornadas pela Democracia Energética (JDE), para analisar o atual modelo energético. Assumindo a energia como uma necessidade básica, o encontro parte de membros de cooperativas (de energia e não só), investigadores e ativistas na área da justiça climática, transição e democracia energética.

«Une-nos o objetivo de construir, nos próximos anos, um novo sistema energético e defender uma transição energética assente na democracia e na energia como bem comum», afirma o coletivo organizador, num apelo que pretende juntar diferentes atores com ou sem ligação à energia, institucionais ou não, para se debruçarem sobre questões energéticas e com um objetivo claro: propor alternativas concretas para que as comunidades tomem a energia nas suas mãos.

No centro da crise climática, económica e social «está a forma como a energia é produzida, consumida e como se organiza o atual modelo energético». Desde logo «a atual crise do custo de vida tem, na sua génese, a explosão dos preços do gás fóssil. Mas esta explosão foi orquestrada pelas empresas fósseis como forma de recuperar os lucros que perderam durante a pandemia de Covid-19. A invasão da Ucrânia por parte do Estado russo deu-lhes então a desculpa perfeita para um aumento de preços». Por outro lado, a transição energética em marcha, focada no desenvolvimento de energias renováveis, por si só, não responde às múltiplas crises que enfrentamos. Assim, impõe-se «uma transição energética que repense, transforme e abandone o atual modelo de produção e consumo energético». «Assente na democracia energética, na suficiência, eficiência e circularidade de recursos, respeito pelo património ecológico e biodiversidade e sem onerar as futuras gerações». A grande questão está em como traçar essa trajetória.

Para os promotores da JDE, a democracia energética divergirá do atual modelo energético detido por grandes empresas privadas, sem qualquer controlo social, que gerem infraestruturas – como redes de distribuição e transmissão de eletricidade, ou centrais de produção – de modo centralizado, concebendo a energia como uma mercadoria alimentada pela ideia de um consumo infinito. É esse o cenário que permanece na atual instalação de centrais renováveis. A concentração da produção em poucos locais e de grande dimensão, fazendo com que a eletricidade tenha de ser transportada ao longo de grandes distâncias e aumentando as suas consequências ambientais e sociais sobre territórios «sacrificados». Desigualdades regionais, aqui, somadas à brutal assimetria no acesso à energia entre os países do norte global – que mais contribuem para as alterações climáticas e mais energia consomem – e os do sul global, historicamente menos responsáveis pelas emissões de CO2.

A que custo?

A questão *Transição Energética? Sim, mas a que custo?*, foi eleita como o tema do IV Encontro da Convergência Ecológica e Ambiental, que se realizou nos dias 14 e 15 de outubro de 2023 em Vimioso, distrito de Bragança, organizado pela Associação dos Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente, pela Associação Portuguesa de Turismo Sustentável e pela Palombar – Conservação da Natureza e do Património Rural.

Com foco nas mega centrais solares, o encontro abordou as «consequências negativas diretas no coberto vegetal e impactos nos ecossistemas e paisagem». Citando Pedro Alves, biólogo da Palombar, «o Plano Nacional de Energia e Clima estabelece como meta atingir 9 GW de potência solar até 2030, dos quais 7 GW em solar centralizado e apenas 2 GW em solar descentralizado. O foco deveria ser a potência solar descentralizada, em telhados e comunidades de energia. Além de salvaguardar os ecossistemas, é a opção mais democrática e energeticamente eficiente».

> Um objetivo claro: propor alternativas concretas para que as comunidades tomem a energia nas suas mãos.

Quanta energia precisamos?

Resgatar o direito a questionar e a decidir quanta energia precisamos é uma premissa central. Incontornável, no quadro de sobrevivência planetária, «que é necessário inventar, criar e defender um modelo 100% baseado em energias renováveis que compatibilize e otimize produção centralizada e descentralizada, procurando que a eletricidade renovável seja gerada, sempre que possível, próxima dos locais de consumo», os organizadores das JDE frisam que «este sistema energético alternativo deve ser orientado por uma lógica de bem comum, critérios sociais e ambientais e deve garantir o direito universal à energia para todas as pessoas e gerido de baixo para cima, ou seja, a partir das comunidades, das cidades, dos municípios». Adaptado ao contexto ecológico local e direcionado «a suprir as necessidades energéticas reais das sociedades e não para alimentar os lucros das empresas, o crescimento económico».

A realidade portuguesa acompanha uma vaga global de crítica às injustiças do sistema energético. Como resultado da conferência *O futuro é público* decorrida em Santiago do Chile em 2022, sindicatos, representantes indígenas, coletivos ecofeministas e de solidariedade, organizações do movimento da justiça climática e ONG assinaram uma declaração conjunta. Aí pode-se ler que «à medida que milhares de milhões de pessoas em todo o mundo enfrentam pobreza energética e os preços da energia batem recordes, este é um momento crucial para a transição para um sistema público de energia enraizado na justiça, na solidariedade e na democracia. É hora de nos unirmos a nível mundial para colocar o cuidado das pessoas e do nosso planeta à frente do lucro. À medida que nos levantamos contra a injustiça, trabalhamos juntos pela democracia energética. Vemos a luta pela democracia energética como parte de um processo mais amplo de luta pela justiça climática que reconheça a intersecção entre racismo, classismo, capitalismo, injustiça económica, exploração de género e danos ambientais. É preciso fazer as mudanças sistémicas necessárias para realinhar as nossas economias com os nossos sistemas naturais. Desde coletivos locais a regionais, nacionais e transformações internacionais: temos soluções.»

Constatando que a «forma como produzimos e consumimos energia é um reflexo fidedigno da forma como nos organizamos enquanto sociedade» as JDE pretendem não somente analisar o atual modelo energético no quadro da transição energética, e discutir o desmantelamento da infraestrutura fóssil, como, na prática, compreender como combater a pobreza energética e discutir propostas para a transição energética a partir dos municípios. Para lá do foco municipal que transparece nas JDE, estas visam – na senda da declaração de Santiago do Chile – alargar as perspectivas e soluções técnicas à integração de «visões feministas, ecossocialistas, anti-colonialistas, anti-racistas e decrescentistas». «Pensar como podem dialogar entre si diversas lutas na transição energética, da luta contra as grandes centrais fotovoltaicas e o extrativismo "verde", às estratégias conjuntas dos movimentos pela habitação e pela democracia energética».

Monitoramento digital como ameaça à mobilidade humana

MIRNA WABI-SABI
PLATAFORMA9P9.COM

Durante a pandemia de COVID-19, um «rótulo nutricional de privacidade» foi introduzido na loja de aplicativos da Apple. Pretendeu simplificar o acesso dos consumidores ao conteúdo dos termos e condições, nomeadamente às suas implicações na privacidade individual. No entanto, imigrantes indocumentados nos Estados Unidos e na Europa foram e ainda estão sujeitos a monitoramento digital invasivo, levantando a questão de como lidar com usos descontrolados de avanços tecnológicos por instituições governamentais. A inteligência artificial (IA) tem sido usada para prever os movimentos geográficos dos migrantes, e os aplicativos de telefone têm sido usados como uma alternativa ao encarceramento e tornozeleiras. Parece que os avanços tecnológicos não caminham paralelamente às melhorias da condição humana, por isso acompanhar esses avanços é um desafio para aqueles que lutam para melhorar suas condições de vida.

Todos nós assinamos coisas hoje em dia, mas nem todas as nossas assinaturas têm a mesma conotação. O uso de uma assinatura como forma de conceder aprovação não é o mesmo que a prática mais comum de assinar coisas como «termos e condições». Essa distinção deve ser feita porque, ao identificar quando uma assinatura não é empoderadora ou representativa de consentimento, podemos procurar ferramentas alternativas de resistência contra a ordem estabelecida – aquela que usa assinaturas para controlar e subjugar segmentos desprivilegiados da população.

As assinaturas ganham significado por meio de instituições de poder de governos que estabelecem a ordem e têm os recursos para impor essa ordem. Em qualquer estrutura hierárquica, assinar algo é indicativo de uma diferença de *status*, assim como da capacidade de fazer alguém assinar um acordo desfavorável.

Um bom exemplo disso é nossa prática rotineira de baixar aplicativos em nossos *smartphones*. A Apple, por exemplo, aprova os aplicativos que permite em sua loja de aplicativos, mas os termos e condições com os quais concordamos ao baixá-los certamente são desfavoráveis para nós como consumidores. Numa tentativa de mitigar este problema, foi introduzida uma «etiqueta nutricional de privacidade» nas aplicações da loja durante a pandemia de COVID-19, supostamente simplificando o acesso dos consumidores ao conteúdo destas condições.

Os rótulos provavelmente são resultado do GDPR (General Data Protection Regulation), que a Apple cita em sua página de Políticas de Privacidade e exige não apenas transparência sobre essas políticas, mas também que essas informações sejam apresentadas de maneira que as pessoas as possam entender facilmente. Infelizmente, esses «rótulos nutricionais» não são eficazes nem precisos, exacerbando a questão de acordos desfavoráveis com os quais consentimos por meio de assinaturas digitais.

> Concordar com termos e condições perigosos de aplicativos que rastreiam movimentos e procuram prever movimentos futuros de pessoas como você infringe as liberdades de segmentos inteiros da população mundial.

No início de 2022, após a proibição do aborto nos Estados Unidos, as mulheres se encorajaram a remover aplicativos de rastreamento de menstruação de seus telefones por medo de possíveis violações de privacidade e repercussões jurídicas. Esta é uma forma de não assinar, não consentir, a partilha de dados pessoais. É também uma forma de greve geral, provocando uma forte reviravolta no setor. Poder deletar algo do seu *smartphone* é, portanto, uma posição privilegiada de se estar.

Quase um quarto de milhão de imigrantes nos Estados Unidos são rastreados pelo ICE (Immigration and Customs Enforcement) com o uso de um aplicativo que as autoridades descrevem como mais humanitário do que tornozeleiras ou prisão. Não é uma surpresa que muitos não concordem com essa descrição, e é por isso que houve um processo judicial contra o Departamento de Segurança Interna, alegando violação da Lei de Liberdade de Informação e preocupação com o «aumento drástico no Programa de Supervisão de Aparência Intensiva (ISAP)»[1]. Esse programa representa como, hoje em dia, as políticas de privacidade de aplicativos podem literalmente se tornar prisões virtuais.

Na Europa, devido à «crise de refugiados» de 2015, o monitoramento de dados foi considerado pelas instituições governamentais como uma ferramenta para prever os «movimentos de imigrantes para a Europa». A Agência Espacial Europeia fez apresentações a várias organizações da União Europeia (UE), incluindo a Frontex, sobre «tecnologias inteligentes disruptivas comercialmente viáveis»[2]. Num relatório de 2019 sobre o assunto, foram consideradas as limitações éticas e práticas desse programa, mas não há garantia de que essa ferramenta não tenha sido ou não esteja sendo usada. Embora o relatório reconheça que essa tecnologia pode ser e tem sido usada para perfilamento racial – que eles descrevem como um «foco excessivo nos países africanos»[3] – e que o aprendizado de máquina baseado em dados imprevisíveis produz resultados não confiáveis, a conclusão descreve esse método como um «fluxo de trabalho nascente». Em outras palavras, se esse método profundamente falho e antiético de lidar com crises humanitárias ainda não é difundido, certamente está prestes a se tornar.

Concordar com termos e condições perigosos de aplicativos que rastreiam movimentos e procuram prever movimentos futuros de pessoas como você infringe as liberdades de segmentos inteiros da população mundial. Considerando que hoje é quase impossível não produzir dados (desde o dia em que nascemos, documentos e dados são coletados e armazenados sobre nós), o que podemos fazer para interromper as estratégias de processamento de dados, garantir um certo nível de privacidade e permitir a liberdade de movimento?

Contratos de Integração

Os pedidos de asilo na Europa são assinados por funcionários do governo e os requerentes são obrigados a assinar vários formulários – incluindo «contratos de integração». Enquanto isso, os critérios utilizados por quem tem

O monitoramento de dados foi considerado pelas instituições governamentais como uma ferramenta para prever os «movimentos de imigrantes para a Europa».

o poder de deferir os pedidos de asilo são escondidos do segmento do público mais interessado nestas políticas de imigração: os requerentes de asilo. Pode-se dizer que é do interesse dos países da UE manter os requerentes de asilo alheios ao funcionamento interno das suas instituições e aos processos de tomada de decisão. Esses ramos do governo podem não querer que os requerentes de asilo tenham informações que possam ajudá-los a apresentar seus casos de forma mais eficaz.

Isso é exemplificado no processo judicial de 2014 *YS e outros*, onde justificativas legais incoerentes foram usadas para negar aos migrantes o direito de acessar seus dados pessoais, um direito protegido pelas leis europeias de privacidade. Em alguns casos, foi alegado que o direito à privacidade dos funcionários do governo e suas linhas de raciocínio supera os direitos dos requerentes e que os pedidos não continham os dados pessoais dos imigrantes. Não há dúvida, no entanto, que os arquivos de solicitação de asilo contêm os dados pessoais dos requerentes, assim como a análise escrita de funcionários do governo sobre essas solicitações.

Entretanto, quando um pedido de asilo é aprovado, o imigrante é obrigado a assinar contratos que, entre outras coisas, o sujeitam a uma «formação cívica» obrigatória. O Escritório Francês de Imigração e Integração (OFII) chama isso de «Contrato de Integração Republicana (CIR)», onde aos «estrangeiros recém-chegados» são ensinados «os princípios [e] valores [...] da República, os direitos e deveres relacionados com a vida na França e a organização da Sociedade Francesa»[4]. A concessão do pedido de imigração vem atrelada à exigência de renunciar a certos aspectos de sua identidade cultural. Ou seja, esforços robustos de integração não são apenas para inserir imigrantes na força de trabalho, mas também um «escudo contra a radicalização»[5] – um termo genérico para diferenças culturais extremas.

A Holanda tem um programa semelhante, onde o «conhecimento da sociedade holandesa» é misturado com habilidades no idioma holandês. Eles vão ainda mais longe ao exigir trabalho «voluntário» em empresas e exigir seguro de saúde de empresas que se recusam a fornecer informações em qualquer idioma que não seja o holandês. Já passei por esse processo – duas ou três vezes por semana, quando me «voluntariei» para passar aspirador de pó numa locadora de vídeo. Aqui aprendi sobre o *Black Pete* (mas não sobre a história colonial do país) e tive que me inscrever e pagar por serviços de saúde que não pude usar, porque os trabalhadores se recusaram a me dar informações em inglês pelo telefone.

No Brasil, um paralelo pode ser feito com os esforços de integração dos refugiados venezuelanos. Nos relatórios oficiais[6] não há menção à formação e valores cívicos; em vez disso, há menção a oportunidades de certificação e trabalho. O relatório da Agência da ONU para Refugiados de 2021 descreve que os refugiados venezuelanos no Brasil têm maior probabilidade de ter concluído estágios de educação, mas ganham menos e trabalham mais horas do que seus colegas brasileiros. Não existe um programa de integração obrigatório, portanto, esta prática não é intrínseca às políticas de imigração em todos os lugares.

Um novo plano de ação para a integração de migrantes na Europa, lançado em 2020 e com o objetivo de se concretizar entre 2021 e 2027, estabelece uma conexão clara entre «inclusão» e "«monitoramento». Este monitoramento é essencialmente uma vigilância digital, embora seja descrito com bons olhos como um acompanhamento dos projetos de integração financiados pela União Europeia, para garantir sua integridade e eficácia, bem como uma iniciativa anti-discriminação. Os pesquisadores expressaram suas preocupações sobre como esses acompanhamentos das políticas de integração, combinados com uma nova Agenda Digital Europeia, podem facilmente se tornar «uma estrutura de vigilância em massa»[7] e uma violação dos valores de uma sociedade democrática.

A digitalização dos serviços públicos vai muito além do setor da imigração, mas o impulso específico para a integração dos imigrantes passa agora pela formação digital. Melhorar as habilidades digitais de qualquer segmento da população é, em teoria, uma coisa boa. Mas isso também pode transferir uma quantidade imensa de poder para o Estado, tanto sobre quais informações compartilhar quanto como. Hoje em dia, qualquer pessoa vê as novas tecnologias comercializadas como úteis para o desempenho de uma determinada tarefa, enquanto informações cruciais sobre como seus dados são coletados e compartilhados são omitidas. Estamos todos suscetíveis a elas, especialmente os imigrantes.

Confiar nas empresas de tecnologia e no governo para nos ensinar sobre suas próprias inovações tecnológicas é como confiar no McDonald's para nos ensinar como sua carne é produzida.

Inteligência Artificial e Ação

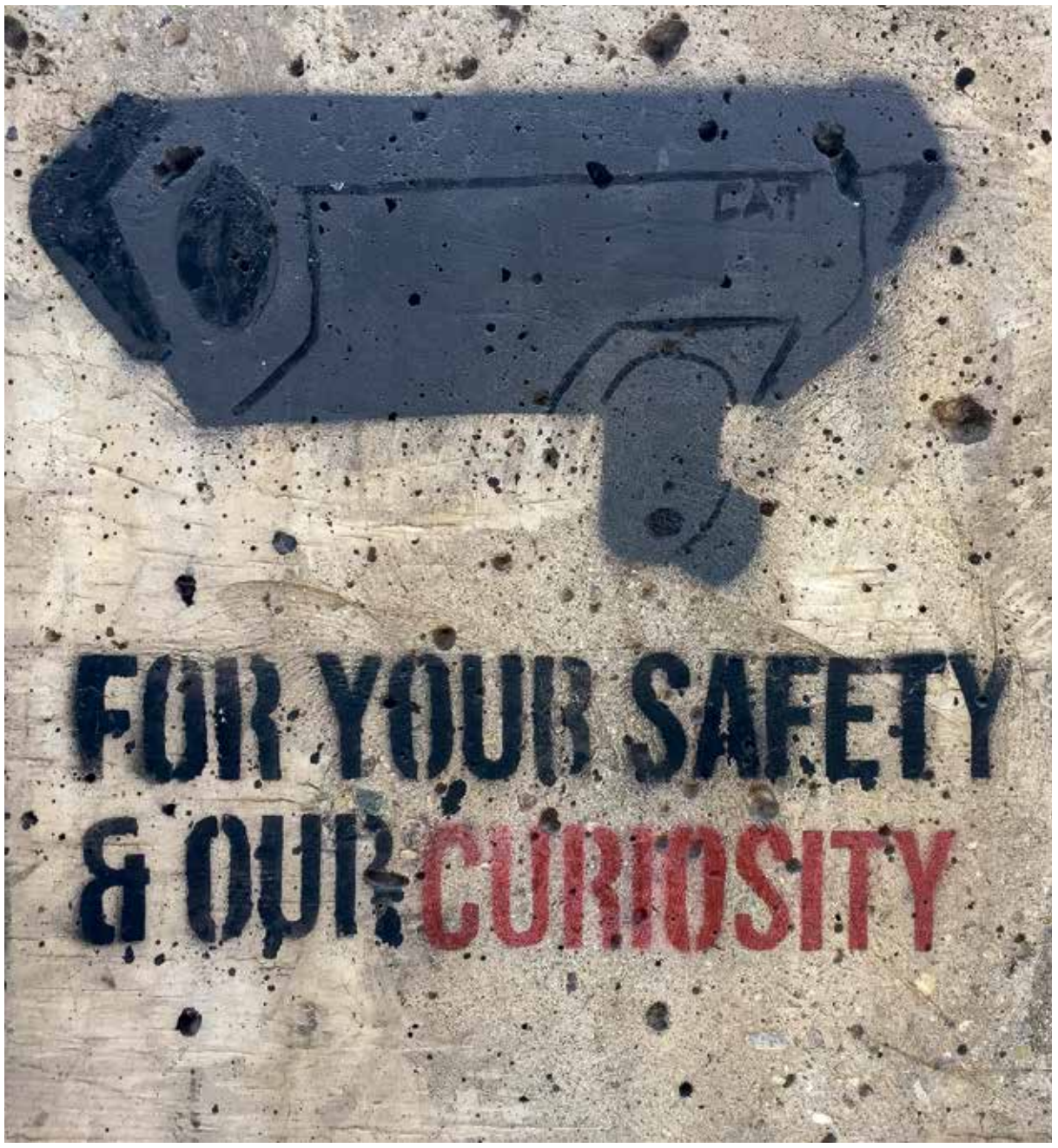
Nesta era digital, esses esforços de integração colocam questões preocupantes sobre o que a IA pode fazer para rastrear, prever e manipular o comportamento das pessoas. Quanto mais integradas estiverem as pessoas, mais fácil será para o aprendizado de máquina detectar comportamentos anormais em conjuntos infinitos de dados. Se não podemos reverter esse processo, devemos seguir em frente sabendo o que essas tecnologias podem fazer e como controlá-las – em vez de sermos controlados por elas.

Primeiro, vamos aprender com pessoas e grupos que não têm interesse em promover essas políticas e tecnologias de integração. Confiar nas empresas de tecnologia e no governo para nos ensinar sobre suas próprias inovações tecnológicas é como confiar no McDonald's para nos ensinar como sua carne é produzida; é claro, eles se descreverão com bajulação irreal. Embora a imparcialidade seja quase impossível de alcançar, assim como os conflitos de interesse são difíceis de erradicar completamente, uma sociedade democrática tem o dever de fornecer pluralidade de fontes e diversidade no acesso à informação.

Em segundo lugar, vamos promover a aceitação das diferenças culturais em detrimento dos esforços de integração. A integração social é comercializada pelos escritórios governamentais de imigração na Europa como «anti-racista», generosa e empoderadora. Não é nenhuma dessas coisas. Como parte das minhas aulas de «integração», fui «voluntária» numa locadora onde tive que passar aspirador de pó numa seção fechada dedicada à pornografia. Para uma imigrante muçulmana, que em 2015 era a maioria das pessoas da minha classe, isso seria humilhante. Na época, o secularismo que os holandeses sempre promoveram como progressista se transformou em fanatismo flagrante, e «integração» significava a pressão hostil para aprender o idioma local rapidamente e esconder quaisquer marcadores não cristãos. Não é surpreendente que estudiosos[8] tenham apontado os perigos da tecnologia de IA se tornar uma nova ferramenta para decretar velhos comportamentos fascistas europeus.

Certas táticas antiterroristas que são consideradas aceitáveis nos Estados Unidos são, em teoria, inaceitáveis na Europa, pelo menos mais. Como Paola Regina e Emilio de Capitani apontam num estudo publicado em março de 2022, a IA está pressionando, ou precisa pressionar, os europeus a «reavaliar» seus esforços antifascistas em torno da vigilância do governo e do direito à privacidade. A tecnologia expandiu o escopo do acesso a dados por instituições governamentais, e os ataques terroristas de 11 de setembro serviram por duas décadas como um «recurso à insegurança, real ou imaginária». Isso alimenta o desejo de «securitização da imigração internacional».[9]

As diferenças nas perspectivas éticas e históricas entre os EUA, o Reino Unido e a UE provaram não resistir a esse paradigma geopolítico e à velocidade da luz dos avanços tecnológicos. Os estudos sobre esta questão tendem a mencionar as revelações de Snowden de 2013 com um sentimento de preocupação diante de tais conjuntos massivos de dados emparelhados com algumas das instituições governamentais mais secretas. Um estudo publicado em *Public Intelligence* vai além, ao questionar até que ponto essa prática «pode ser tolerada em e entre democracias»[10] em particular. Ou seja, como se a questão surgisse quando os europeus se



tornassem alvos de vigilância em massa, não quando os árabes fossem alvos dela, ou povos em qualquer outro lugar do mundo. «Nas e entre democracias» exclui atitudes antidemocráticas «por» democracias em relação a todos os outros.

O fluxo migratório para a Europa, devido à geografia propícia e à agitação induzida pelo Ocidente no Oriente Médio e Norte da África, levou a perfis digitais desorganizados ou «atividades de vigilância em massa realizadas sem objetivos claros»[11]. Parece que a segunda década dos anos 2000 foi marcada por descobertas de como essas tecnologias digitais se infiltraram em cada pequena fresta de nossas vidas. E é só agora, na terceira década desse milênio, que estamos chegando mais perto de definir e rotular o que vem acontecendo. Como podemos melhorar o rastreamento e a previsão dos movimentos tecnológicos de instituições poderosas?

Impedir que essas tecnologias sejam desenvolvidas é praticamente impossível, assumindo que a democracia e a liberdade são os valores supostamente defendidos por aqueles que estão engajados nesse debate. O que está ao nosso alcance é entender como essas tecnologias funcionam, como têm sido utilizadas e, assim, ter clareza de como poderão vir a ser utilizadas num futuro próximo. Para isso, precisamos de redes independentes de treinamento digital.

Muitos de nós já sabemos o que o Photoshop pode fazer com as imagens, então agora estamos aprendendo o que os efeitos de edição de rosto podem fazer com os vídeos. Está claro que esse tipo de tecnologia de IA já está sendo usado para rastrear e traçar perfilamentos raciais de pessoas, e que não é apenas imoral, mas também inconfiável. Seria seguro assumir que a direção que a ordem estabelecida está tomando é aquela em que muito mais esforço está sendo feito para resolver a questão da falta de confiabilidade do que da falta de moralidade.

A exclusão de aplicativos de rastreamento de menstruação apenas lida com os problemas do passado, quando pensávamos que ainda poderíamos evitar pontos de acesso digitais problemáticos. Numa paisagem onde se supõe que não haja maçãs podres, há apenas uma maçã muito grande podre da qual mais da metade da população mundial se alimenta[12]. Às vezes acho que aumentar a entrada de dados, portanto, diminuir sua previsibilidade seria útil. O aprendizado de máquina e os algoritmos não podem ser eficazes em prever o comportamento humano, especialmente quando nós, como humanos, resistimos aos esforços para nos transformar em máquinas. Incentivar a diferença e a singularidade pode ser algo radical, porque a pressão para «integrar» é mais do que uma ferramenta de desradicalização, é um esforço para prever e controlar nossos comportamentos, até mesmo os mais íntimos.

NOTAS

1 United States District Court Northern District Of California. 2022. "Complaint For Declaratory And Injunctive Relief For Violation Of The Freedom Of Information Act."

2 Black, Crofton. 2020. "EU agencies tested monitoring data on refugees."

3 IOM (International Organization for Migration). 2019. "Workshop Report on Forecasting Human Mobility in Contexts of Crises."

4 Ministère de l'intérieur. 2022. "The Republican Integration Program." January.

5 Rush, Nayla. 2018. "France: Integration of Migrants Begins with Shared Values."

6 The UN Refugee Agency. 2021. "Integration of Venezuelan Refugees and Migrants in Brazil."

7 Regina, Paola, and Emilio de Capitani. 2022. "Digital Innovation and Migrants' Integration: Notes on EU Institutional and Legal Perspectives and Criticalities."

8 (como Regina e Capitani)

9 Hayes, Ben. 2018. "Migration and data protection: Doing no harm in an age of mass displacement, mass surveillance and 'big data.'"

10 Bigo, et al. 2013. "National Programmes For Mass Surveillance Of Personal Data In Eu Member States And Their Compatibility With Eu Law."

11 *Ibid.*

12 Chaffey, Dave. 2022. "Global social media statistics research summary 2022."

Nada

NADA PÁRA O PROGRESSO

VI

O isolamento e a solidão de um grande número de pessoas, que tende a aumentar na actual sociedade em pleno desenvolvimento, estão a ser objecto de enérgicas inovações tecnológicas. A indústria especializada, além dos já populares robôs de companhia cujo fabrico obedece, cada vez mais, a configurações físicas que os aproximam da figura humana (em vários escalões etários, segundo se trate de acompanhar crianças, adolescentes ou idosos), tem vindo a incorporar vozes, femininas e masculinas e na língua à escolha, em diverso mobiliário doméstico, passando assim a ser possível que a pessoa estruturalmente isolada converse animadamente com o frigorífico, o fogão, o televisor, a mesa, o guarda-roupa, o sofá, o candeeiro ou o autoclismo, além, naturalmente, dos *chats* automáticos já inseridos nos telefones inteligentes e noutros dispositivos com ecrãs, graças aos quais a pessoa pode falar cara a cara, mediante assinatura, com excelentes avatares.

VII

Hoje já ninguém pode ir para o Céu sem telemóvel. É esta uma das grandes conclusões a que chegou uma equipa científica multidisciplinar, constituída por alguns dos mais avançados especialistas internacionais em estudos de prospectiva animal, que incluem os humanos. Uma outra conclusão é ter-se tornado extremamente perigoso, ou mesmo fatídico, podendo facilmente induzir suicídio, retirar a qualquer pessoa o uso do telefone inteligente multitarefas. Sem essa inteligência, a pessoa tende rapidamente a sentir-se perdida, correndo o risco de adquirir patologias disfuncionais ou de enlouquecer activamente. O estudo compara essa eventual perda ao desaparecimento acidental de próteses em pessoas que delas necessitam, por exemplo, para se locomoverem.

VIII

O Turismo (que, por força de se ter tornado no país o sector mais relevante de todas as actividades económicas, deve escrever-se sempre com maiúscula) está por fim em vias de ser devidamente canonizado. Grande aspiração de todo o Sector, a canonização tem sido reclamada nos mais diversos simpósios, congressos e encontros organizados em todo o Território Turístico, tendo mesmo sido criada, há dois anos, uma Comissão de Peritos, a qual, além desse complexo trabalho preparatório, se dedica também a fazer o inventário de tudo o que ainda não tenha sido incorporado na Alçada Turística, desde recantos preexistentes a sítios, locais, monumentos e gentes cuja existência pode ser criada de raiz e devidamente fomentada, em prol deste Grande Desígnio Nacional. Nisto se incluindo, igualmente, a criação de novos doutoramentos, tais como o de Servir à Mesa ou o de Fazer Camas.

Memórias para a construção política da Agroecologia (parte I)

A meados dos anos 70, no Alentejo e na Andaluzia, emergiam dois processos de lutas agrárias pela terra, da mão de trabalhadores/as rurais e «jornaleros/as». Revisitamos estes processos, num ensaio que também procura indagar as raízes políticas da Agroecologia.

ROSEIRAS BRAVAS
ROSEIRABRAVA@DISROOT.ORG

«Da terra é que sai tudo,
da terra é que a gente come,
da terra é que a gente vive
E ela também come a gente.»[1]

A terra está no coração de processos de disputa entre quem a trabalha – e com ela estabelece relações de uma força vital – e quem a detém. Os processos de democratização do acesso à terra, geralmente denominados como Reforma Agrária (RA), podem ser desencadeados e legitimados por Estados («de cima para baixo») e/ou forçados por camponeses e trabalhadoras rurais. Neste último caso, os processos de RA têm constituído uma das expressões mais fortes das lutas agrárias. A questão do acesso à terra coloca-se desde que, ao longo dos séculos, esta foi sendo privatizada, ou seja, quando alguém se outorgou o direito de ditar a propriedade desse bem que não é de ninguém. Na Europa, o ápice desses processos foi a revolução agrícola, no séc. XVIII, com as «enclosures»: o cercamento e a apropriação privada das terras comuns.

O acesso à terra – que não implica necessariamente a sua propriedade – possibilita e está imbricado nas formas camponesas de organizar o trabalho (re)produtivo e, logo, possibilita a produção do alimento. Estas dimensões de luta, de trabalho, de alimento, de relação com a terra, de campesinidade, são alguns dos pilares da Agroecologia que nos fazem, desde logo, questionar se se pode construir Agroecologia sem elas. Agroecologia pressupõe também o estudo e a valorização dos conhecimentos agrícolas camponeses existentes num território. Nada disto se vê na Agroecologia nascente em Portugal, onde esses conhecimentos pouco importam face à beleza ecologicamente insofismável da permacultura, da agricultura biodinâmica, sintrópica ou regenerativa, como se a Agroecologia fosse um mero modo de produção. Muito menos se veem as lutas políticas (o que dizer então de Revoluções!) que, ao longo da História, o campesinato protagonizou.

Apesar de, em conferências e confluências, ser referido que a Agroecologia tem uma dimensão política, social e económica, reparámos que há um grande vazio intuitivo relativamente ao que elas englobam e, quando tais referências aparecem, consistem numa radiografia de contraste com a agroindústria ou a «agricultura convencional» e os seus efeitos no solo, na saúde, no clima, como se estivéssemos a falar de modelos num espaço asséptico e vazio. Há pouco (ou mesmo nenhum) debate aprofundado sobre a natureza política da Agroecologia.

Conseguimos reconhecer essa dimensão porque felizmente existem outras Agroecologias, desde a Andaluzia (tão próxima do Alentejo) até à América Latina. Este artigo é o nosso contributo para insuflá-la, dando-lhe conteúdo, enraizando-a na terra, na luta pelo território. A luta deu-se e dá-se no campo, situada, concreta, ardente. E dá-se por vezes de maneira bem eloquente: atualmente, a norte, na luta pelos baldios, pela pastorícia, pela agricultura tradicional, travada pela população de Covas do Barroso contra a Savannah Resources, encontramos um caso de estudo para qualquer disciplina de Agroecologia. Também durante o PREC, e de maneira intrincada, a RA foi um combate pela terra, pelo direito à agricultura, protagonizado pelo campesinato, nomeadamente o alentejano. Um acontecimento «quente» e controverso, com múltiplas experiências, geralmente, colocadas sob um mesmo chapéu: as UCP, controladas pelo Partido Comunista Português. Para falar deste processo, fomos ouvir vozes de uma experiência um pouco diversa, no Vimieiro, concelho de Arraiolos.

Um outro processo de luta pela terra, a partir de trabalhadores/as rurais – «jornaleros/as» – ganhava contornos mais ou menos pela mesma altura, do outro lado da fronteira, na Andaluzia. Da confluência do sindicalismo agrário, do ecologismo e de um meio académico militante, surgem ocupações de terra, experiências cooperativas de produção e comercialização e… uma corrente agroecológica que, aparentemente, nunca desaguou em Portugal. Deste caldo, falaremos na próxima edição do MAPA. Decidimos dar luz, voz e memória a dois processos distintos, mas que têm em comum a luta e a resistência contra estruturas capitalistas agrárias semelhantes, traços inequívocos da construção política da Agroecologia.

Reforma Agrária: Revolução dentro da Revolução

A estrutura fundiária portuguesa é geralmente apresentada de forma dicotómica: minifúndio, propriedade de pequenos/as camponeses/as, a norte do rio Tejo, e a sul, o latifúndio, propriedade «herdada» por famílias ao longo dos tempos, que emprega trabalhadores/as rurais – um retrato que não corresponde bem à realidade. Mas foquemo-nos a sul do rio Tejo, nos anos 50-60. Vivia-se numa ditadura, retratada como fechada, o que não impediu que a revolução verde e o capitalismo agrário se adentrassem pelo país. O Alentejo seria uma paisagem composta por «herdades» (em 1968, 2% das explorações desta região representavam 57% da superfície agrícola total) que produziam de forma intensiva, sobretudo, cereais. Os proprietários obtinham capital através do arrendamento de terras; de subsídios, da caça e/ou da venda de cereais, azeitona e cortiça. A estrutura agrária era composta por diferentes formas de relação entre os proprietários da terra e feitores, rendeiros, seareiros (agricultores familiares dentro das grandes propriedades), trabalhadores permanentes,

> «O poder popular é das coisas mais difíceis, mas esses momentos de politização não se esquecem».

trabalhadoras à jorna, alugadores de máquinas. Sendo que os e as trabalhadoras assalariadas representavam 82,2% da população ativa agrícola, nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, não obstante as grandes vagas de emigração dos anos 60 e 70. Destes, a maioria eram trabalhadores/as à jorna, que tinham rendimentos miseráveis e viviam à mercê de feitores e proprietários. Nessas décadas, o Alentejo foi palco de diferentes formas de luta, desde a resistência quotidiana, das lutas anarcossindicalistas no início do séc. XX à organização clandestina do PCP, lutas que culminaram nas greves pelas oito horas, em 1962.

O 25 de abril de 1974, um caldo de tensões políticas, partidárias, militares, nacionais e internacionais, abriu rumo a uma explosão de experiências e vontades. A RA, uma revolução dentro da revolução, tem várias versões dependendo de quem a conta: processo imposto pelas forças que tomaram o Estado; processo heroico dos e das trabalhadoras rurais; processo manipulado pelos partidos, em particular pelo PCP.

O PREC – Processo Revolucionário em Curso – potenciou os movimentos populares, entre os quais o movimento da luta pela terra. A partir de abril de 74, formaram-se sindicatos de trabalhadores/as rurais cuja principal reivindicação foram os contratos coletivos de trabalho, os aumentos salariais e a semana de 44 horas de trabalho. Contratos que não foram respeitados por grande parte dos proprietários fundiários, conduzindo à exigência, pela primeira vez, em janeiro de 1975, por parte dos e das assalariadas rurais da expropriação dos latifúndios e da realização da RA. Em fevereiro desse ano, começaram as primeiras ocupações no distrito de Évora, lideradas por

Transporte da sede da Cooperativa para o local de trabalho (anos 80). Arquivo privado.

seareiros e alugadores de máquinas e não pela massa de assalariados/os rurais, que só mais tarde toma as rédeas das ocupações. Nos meses seguintes, deu-se a concatenação de vários processos: ocupações dos latifúndios, elaboração de legislação para nacionalização e expropriação da terra e reorganização da vida económica e social dos e das trabalhadoras rurais, a sul do rio Tejo.

A superfície gerida pelos/as trabalhadores/as situou-se, em cerca de um milhão e 300 mil hectares[2], em oito distritos, o que representava cerca de 37% da superfície agrícola da Zona de RA e 25% da superfície arável do país. As unidades de produção e/ou cooperativas formadas chegaram às 511. Na sua maioria, tomaram a forma de Unidades Coletivas de Produção (UCP), um modelo de concentração de inspiração soviética. No entanto, nem todas as experiências de gestão coletiva o seguiram, como veremos no caso do Vimieiro.

A luta principal destes trabalhadores era a garantia de trabalho, por salários e condições de trabalho e vida decentes, ou seja, a maximização do emprego, através da gestão coletiva da terra (e não da posse, porque as terras foram expropriadas pelo Estado, a quem as cooperativas de trabalhadores passaram a pagar renda) e dos meios de produção, a que se veio somar a tentativa de controlo da comercialização do que produziam. Uma das principais preocupações na reorganização do trabalho foi a igualdade salarial independentemente do trabalho realizado que, no entanto, nem sempre se estendeu às mulheres.

Relativamente aos processos produtivos, procuraram aumentar a área semeada, as culturas de sequeiro e o efetivo pecuário, bem como recuperar e construir pequenas barragens e charcas para aumentar o regadio. Com o aumento da produção, os e as trabalhadoras começaram também a procurar canais de comercialização, até porque muitos dos canais habituais de escoamento, que discordavam do rumo da RA, recusavam comprar os seus produtos. Começaram a vender para as novas cooperativas de consumo, as comissões de trabalhadores e de moradores/as que surgiam, principalmente, nos centros urbanos. Uma lógica de intercooperativismo que teve muitos entraves internos, não só pela criação de novos intermediários e aumento dos preços, como pelo não pagamento dos produtos. Algumas cooperativas de produção optaram, posteriormente, por vender diretamente às e aos consumidores, como relatado na revista Sementeira de 1977[3].

A tomada de poder e as novas formas de organização popular, apesar de todas as contradições e incapacidades inerentes a um processo massivo de transformação social, mexeram com a estrutura capitalista agrária que se consolidou durante o Estado Novo. O objetivo institucional da RA – no seu momento mais radical – era que 65% da propriedade rural fosse gerida coletivamente pelos e pelas trabalhadoras agrícolas, 25% pelos pequenos e médios agricultores e apenas 10% pelo capitalismo agrário. Esses números não foram atingidos, em especial pelo facto de o processo ter sido amputado e violentamente reprimido, a partir de «cima». No entanto, enquanto durou, a RA alterou profundamente a estrutura agrária - relações de poder, de trabalho, de relação com a terra. Se o não tivesse feito, provavelmente, a reação não teria sido tão dura e rápida.

A RA no Vimieiro

No café da Sociedade Filarmónica União Vimieirense, o som ambiente é o da gravação do concerto da cooperativa de música popular Vento Suão[4], Fausto, Zeca Afonso e Garota Não. À mesa repartem-se, além de «miolos»[5] e «abaladiças», algumas perguntas e memórias sobre a RA no Vimieiro. Em terra de músicos e bons sapateiros, freguesia – dizem-nos – onde não há e nunca houve nenhuma sede de partido, a experiência vivida de autogestão e cooperativismo de base agrícola assume, nestas vozes, a tonalidade do Poder Popular. Em dezembro de 2014, um membro da extinta União de Cooperativas do Vimieiro esteve presente no Fórum de Cooperativas de Montemor-o-Novo. A perspetiva das mulheres participantes[6] foi objeto de estudo de uma investigação académica. O que aqui se conta é a reconstrução de uma conversa solta com quatro habitantes do Vimieiro, que tomaram parte, de maneira diversa, na luta pela RA.

Da Ocupação de Terras à União das Cooperativas

A primeira ocupação de terra no Vimieiro, legitimada pelo comando regional do sul do MFA, anterior ao quadro legislativo que viria a enquadrar legalmente o processo de ocupação e expropriação de terras, ocorreu na Herdade da Carteira, em fevereiro de 1975. Dizem ter sido a segunda de todo o país. Também aqui a iniciativa foi dos alugadores de máquinas e pequenos seareiros, que já estavam endividados no sistema de arrendamento de terras. O movimento de ocupação estendeu-se aos outros assalariados rurais e restantes herdades, sem resistência dos latifundiários. Sucediam-se as declarações de herdades ocupadas. A proteção armada estava do lado de quem ocupava. Numa das herdades, houve resistência por parte dos que arrendavam as terras (apesar de também pertencerem à classe de assalariados/as rurais). Aproximadamente 15 mil hectares passaram para as mãos dos e das trabalhadoras. Formaram-se cooperativas pequenas, em média com mil hectares, ou um pouco maiores, onde já se sabia que as terras eram pobres e davam pouco. A base de cada cooperativa eram as famílias que habitavam os montes, conheciam a terra e já trabalhavam nas herdades. Uma a uma, até esgotarem a capacidade de exploração, 268 homens e 191 mulheres constituíram as 12 cooperativas agrícolas no Vimieiro: Santana, Monte Velho, Tourega, Ilha Fria, Bardeiras, Vale da Pinta, Claros Montes, Nova Luz, Alavaroanes, Monte do Meio, São Gregório e 29 de Setembro, mês em que termina esta primeira fase de ocupação. Mas a terra era tanta que, como numa anedota alentejana, na reorganização do seu uso e posse, sobrou «latifúndio»: duas pequenas herdades sem gente para as trabalhar. Decidiram dividi-las em parcelas iguais de 500 hectares e entregá-las a dois agricultores, os únicos «latifundiários» da RA! Na prática, todas as terras da freguesia foram ocupadas e passaram para gestão das cooperativas.

A última ocupação foi a do edifício da Moagem, em outubro de 1977, onde se instalou a União das Cooperativas, que juntava todas as cooperativas agrícolas e agregava mão-de-obra técnica e administrativa ao serviço da União. O engenho de moagem movido com máquina a vapor remonta ao séc. XIX e foi recuperado pelo moleiro da localidade. Passaram a usar um motor

a diesel para a moagem de cereais, e além do fabrico «do melhor pão das redondezas», no espaço funcionava a oficina de manutenção de máquinas agrícolas, a «casa da malta», que dava guarida a trabalhadores/as quando não iam dormir a casa e dormida aos estrangeiros que começaram a chegar em 78, espaço de assembleia geral, «apeadeiro» das pessoas que se deslocavam para trabalhar nas herdades ocupadas, sede para a «escrita» das cooperativas, local de festa e praça pública de discussão política.

Na cultura popular, seja na agricultura camponesa, na poesia de tradição oral ou na música, resiste um valor intrínseco, prático, indómito, subversivo, que se torna aqui revolucionário.

Trabalhos agrícolas nas Cooperativas do Vimieiro. Colheita do feijão. Arquivo privado.

No fragor inicial, fora derrubado o muro do «Touril». Em vez de touradas para entreter os latifundiários, passou a haver bailes nos jardins do palácio dos condes do Vimieiro. O palácio, hoje parcialmente devoluto, não foi ocupado, apesar de terem aí planeado a construção de uma creche, que não foi concretizada nessa altura. A ocupação espontânea de terras e edifícios foi uma resposta prática às necessidades quotidianas e aos problemas da fome, exploração e desemprego causados pelo latifúndio e pelo aparelho autoritário e repressivo que sustentava essa estrutura de propriedade. Da ocupação passou-se à expropriação, com a intervenção legislativa dos vários governos provisórios. As cooperativas passaram a arrendar as terras ao Estado, nunca se tornando proprietárias delas.

Organização Popular, Cooperativa e Família

A pequena dimensão das cooperativas no Vimieiro (em média, 30 a 40 pessoas), com base nas famílias que habitavam o monte, permitia tomar decisões em assembleia sobre a organização da produção. Em Évora, o CRRA (Centro Regional da RA) teve um papel de incentivo e de apoio técnico. Os CRRA eram dirigidos pelos melhores engenheiros agrónomos do país. Mas, no Vimieiro, mais do que a agronomia no planeamento da produção, as pessoas encontraram elementos-chave para a auto-organização na relação concreta com a terra e na racionalidade da lavoura pré-existentes. O que se produzia em cada cooperativa tinha condicionantes naturais que os e as trabalhadoras rurais conheciam por experiência própria, como a qualidade dos solos ou a água de que dispunham. Por exemplo, a cooperativa de S. Gregório produzia aveia e cevada, porque as terras eram mais pobres. A cooperativa da Ilha Fria tinha muitas «chabancas», que se abriam onde havia juncos, para cultivos de regadio. «Toda a gente se conhecia e sabia de tudo» e para a autogestão coletiva da produção e a organização do trabalho, nem a idade avançada das pessoas envolvidas nem a taxa elevada de analfabetismo foram indicadas como obstáculos. Na cultura popular, seja na agricultura camponesa, na poesia de tradição oral ou na música, resiste um valor intrínseco, prático, indómito, subversivo, que se torna aqui revolucionário. Na União, discutiam e tomavam decisões relativas a todas as cooperativas, como, por exemplo, quanto trigo cada uma tinha de trazer à Moagem para o fabrico do pão. «O poder popular é das coisas mais difíceis, mas esses momentos de politização não se esquecem». A aprendizagem era dia-a-dia, nas assembleias, nas tascas, nas carroças, nas camionetas. As pichagens nos muros, comunicados e jornais de parede difundiam informação e denunciavam sabotadores e fascistas. Na RA, o poder popular ganhou formas variadas. Na sua expressão cooperativista de pequena dimensão, no Vimieiro, este poder organizou-se com base nas famílias, sem pátria, mas com cooperativa. A gestão coletiva na RA teve diversas dimensões, estruturas e formas de ação e participação política. São detalhes que se encontram quando se procura, mas parecem tornar-se insignificantes nos dados oficiais e na correlação de forças que modelaram o contexto político, económico e agrário em que se inseriram estas experiências de autonomia.

«Produtividade» vs «Volta da Lavoura»

De 1974 a 1975, a área cultivada no Vimieiro mais do que duplicou. O que mudou na produção e o que persistiu nos usos da terra, e com que objetivo? Passou a decidir sobre o uso da terra quem a ocupa, ou seja, nela vive e trabalha, e não quem a possui. As decisões eram tomadas em assembleia, sem Comissões de Trabalhadores. Na decisão sobre o quê e como produzir, vários fatores se conjugaram.

Os e as trabalhadoras tinham, na sua maioria, 40-50 anos, tendo sempre trabalhado da mesma maneira – «Não dava para mudar a forma de fazer agricultura» –, numa convivência entre o modelo agro-silvo-pastoril e o modelo agroindustrial em plena expansão e desenvolvimento global. Continuaram a fazer searas de trigo, cevada, forragem, leguminosas como grão-de-bico e feijão, pastorícia e criação de gado, a cuidar do olival e do sobreiral, fazendo predominar as culturas de sequeiro sobre as de regadio. Persistiam práticas de manejo da fertilidade da terra, alheias à imediatez de um imperativo da produtividade máxima, como as incluídas na «volta da lavoura»: rotação de culturas, em que as terras deixadas em pousio eram adubadas com estrume animal; cultivo de tremocilha depois do trigo para adubação verde. A maior área de cultivo das várias cooperativas no Vimieiro era dedicada a esse cereal, usando as estruturas deixadas pela «campanha do trigo», a política agrícola do Estado Novo, para o Alentejo. A produção aumentou: esgotaram os silos do tempo de Salazar e tiveram de comprar mais. No que respeita à mecanização, falam da resistência inicial dos alugadores de máquinas à coletivização de alfaias agrícolas reivindicada pelos/as trabalhadores/as manuais e da chegada de tratores «Ursus» de países da URSS. Não se fala do uso de pesticidas, mas refere-se o fornecimento de adubos químicos pelos antigos Grémios da Lavoura e que a maior parte da semente vinha da EPAC (Empresa Pública de Abastecimento do Cereal), embora uma das cooperativas tivesse uns «trigos porreiros» de que mantinha e distribuía a semente. Fizeram-se plantações de tomate que, dizem, antes não se faziam. A garantia de escoamento e pagamento por uma fábrica nas imediações justificava a nova cultura. Nos dados sobre a produção das cooperativas do Vimieiro, há também registo de plantação de girassol. Na criação de gado e pastorícia, aumentava o tamanho das manadas e dos rebanhos.

O acesso ao uso da terra por quem dela necessitava para a sua sobrevivência resultou num aumento de produção. Havia múltiplas causas por detrás deste fenómeno, a começar pelo próprio aumento da área cultivada e do número de pessoas a trabalhar. A conclusão de que a RA na sua multitude de experiências se possa definir como essencialmente produtivista e antiecológica é, a nosso ver, um passo demasiado largo. No campo alentejano vivia-se, de acordo com Afonso Cautela[7], uma batalha entre a mentalidade produtivista – de um modelo de crescimento capitalista orientado para a sociedade do consumo e do desperdício – e a mentalidade camponesa, «núcleo de resistência ecológica», espírito inventivo em evolução e contínua adaptação ao meio em que vive, da qual, defende Cautela, a Agricultura Biológica poderia ter sido a melhor aliada para a realização do projeto revolucionário da RA.

A conclusão de que a Reforma Agrária na sua multitude de experiências se possa definir como essencialmente produtivista e anti-ecológica é, a nosso ver, um passo demasiado largo.

A Luta pelo Alimento

A RA teve uma forte componente de luta pelo alimento. Era preciso exorcizar o fantasma da fome que tinha assombrado o assalariado rural alentejano, sobretudo a massa dos e das trabalhadoras «temporárias» durante o jugo latifundiário, que «iam para casa, passar fome» quando não havia trabalho. O acesso direto à terra estava também ao serviço da autossuficiência alimentar das pessoas e não apenas da obtenção de um salário. Para quem pertencia às cooperativas agrícolas, havia nas herdades ocupadas pequenas hortas para o abastecimento alimentar das famílias. Para quem não pertencia, existiam pedaços de terra para fazer melão ou melancia, os chamados «meloais» ou «meloeiros». As cooperativas preparavam o terreno, dividiam esse espaço por números e sorteavam os talhões por essas pessoas. O dinheiro também não era o único meio de pagamento de salário ou de troca comercial. Eram frequentes os pagamentos «à maquia» aos moinhos e lagares (para receber farinha e azeite), as trocas diretas entre cooperativas – o pão do Vimieiro era trocado por vinho de Cortiçadas – ou os pagamentos com «a terça ou a quarta da produção». Isto mostra outras formas de racionalidade económica, baseadas em necessidades concretas e orientadas mais para o fortalecimento de laços sociais, através por exemplo da reciprocidade e da solidariedade, e menos para a acumulação de lucro.

Pichagem. *In* Lino de Carvalho (2004). Reforma Agrária. Da utopia à realidade. Porto, Campo das Letras..

Fechar ciclos. Frigoríficos e Salgadeiras

O salário, enquanto condição para uma vida digna, foi uma das principais lutas da RA. Mas após as ocupações não havia reservas de dinheiro para assegurar o seu pagamento. O Instituto da Reforma Agrária (IRA) pagou apenas os primeiros meses, a fundo perdido. Para poder continuar a pagar salários e garantir a sua regularidade, não bastava aumentar a produção, era preciso completar e fechar os ciclos de trabalho e produção sazonal com a comercialização. Para o fundo de maneio da tesouraria, vendiam lenha e cortiça. Na primavera, vendiam gado em leilão. Durante o inverno, vendiam a azeitona para os lagares dos «latifundiários». Vendiam cereais à EPAC (do Estado) e outros produtos a fábricas privadas. Ou seja, a ocupação de terras não significou que a pequena indústria de transformação ou a rede comercial para escoamento estivesse na mão das cooperativas. Na venda dos produtos, o sistema era sensível à ausência de pagamento e não podiam subsistir no «arame», sem serem pagos. Por falta de pagamentos, a tentativa de ligação campo/cidade através de uma cooperativa de consumo não foi bem sucedida. A venda direta nos centros urbanos não era possível porque não tinham transporte próprio e a quebra de confiança nos circuitos de comercialização direta bloqueou o seu desenvolvimento.

O capital necessário ao pagamento de salários continuava nas mãos das estruturas capitalistas, tornando o sistema cooperativo vulnerável a várias ameaças. Para financiar salários e outros investimentos, as cooperativas obtinham empréstimos, o que criava dívida e dependência em relação ao sistema de crédito. O apoio à autogestão dos e das trabalhadoras passava pela solidariedade musical e internacional. Fausto, Zeca Afonso e Vitorino deram um concerto na Alemanha para a compra de um torno mecânico… Com Fausto, a solidariedade foi ainda mais longe, e deu na plantação de um batatal (mas, fora de época, nem a solidariedade agrícola dá batatas). Nos finais de 77, as pessoas foram fazendo mealheiro para construírem a sua habitação, porque já conseguiam ter salário regular e com um empréstimo adicional construíram um bairro inteiro. Tinham vivido sem condições, por vezes um quarto para famílias inteiras, arrendados aos latifundiários. A conquista da habitação foi um aspeto fundamental da melhoria de condições de vida. Equiparam as casas com eletrodomésticos e passaram a ter frigoríficos em vez de salgadeiras. Apesar do frigorífico simbolizar essa conquista de bem-estar social, guarda-se a memória do sabor da carne conservada na salgadeira num prato tradicional e contam-se histórias do zelo com que as avós as defendiam. Na luta pelo salário igual entre homens e mulheres das cooperativas, outra grande batalha da RA, houve melhorias, mas a igualdade não foi atingida, admitem. Foi, ainda assim, uma luta, levada a cabo pelas mulheres, resultado da sua emancipação política e cultural, também na conquista do espaço público e no direito à autodeterminação da sua saúde sexual e reprodutiva.

O que sobra da RA no Alentejo?

Quando se fala do fim da RA, as causas externas misturam-se com fatores internos que se tornaram desfavoráveis quando o ambiente político mudou. Com a perda do apoio político e militar após o 25 de Novembro, as pessoas traumatizadas pelo passado recente pressentiram que era preferível o certo ao incerto e agarraram-se à possibilidade de serem indemnizadas. A proteção militar adiou durante algum tempo a aplicação da «Lei Barreto» (1977), mas a perda desse apoio e o regresso da GNR aos campos força a entrega de reservas aos latifundiários. «Eles aí vêm. Vêm a cavalo. E são muitos e muitas são as armas que trazem. Querem as terras da cooperativa e a cabeça dos trabalhadores. Fujam, são muitos.»[3]. O medo sobreveio e não houve resistência à restituição de terras. Aos latifundiários foram perdoadas as dívidas que tinham com os extintos Grémios, receberam de volta as terras ocupadas e os edifícios melhorados, e ainda foram indemnizados pelo Estado por cada ano de expropriação, ou seja, acabaram por multiplicar as fortunas que tinham e por ser «os mais beneficiados». Ao mesmo tempo, do outro lado, os créditos das cooperativas tornavam-se fontes de debilidade e asfixia, num ambiente que se tinha tornado hostil e que fazia passar a gestão desses créditos para mãos privadas dos bancos. E, para alguns, o problema foi também o facto de o processo agrário não ter sido acompanhado por uma mudança de mentalidade e por uma revolução cultural. Ainda faltava um espírito cooperativista autêntico, que não duvidasse de si próprio, com uma noção de partilha adequada, que pensasse em todos e todas – e para o futuro.

Sem as cooperativas agrícolas, sem a União, sem as terras, então o que é que fica? «Fica a gente». As memórias, as histórias, algumas fotos. A cultura popular e a vontade de tocar e cantar. O pensamento crítico, alimentado pela experiência prática da luta coletiva pelo acesso à terra, e por uma vida melhor.

A ecologia do grão-de-bico anticapitalista

O *Alentejo na Reforma Agrária*, de Afonso Cautela (1975) discute e ilustra a RA desde uma perspetiva militante ecológica. Com as vozes da pequena agricultura, Cautela dramatiza a encruzilhada revolucionária do campo alentejano e ilustra-a com vários episódios, num dos quais personifica o conflito agrícola com o latifúndio no confronto entre cártamo e grão-de-bico que se inicia, note-se, antes do 25 de Abril: «Por que é que o grão-de-bico, a "leguminosa dos pobres" deixou de interessar o grande agrário, o senhor da cultura extensiva, e em sua substituição vai para cinco anos, o cártamo e o girassol invadiram o latifúndio alentejano?» O cártamo presta-se à total mecanização e dispensa a mão-de-obra (e a luta de classes) que a colheita do grão (feita de madrugada) requer. O mercado do grão é pouco rentável, de consumo popular. As leguminosas dão azoto aos solos enquanto as oleaginosas esgotam-no e forjam aliança com os adubos químicos. Dá ainda voz às acusações do povo ao cártamo: «cegar animais, matar perdizes e contagiar o piolho ao trigo» e defende que o grão-de-bico deveria estar «no centro de qualquer Reforma Agrária».

NOTAS

1 Documentário *Lei da Terra* (1975). https://bit.ly/3rJ7ka6

2 Oliveira Baptista, Fernando (2010). *Alentejo a questão da terra.* Castro Verde: 100 Luz

3 *A sementeira* n.º 1 Maio - 1977. Disponível em: https://bit.ly/46gu14p

4 Vento Suão (ao vivo no Vimieiro 2018) https://bit.ly/3tl2zUG

5 Receita tradicional alentejana de migas servidas com rodelas de laranja e carne frita.

6 Inès Morales, *La Reforma Agraria portuguesa (1974-1976): una visión de las mujeres participantes*. Maio 2004. Tese mestrado. Universidad de Madrid e ISA/UTL.

7 Cautela, Afonso (1975). *O Alentejo na Reforma Agrária*. Lisboa: Diabril Editora.

Com este ensaio, homenageamos Eduardo Sevilla Guzmán – sociólogo fundador do Instituto Social de Estudios Campesinos em Córdoba – pelo seu compromisso com as lutas pela terra e pela vida, num legado de pensamento crítico da Agroecologia, que nos inspira. Deixou-nos a 20 de setembro de 2023.

Caminhando, em luta pelos territórios da existência

GODOFREDO ENES PEREIRA
FOTOS OUTROS ÂNGULOS

No dia 31 de maio, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) emitiu uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA) favorável condicionada respeitante ao projeto da mina do Barroso da Savannah Resources. No dia 7 de setembro, a APA emitiu uma DIA semelhante relativa ao projeto da mina do Romano, em Montalegre, desta feita da responsabilidade da Lusorecursos. Para além destes, dezenas de projetos de mineração estão atualmente em processo de prospeção ou em fase de pedido de licenças de exploração – e centenas mais devem estar na imaginação de um governo que, em parceria com o capitalismo «verde», tem vindo a aprovar concessões por todo o território nacional.

Ao longo dos últimos anos, as populações do Barroso, acompanhadas de muita gente vinda do resto do país, têm feito um trabalho incrível de resistência contra a mineração «verde», organizando-se em associações e coletivos, informando as populações, escrevendo para os jornais, fazendo-se ouvir nas assembleias das freguesias ou dos municípios, organizando manifestações, desmascarando o muito que erradamente se diz, participando em diversos eventos culturais para chamar mais pessoas para a luta, criando páginas online e elaborando mapas, visualizações e relatórios, aproveitando todas as oportunidades para informar sobre os impactos socioambientais da mineração. Têm também agido ao nível dos tribunais, interpondo recursos, injunções, levantado queixas-crime, assim como ao nível dos processos formais de avaliação de impacte ambiental (EIA), mobilizando as pessoas para contribuírem com milhares de participações nas diversas consultas públicas destas propostas. Têm-no feito pelos territórios e por um futuro para todos nós.

Sem querer descurar nenhuma linha de ação, a via dos EIAs parece não ter capacidade de impedir a expansão extrativista em curso, pois estes operam segundo uma lógica da minimização de impactos, e a APA trabalha com as empresas para que estas consigam desenvolver propostas que não chamem muito a atenção. Também ao nível de política municipal muito fica a desejar: veja-se por exemplo como a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Alto Tâmega e Barroso veio agora dizer que está contra a mineração – muito bem – mas só depois de aprovadas a Mina do Barroso e do Romano! Talvez se tenha mais sorte com os processos legais, como por exemplo a ação judicial interposta pela Comunidade dos Baldios de Covas do Barroso contra a Savannah Resources por usurpação de centenas de hectares de terrenos baldios, mas não é certo. Nem ser considerado Património Agrícola Mundial pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) serviu à região do Barroso para evitar a mineração. O que mais se poderia esperar? De qualquer forma, que os processos formais levem, muitas das vezes, a importantes menorizações dos potenciais danos, não deixa de ser importante. Mas isto não deve limitar as ambições das lutas antiextrativistas e ecológicas.

Após as recentes aprovações pela APA estamos a entrar numa outra fase das lutas de resistência e de defesa dos territórios, que é preciso começar a preparar. Desde já, em torno dos projetos de minas recentemente aprovados, em breve, em torno de outros tantos, não apenas no Barroso, mas também na zona de Chaves, Bragança, Vila Real, Guarda, Viseu, Covilhã, Fundão, Castelo Branco, Beja e Mértola. Para todas as pessoas que têm estado nesta luta, as minas não entram – e quem diz as minas, diz mais concretamente as escavadoras, os camiões, as máquinas de destruição das montanhas. Não haverá outro caminho. Mas sabemos que o Estado e a EU cada vez mais se aferram aos seus *critical raw materials* e não hesitarão em acrescentar à violência da mineração, a violência policial e legal. Sabemos também o peso que estas ações têm sobre indivíduos, a pressão que fazem sobre os coletivos, e a alienação a que votam alguns dos habitantes locais ou dos movimentos quando os processos não são bem preparados. A ação direta necessita da organização de infraestruturas de cuidado legal, social e afetivo. Para isso precisa-se de gente.

No sentido de garantir os apoios necessários, muito se tem feito para fazer crescer os movimentos, para estabelecer conexões com outras comunidades em luta contra a mineração por Portugal, Europa e pelo mundo fora. As alianças a fazer são, claro está, para além do lítio, reconhecendo que este faz parte de um problema mais alargado do extrativismo, essa máquina infernal que há 500 anos alimenta o projeto colonial e imperial capitalista. Todas sabemos é que necessário construir alianças transversais e internacionais, pois as veias estão abertas não só na América Latina, mas por todo o planeta. Veias por onde circulam minério, hidrocarbonetos, mas também os azeites de olival super-intensivo, as frutas de estufa, as habitações mantidas vazias pela especulação imobiliária ou tornadas assépticas pela turistificação, e principalmente os corpos desumanizados e escravizados, forças de trabalho exploradas direta ou indiretamente, como são todas as cuidadoras que dão, desde as bases, apoio às muitas pessoas que o Estado abandonou. O resultado desta pulsão de morte planetária a que o capitalismo nos quer amarrar, é o deixar para trás gentes, comunidades, cidades, montanhas, solos e ecossistemas – num ataque constante ao «corpo-terra». Porque a terra não está só no campo, mas também na cidade, e por todo o lado onde as lutas ecológicas por territórios e existências estejam a ter lugar.

Por isso mesmo, não é apenas sobre os locais das zonas de mineração que recai a responsabilidade de lutar contra as minas: somos todas «locais» deste planeta (nós, assim como muitas outras espécies e entidades que ainda sobrevivem à extinção em massa que está a decorrer), e sabemos que a longo-prazo a possível sobrevivência de gerações futuras dependerá em grande parte de medidas tomadas pelas gerações atuais. Sabemos que os impactos de uma mina não são só ao nível local, regional ou nacional: pois as emissões de CO_2 resultantes da extração, e de toda a cadeia logística de produção de baterias vão para a atmosfera, e acrescentam-se aos processos que nos afetam a todos, globalmente, com impactos para hoje, e para amanhã.

Mas para que todas sejamos muitas, precisamos de ter solidariedade para com aquelas cuja luta reconhecemos, mas também – o que é mais difícil – com aquelas que expressam e enquadram as lutas de maneiras e com palavras que nos soam estranhas. Tantas vezes perdemos tempo a debater qual a melhor estratégia ou qual o melhor formato, e esquecemos que essa decisão é, em parte, ideológica, em parte, psicológica e, em grande parte, pragmática: há quem prefira trabalhar numa estrutura a longo prazo; há quem se dê melhor com a intensidade dos movimentos; há quem queira sair à rua mas tenha de cuidar de alguém em casa; há quem tenha energia para dar e vender; há quem prefira o sossego de rever comunicados; há quem goste de escrever e investigar, ou quem prefira cantar e pintar cartazes; há quem prefira trabalhar a partir do mesmo sítio, com a mesma comunidade, e quem não pare quieta; há quem dê tudo o que tem e a certa altura tenha de abrandar, e há quem tenha redes de apoio que permitam continuar.

Nem todas temos o mesmo ritmo ao mesmo tempo. Mas temos de ter cuidado com a atribuição de culpas, pois enquanto as diferenças são saudáveis e geram debates necessários, as culpas geram máquinas de controlo social, de exclusão e de expulsão, ficando cada uma no seu castelo...

Solidariedade implica reconhecer que habitamos territórios existenciais distintos: que às vezes de aldeia para aldeia as pequenas diferenças são grandes; que os movimentos têm estórias para contar; que muitas não terão hábitos ativistas; que outras serão de aparelhos partidários dos quais desconfiamos, outras serão académicas, outras artistas, outras doutoras, muitas de classe média, algumas advogadas, outras cientistas, ecologistas ou agricultoras, mais ou menos hippies, mais ou menos new age, mais populares, mais betinhas, mais estudantes, mais assim, mais assado. Se queremos mais gente a entrar na luta, precisamos de ter a disponibilidade para as acolher de braços abertos – porque todas nós queremos também ser assim recebidas quando nos juntamos a lutas que não são as nossas, e porque todas nos vamos ajustando a modos de lutas que nos fazem mais sentido, em diferentes tempos e alturas da vida, com diferentes intensidades e possibilidades. Mas todas temos legitimidade para lutar, e esse encontro, na mesma manifestação, na mesma rua, ou em frente à mesma escavadora, deveria ser suficiente para garantir um reconhecimento mútuo, que permita escutar e conversar.

Não é apenas sobre os locais das zonas de mineração que recai a responsabilidade de lutar contra as minas: somos todas 'locais' deste planeta.

Sabendo que esta gestão é difícil, da Sérvia vem o exemplo do movimento Marš sa Drine, na voz de Bojana Novakovic [entrevistada no Mapa 37, Março/Maio 2023] na resistência à Rio Tinto, uma das maiores empresas de mineração internacionais. Em vez das eternas discussões sobre qual a forma correta de luta, se aquele movimento é apoiado por este ou aquele partido, se devemos ir a esta ou àquela manifestação, se preferimos este ou aquele slogan, tomou-se ao invés a decisão de todas irem a todas. E assim sendo, durante uma semana de manifestações, todas tiveram gente, todas as organizadoras de uma participaram nas outras, atraindo cada vez mais gente, num processo cumulativo, até ao evento final, curiosamente o mais pacífico, com famílias, crianças e idosas – em que participaram mais de 20 mil pessoas. A partir daí não faltaram corpos com energia para lutar, para bloquear ruas da capital e para bloquear as escavadoras que também aí estão a tentar minerar o lítio. Tendo em conta a lutas que aí vêm, não nos podemos dar ao luxo de optar senão por esta lógica: desfiles, manifestações, encontros, grupos online, grupos de discussão, debates académicos, debates políticos, pressão dentro dos partidos, nos municípios, eventos culturais, organizados por esta ou aquela, e acima de tudo o café da esquina ou a paragem de autocarros: as lutas ecológicas são transversais a tudo e a todos. O que é preciso? Presença. Presença para cuidar, resistir e bloquear, falar e escutar, *step-up and step-back*, sempre em processo, e imaginar.

Sabemos que a longa duração faz mossa. Ao fim de tantos anos de lutas, é difícil manter a massa ativa e capaz de dar resposta permanente às máquinas extrativas: é preciso regeneração constante. No território agrícola, a norte, a geografia montanhosa faz o perto parecer longe, enquanto a Sul, o longe é de facto muito longe. Há, claro está, um problema de número nas organizações locais, que é consequência de um problema de organização do território (reduzido à dupla extrativismo-turismo), mas também de número de gente com capacidade ou disponibilidade para ir a Lisboa, ao Barroso, a Beja, a Sines, ao Algarve... Há uma precariedade laboral e social alargada que torna difícil estar em todo o lado. Por isso, a presença constante e o encontro são difíceis de manter. Tanto as populações locais como os movimentos, que mais frequentemente organizam estas campanhas, dão por si muitas vezes cansadas, esgotadas, sozinhas, sob o peso de um futuro imposto de cima, e que não escuta.

O entusiasmo vai e vem, e há pouco corpo para tanta violência. Mas porque os corpos precisam de outros corpos para viver, as manifestações, os desfiles, os festivais, as caminhadas, as acampadas, as escolas, os convívios, os workshops, os protestos e outros modos de encontro têm sido importantíssimos, não só como mecanismos de cuidado e de solidariedade, mas principalmente como mecanismos de presença, necessária à criação de afetos entre modos de existência de mundos muito diferentes, ao longo de territórios muito diversos. Mas também para dizer à terra «nós estamos aqui contigo» para te proteger, cuidar e reparar. Tudo o que permita repetir estas experiências ao longo do ano, seja num fim-de-semana, ou por uma tarde, para dizer «olá» às pessoas, ao montado ou às montanhas, é importante, pois ajuda a quebrar um isolamento, que é bem real, e a abrir outras passagens. Ajuda a entusiasmar, a recuperar as energias e a continuar, da única maneira que sabemos, caminhando. E se houver quem possa juntar-se de uma forma mais permanente aos coletivos, aos movimentos, quem queira vir juntar o seu corpo aos de tantos outros, então ainda melhor!

Acção final do Acampamento em Defesa do Barroso (Agosto 2023)

Ação direta necessita da organização de infraestruturas de cuidado legal, social e afetivo. Para isso precisa-se de gente.

Pelos muitos mundos do mundo, as lutas contra o extrativismo são lutas contra o imperialismo, contra o capitalismo, contra o patriarcado, contra o racismo. Lutas que, a partir da sua precaridade, da base, mostram ao mundo a possibilidade de constantemente imaginar outros modos de fazer coletivo e comunidade. Seja qual for o seu formato, estas lutas têm sempre em comum o estar em coletivo com a terra. E o mais bonito é isso: demonstrar que é possível não fazer da terra um chão pesado que prenda os corpos à propriedade, ao sangue, ou a uma qualquer origem de estado ou de nação – mas, ao invés, procurando aberturas pelo solo, portais que nos permitem viajar no espaço e no tempo, entre pedras e raízes, fazendo comunidade com dimensões ancestrais e espirituais da existência, ganhando confiança em outras formas de estar em coletivo. Assim o devemos aos mundos que na nossa geração estão a ser destruídos, às gerações futuras que têm direito a um planeta habitável, e a todas as gerações passadas que morreram a lutar por mundos que já não existem. E com a confiança de que, aliadas a todas estas gerações, somos muitas. É certo que todas teremos modos de falar e de fazer diferentes. Mas juntas podemos gritar aos extrativistas a promessa de James Baldwin: *«All your buried corpses now begin to speak»*.

Histórias da escravatura no Alentejo

No verão passado, Rui Gomes Coelho e Sara Simões, à frente de uma equipa internacional de arqueólogos, foram à procura da memória da escravatura africana num monte alentejano em Alcácer do Sal, depois de terem estado anteriormente no vale do Cacheu, na Guiné-Bissau. No vale do Sado escutaram as reminiscências daqueles que ficaram lembrados como «os negros do Sado». Os trabalhos arqueológicos juntam as peças desse puzzle histórico com a complexa malha cultural alentejana, os efeitos sócio-ambientais do colonialismo e da escravidão no vale do Sado e as continuidades com o latifúndio extrativista dos campos do Sul.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

RUI GOMES COELHO

Que objetivos vos levaram ao Monte do Vale de Lachique em Alcácer do Sal e que questões o projeto ECOFREEDOM - Ecologias da Liberdade: Materialidades da Escravidão e Pós-emancipação no Mundo Atlântico pretende suscitar?

Rui Gomes Coelho: Este projeto procura analisar e refletir sobre os efeitos sociais e ambientais que decorreram do colonialismo e da escravidão modernas, isto é, a partir dos séculos XV-XVI. Orientam-nos algumas questões específicas: Como se materializaram na vida quotidiana as mudanças entre uma sociedade onde a escravatura era um fator determinante e uma sociedade em que todos eram formalmente livres? Que transformações ambientais decorreram desses modelos de sociedade? Pensamos que sociedades diferentes tiveram ecologias distintas e que, de uma forma geral, essas ecologias corresponderam a relações específicas entre plantas, humanos e outros animais e a paisagem. Por outro lado, diferentes ecologias indexaram variados tipos de práticas agrícolas e de gestão do trabalho, assim como padrões distintos de ocupação do território. É possível que, numa sociedade esclavagista, a agricultura estivesse mais dependente de culturas comerciais, ou de culturas que pudessem ser úteis ao próprio tráfico de pessoas. A emergência do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas e das economias de plantação tiveram consequências brutais e formaram o mundo em que vivemos hoje. Entre essas transformações estão, por exemplo, o abandono de áreas cultivadas de forma tradicional e a generalização da monocultura, com a consequente redução da diversidade agrícola e homogeneização sensorial das sociedades. Para estudarmos este processo decidimos selecionar dois locais distintos no mundo Atlântico: O vale do Cacheu, na Guiné-Bissau, e o vale do Sado, em Portugal. São regiões muito diferentes, mas une-as uma história comum: as suas posições exemplares no contexto que tratamos, quer enquanto porto de tráfico, no caso de Cacheu, quer enquanto fronteira de experimentação agrícola, no caso do Sado. Esta história, que não é linear, desvela-se nos campos de arroz que encontramos tanto no Sado como em Cacheu. O arroz foi, de certa forma, uma cultura agrícola que ganhou importância com o tráfico, e terá sido neste contexto que passou a ser cultivada no Alentejo. De acordo com estudos recentes, é possível que tenham sido africanos escravizados os responsáveis pelo saber-fazer que está por detrás dos campos de arroz do Sado.

Que objeto ou referência escrita nos poderiam exemplificar para explicar a história «desenterrada» no Monte do Vale de Lachique?

Sara Simões: Muito dificilmente encontraremos um objeto que possamos dizer que foi utilizado por uma pessoa escravizada, é muito difícil individualizar dessa forma o registo arqueológico. São contextos raríssimos aqueles em que é possível reconhecer evidências materiais que documentem uma condição social como a escravidão. Casos como o do Vale de Gafaria, em Lagos, são excecionais. Ali foram encontradas várias inumações de africanos escravizados.

A escassez de traços materiais da escravidão não é estranha, se pensarmos que estamos a falar de comunidades propositada e continuamente silenciadas e marginalizadas. Por isso, mais importante do que tentar encontrar de uma forma analítica provas materiais da existência de escravizados nestes espaços, é importante conjugarmos os dados arqueológicos, paleoambientais ou de análise da paisagem para pensar o contexto histórico e social sobre estas presenças invisibilizadas. Se pensarmos bem, a paisagem e os ambientes urbanos foram transformados por pessoas escravizadas durante séculos. No caso da área do Monte do Vale de Lachique, por exemplo, existe documentação histórica que aponta para a existência de mão-de-obra escravizada africana nas propriedades agrícolas do vale do Sado, logo a partir do século XV. E o Monte do Vale de Lachique seria uma dessas propriedades. Durante a escavação deste ano, encontrámos contextos arqueológicos bastante seguros e coerentes que indicam a ocupação deste lugar desde finais do século XV ou inícios do século XVI, nomeadamente áreas destinadas aos trabalhos agrícolas e uma variedade de objetos de uso quotidiano. E temos toda a paisagem, com os arrozais tão próximos e parte da propriedade que circunda o Monte do Vale de Lachique. Até há pouco tempo, existia um grande preconceito em torno desta comunidade sadina de origem africana, conhecida como «os negros do Sado», ou «os carapinhas do Sado». Um dos nossos propósitos, tanto em Cacheu como no Sado, tem sido o de criarmos proximidade com as comunidades locais e trabalharmos em conjunto sobre estes legados comuns. Escutar as histórias e memórias ligadas a estes momentos, ainda muito presentes e enraizadas nestas comunidades, são fundamentais para darmos sentido às materialidades encontradas.

RGC: As casas do monte são provavelmente o testemunho mais eloquente das transformações que decorreram da ocupação do vale do Sado a partir do século XV e da sua transformação numa fronteira agrícola a partir dessa época. No sítio onde hoje encontramos o Monte do Vale de Lachique não existia nada no final do século XV, inícios do século XVI, quando lá foi implantada aquela unidade agrícola e residencial. Provavelmente não houve ninguém a viver ali pelas redondezas por mais de mil anos, desde o tempo do império romano. Encontrámos material arqueológico romano, e depois há um hiato tremendo que termina na época em que estamos a estudar. Este hiato, que é uma espécie de silêncio muito ruidoso, ajuda-nos a entender a escassez de documentação histórica sobre a região até essa época e a referência a «matos maninhos» que surge de passagem num documento sobre uma área que, um século depois, é já uma herdade. Estamos perante indícios do que pode ter sido um processo de colonização interna, num contexto em que estavam a ser levadas muitas pessoas escravizadas para trabalhar no Alentejo e no vale do Sado. As colegas do Laboratório de Arqueociências do Ministério da Cultura e da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa recolheram amostras de sedimentos do leito do Sado junto ao Monte do Vale de Lachique. Têm estado a analisar esses dados, e até ao momento entenderam que, no final da Idade Média e inícios do período moderno, houve alterações nas razões isotópicas de azoto e carbono que não se explicam pela influência marinha, pois nessa época o nível médio do mar já estava cinco ou seis metros abaixo. É possível que esta viragem se explique por transformações nas práticas agrícolas no vale. São dados preliminares, ainda. Como não se conhecem construções mais antigas deste tipo na área, não podemos comparar o que encontrámos no Monte do Vale de Lachique. Mas aquilo que vemos na construção mais antiga do monte é o desenvolvimento de uma arquitetura planeada para alojar um grande número de pessoas em simultâneo, ou em momentos específicos do ano, que estão ali para praticar um modelo de agricultura intensiva. Estamos a falar de um edifício longo, com muitas divisões pequenas com portas voltadas para a rua e sem janelas. Este modelo é muito mais antigo, mas no período moderno é construído numa conjuntura muito específica. Esses quartinhos serviram para abrigar famílias inteiras de trabalhadores até ao século XX e, muito provavelmente, serviram de habitação aos escravizados que viveram ali anteriormente. Na aldeia de São Romão, ao lado do monte, fomos conhecer uma senhora que lá cresceu e nos falou da experiência do monte como uma pequena aldeia com várias famílias de camponeses e o vaivém de trabalhadores sazonais.

Como descreveriam o fio condutor – na forma de propriedade e uso da terra – que liga os 5% a 10% (conforme dados do historiador Jorge Fonseca) de escravos africanos no sul do país em época moderna ao modo de exploração latifundiária que caracteriza o Alentejo?

RGC: Vale a pena voltarmos ao monte para pensarmos nesta questão. Para alguns arqueólogos, o monte alentejano é a última encarnação de um modelo de gestão do território que tem o seu princípio na *villa* romana, que era uma unidade produtiva ancorada na figura patriarcal do dono da terra, do latifúndio. O latifundiário não era um agricultor qualquer. Enquanto patriarca, era a figura que justificava a produção económica e estruturava uma ordem social extremamente hierarquizada, que incluía a família mais direta, os trabalhadores livres e os escravizados. Esta lógica nunca desapareceu, ainda que se conheça mal o modo como foi articulada em cada momento e quais foram os seus agentes concretos. O que é certo é que o latifúndio é transplantado para o Brasil e outras partes do mundo Atlântico, onde se reconfigura para servir à lógica extrativista centrada na monocultura. A casa senhorial, a «casa grande», estruturou a paisagem da fronteira agrícola e o regime sensorial que legitimou uma nova ordem social racializada. Podemos pensar que esta fronteira se tenha estendido e depois voltado a casa, isto é, tenha alimentado a forma como se imaginou e materializou a grande propriedade no Sul de Portugal. É inevitável que a plantação americana, o grande laboratório de experimentação do capitalismo, tenha influenciado o latifúndio alentejano como o conhecemos hoje. Sobretudo a partir do século XIX, com as desamortizações e a entrada em cena de uma nova classe de senhores rurais. Assim, o que podemos dizer é que a lógica patriarcal que estrutura e legitima a consolidação do latifúndio passou gradualmente a convergir com um modelo extrativista, centrado na monocultura, sempre dependente de uma força de trabalho sujeita a relações servis cada vez mais marcadas por hierarquias raciais. Os escravizados que foram levados para os campos alentejanos nos séculos XVI-XVII foram uma minoria no universo dos trabalhadores agrícolas, mas a sua condição foi suficiente para gerar um novo tipo de relações sociais em benefício dos donos das terras e as relações destes com o resto da sociedade. Não é por acaso que tantas situações análogas à escravidão tenham vindo a ser documentadas no Alentejo. Elas são inevitáveis enquanto persistir o latifúndio, mesmo que os protagonistas específicos vão mudando.

HERBERTO SMITH

> A emergência do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas e das economias de plantação tiveram consequências brutais e formaram o mundo em vivemos hoje.

Assim sendo hoje o Alentejo continuamente estruturado por praticas de domínio da paisagem, pelas monoculturas e metas produtivistas levando à exaustão da natureza; ou por essas clivagens cada vez mais acentuadas na riqueza, da pose e uso da terra, afinal que perceção e conhecimento atual dessas continuidades puderam encontrar em Alcácer do Sal?

SS: O Sado, atualmente, é um rio seco e parado, sendo os arrozais regados por sistemas de captação de água artificiais. As culturas tradicionais estão em declínio e essa homogeneização do uso da terra reflete-se também na exaustão humana. Com a extrema mecanização dos trabalhos agrícolas e a quase inexistência de práticas de agricultura tradicionais, as aldeias foram desertificadas e transformaram-se em lugares envelhecidos com comunidades profundamente isoladas e carentes de serviços públicos básicos. As populações em idade ativa e os jovens saem e não voltam devido à inexistência de perspetivas de futuro. A monocultura perpetua um sistema de concentração da posse da terra. Hoje em dia, às famílias latifundiárias, juntam-se as grandes multinacionais. As precárias condições de trabalho e, provavelmente, o desprestígio do trabalho agrícola ainda existente em Portugal fazem com que os trabalhos do campo sejam feitos maioritariamente por mão-de-obra imigrante. Fala-se num Alentejo multicultural, mas a que custo? Perante a falta de condições laborais e sem perspetivas de mobilidade social, os imigrantes são enleados na reprodução de um sistema hierárquico e de exploração da terra que tem vindo a marcar esta região desde há séculos.

Por outro lado, como têm vindo a sugerir no vosso projeto, de que forma é que a prática arqueológica, isto é, o processo de produção de conhecimento sobre o passado, se cruza com o projeto latifundista?

RGC: O caráter extrativista do latifúndio é antigo, e teve um impacto na maneira como se produz, como se come, e como se relacionam as pessoas no Sul de Portugal. Mas também teve um impacto na forma como se imagina o passado e o futuro. A arqueologia não se faz, nem nunca se fez, à parte destas relações de poder. A destruição de sítios arqueológicos nos latifúndios alentejanos é apenas outra forma de reforçar a desigualdade no acesso à terra. Ou de mostrar que há passados e futuros que valem mais que outros, dependendo de quem os invoca. A relação dos arqueólogos com o extrativismo latifundiário também nunca foi inocente e, no fundo, o tipo de arqueologia que se construiu em Portugal foi uma extensão epistémica do latifúndio sobre o conhecimento do passado. A arqueologia fez parte deste processo desde que apareceu no séc. XIX como projeto intelectual das elites portuguesas. Durante todo o séc. XX, a arqueologia foi uma forma de as elites legitimarem a posse da terra através de uma prática ilustrada de produção de conhecimento, mas que era efetivamente colonial. É conhecida a história de uma cooperativa agrícola alentejana que, durante a Reforma Agrária, se recusou a entregar aos arqueólogos materiais arqueológicos: o passado da terra, tal como o presente e o futuro, pertenciam ao povo. O latifúndio neoliberal revela-se de outra maneira na sua relação com a arqueologia. Tal como noutras dimensões da vida, o neoliberalismo limita-se a extrair riqueza do latifúndio até à exaustão, sem quaisquer perspetivas de renovação dos recursos que o sustentam. Podemos pensar, assim, que a destruição de sítios arqueológicos e os trabalhos são duas faces da mesma moeda. Cabe aos profissionais da arqueologia e do património refletirem criticamente sobre os seus papéis nesse processo.

SS: Atualmente, com as monoculturas e explorações intensivas que têm levado aos grandes projetos de afetação da paisagem e dos recursos no Alentejo, o que se vê é uma grande dificuldade em salvaguardar ou proteger o património arqueológico. A arqueologia, mais uma vez, encontra-se bastante condicionada e, diria até, controlada pelas elites económicas. Contudo, perante todos os constrangimentos a que os arqueólogos estão sujeitos na sua prática profissional, é fundamental que exista essa consciência. Coletivamente, é necessário que os arqueológos tenham a responsabilidade social e o dever de refletir sobre o seu lugar, enquanto cidadãos ou profissionais, nestas economias extrativistas. Apesar de todas as dificuldades políticas e económicas a que a prática arqueológica continua sujeita, devemos ser capazes de refletir sobre as nossas cumplicidades e de que forma podemos resistir, propondo novos modelos de produção de conhecimento.

O vosso projeto envolve e parte de coletivos africanos ou afrodescendentes (como seja a Batoto Yetu Portugal e a DJASS - Associação de Afrodescendentes), que me dizias [RGC] corresponderem a uma comunidade política, estruturada por críticas decoloniais e pela resistência ao modo como a sociedade portuguesa é ainda marcada por desigualdades económicas e raciais. Esses coletivos encontraram-se com uma segunda e distinta comunidade, a rural e alentejana. Que encontros e que desencontros tal cruzamento suscita?

RGC: Este é um projeto comprometido com lutas pela justiça social e ambiental e, por isso, só faz sentido que a investigação que nele se enquadra seja feita em conjunto ou em colaboração com coletivos e indivíduos com quem tenhamos uma convergência. A questão que nos colocamos sempre é: de que forma é que a reflexão e a prática arqueológicas, que enquanto campo disciplinar segue protocolos objetivos e claros, podem contribuir para uma agenda comum? Entendemos que essa convergência deve ser ancorada num processo de investigação, de memorialização e discussão. Claro que o nosso relacionamento com esses coletivos e indivíduos se estrutura de maneira muito variada, dependendo do contexto. Neste projeto somos felizardos na medida em que estamos a colaborar, embora numa linha distinta, com o trabalho que esses coletivos andam a fazer há muito tempo. A comunidade, seja ela local, política, ou outra, é mediada de muitas formas. Por exemplo, na Guiné-Bissau trabalhamos com a organização não-governamental guineense Acção para o Desenvolvimento, que tem trabalhado criticamente a memória da escravatura através do Memorial da Escravatura e do Tráfico

> É inevitável que a plantação americana, o grande laboratório de experimentação do capitalismo, tenha influenciado o latifúndio alentejano como o conhecemos hoje.

Negreiro de Cacheu. O nosso trabalho em Cacheu envolve consultas com agentes do estado e lideranças tradicionais, mas também com a população de Cacheu de um modo geral. Uma das coisas que os nossos colegas em Cacheu estão a fazer agora mesmo é um inquérito alargado sobre transformações causadas pelo nosso projeto, tanto em termos de expetativas sobre a vida em comum como na reflexão pública sobre a escravatura e os tempos coloniais. No Alentejo as coisas funcionam de forma muito diferente. A Batoto Yetu Portugal e a DJASS são duas das organizações que mais se têm destacado na reflexão pública sobre a memória e os legados da escravatura em Portugal, tendo lançado bases muito concretas para essa discussão. A DJASS, por exemplo, liderou o processo para a construção de um memorial da escravatura em Lisboa, ao qual não foi alheia uma reflexão crítica sobre o Núcleo Museológico Rota da Escravatura em Lagos. A Associação Batoto Yetu Portugal, por outro lado, tem organizado visitas ao vale do Sado a propósito da memória africana no país. No nosso projeto, fomos ao encontro deste trabalho e propusemos fazer uma arqueologia que servisse para obter informação, mas que fosse sobretudo geradora de relações entre todos os agentes envolvidos e de discussões no espaço público. A Câmara Municipal de Alcácer do Sal, organização parceira, juntou-se também a este projeto com uma contribuição fundamental na mediação entre a equipa e a comunidade local.

SS: Nós partimos de uma perspetiva arqueológica, mas procuramos entender através desses traços materiais, como é que os fenómenos da escravidão ou dos trabalhos forçados se refletem ainda hoje nas nossas sociedades. Como é que as diferentes comunidades envolvidas trabalham a memória e agem perante esses legados históricos. E, a partir daí, procuramos que a reflexão seja feita de forma conjunta. Norteamos as nossas linhas de trabalho também em função dessas expetativas e necessidades das diferentes comunidades. Porque são traumas e responsabilidades que têm de ser pensados e processados em paralelo e de forma simultânea, a partir das experiências concretas de cada comunidade. Só assim será possível chegarmos a um patamar em que possamos falar de justiça e reparação social e ambiental. E o nosso trabalho, tanto na Guiné-Bissau como em Portugal, tem sido acolhido de forma muito convicta por parte dos vários agentes sociais, o que mostra precisamente essa vontade de falar e trabalhar sobre estes legados comuns e que nos afetam de formas tão distintas.

Regresso ao historiador Jorge Fonseca que diferencia em época moderna a relação esclavagista no sul de Portugal em face de uma brutalidade maior no modelo das plantações e engenhos da América do Sul. Para lá das diferenças de escala esse «amenizar» decorreria essencialmente de um nível de proximidade, sem com isso excluir a relação colonial e mercantil desses «bens patrimoniais». Atendendo ao vosso trabalho simultâneo no Brasil e na Guiné-Bissau, que quadro de diferenças pode efetivamente ser enunciado e qual o quadro que equipara sem distinções o modo de trato da condição esclavagista e racial?

RGC: Não me parece produtivo pensarmos em semelhanças e diferenças entre sofrimentos, pois seria uma forma de hierarquizar a dor. E isso, como sabemos, é todo um tropo colonial. Sabemos que a racialização da escravatura foi acompanhada por um processo de desumanização dos africanos e de brutalização dos seus corpos. Também sabemos que esse processo foi acompanhado pela consolidação do latifúndio e pela definição de um modelo extrativista de gestão da terra e do trabalho. A insuficiência da documentação não pode sustentar uma comparação desse tipo. Por outro lado, penso que devemos refletir na forma como comunidades rurais deram sentido às dificuldades das suas vidas, isto é, à dureza do trabalho, a miséria, as humilhações sociais, e até os castigos. Em algumas partes do Alentejo é comum ouvir falar-se dessas experiências como uma escravatura; um termo que tem pouco de metafórico quando se desdobra em lembranças e lágrimas. Fui ouvir apreciações semelhantes em contextos diferentes, mas com histórias convergentes. Quando fiz trabalho de campo no interior do Rio de Janeiro, para o meu doutoramento, um dos meus

HERBERTO SMITH

Cerimónia de homenagem às vítimas da escravatura e aos ancestrais africanos.

Devemos refletir na forma como comunidades rurais deram sentido às dificuldades das suas vidas, isto é, à dureza do trabalho, a miséria, as humilhações sociais, e até os castigos.

interlocutores disse-me que a escravatura só tinha sido abolida no tempo Getúlio Vargas. Havia uma explicação: foi esse o presidente que, em 1932, reconheceu a personalidade jurídica do trabalhador através da criação da carteira de trabalho. Na Guiné-Bissau, um senhor que tinha sido torturado pelas autoridades coloniais por não cumprir com o seu trabalho disse-me que a escravatura só tinha sido abolida em 1956. Mas porquê? Entendi depois que tinha sido o ano da fundação do PAIGC. Interessa-me a forma como a memória da instituição esclavagista se vai re-significando, dando sentido e visibilidade aos seus legados no tempo longo, apontando simultaneamente para os momentos de rutura e de transformação radical. Em Portugal, inevitavelmente, as experiências da escravatura fora de tempo expiraram com o 25 de Abril de 1974. Em todo o caso, as situações análogas à escravatura que têm sido reportadas um pouco por todo o Alentejo nos últimos anos obrigam-nos a refletir sobre estas convergências.

SS: No caso da Guiné-Bissau, o país encontra-se a enfrentar consequências gravíssimas das alterações climáticas. Não raras vezes ouvi durante o meu trabalho de campo em Cacheu que o tempo da escravidão nunca acabou. É uma estratégia narrativa que evidencia a continuidade de privações várias. E continuam, nomeadamente através do desaparecimento dos campos para prática da agricultura, da destruição das bolanhas devido à subida do nível do mar, da falta de recursos provenientes do rio causada pelas alterações dos ecossistemas que sustentam e modelam a vida destas comunidades. Está subjacente essa re-significação do que se perceciona como escravidão. Ainda que nem sempre exista essa formulação, é muito percetível o entendimento que as pessoas têm de que são elas que sofrem as consequências de algo que lhes é alheio e exterior. E, neste caso, sofrem precisamente as consequências de um legado esclavagista e colonial.

De volta ao vosso papel como arqueólogos, quais são os principais pontos conflituantes que consideram poder existir entre essa vossa agenda de esquerda –assumindo o «património cultural» como um processo de mediação do passado no presente, de acordo com as agendas do presente – com a(s) agenda(s) dominante(s) do património cultural em Portugal e a narrativa do estado-nação?

SS: Em Portugal, assente numa construção muito positivista, só há pouco tempo deixou de ser tão audível esta ideia de que os arqueólogos devem ser imparciais na sua prática profissional, e que devem ter uma responsabilidade social. Aliás, só agora e de forma bastante ténue, se começa a falar de uma «arqueologia contemporânea» em Portugal, por exemplo. Ou seja, a arqueologia tem tido um foco no passado mais distante e um pouco sem uma conexão clara às questões que nos informam enquanto sociedade nos dias de hoje. Nós temos um posicionamento, acreditamos numa arqueologia comprometida política e socialmente, e que não raras vezes entra em conflito com as agendas dominantes. Entra em conflito com um contexto onde ainda se discute se devemos construir ou não um Museu das Descobertas, continuando a exaltar uma suposta epopeia portuguesa, mas sem um reconhecimento da violência inerente a esse fenómeno de exploração e dominação. É também um contexto em que recentemente se inaugurou o Museu do Tesouro Real, exaltando a beleza das joias da Coroa, mas nunca assumindo que todo aquele ouro e pedras preciosas foram roubados e extraídos através de mão-de-obra escravizada, onde existe por parte dos agentes políticos e culturais um boicote à construção do Memorial de Homenagem às Pessoas Escravizadas… Tudo isto surge em conformidade com uma narrativa veladamente nacionalista, de um Portugal social e culturalmente homogéneo, branco e, na sua génese, europeu.

RGC: O património cultural é um campo conflituoso e é natural que assim seja, pois é nele que se confrontam perspetivas distintas sobre o passado ou os passados que reclamamos como nossos. É também através do património cultural que os vários grupos sociais fazem a mediação dos seus interesses. A consciência destes processos não é nova, mesmo no caso da arqueologia. Na década de 1970, logo após o 25 de Abril, houve coletivos que fizeram propostas transformadoras muito interessantes. No Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, por exemplo, montou-se uma exposição declaradamente comprometida com uma leitura materialista da história em que os colegas decidiram fazer uma narrativa museológica que começava no Paleolítico e acabava na reforma agrária. O Campo Arqueológico de Mértola apareceu também num contexto em que profissionais do património trabalharam com e a partir de uma comunidade local para desfazer um processo de dupla marginalização: histórica, com a invisibilização do passado islâmico em Portugal, e das vidas das próprias comunidades do interior alentejano. São experiências que nos ajudam a refletir o nosso papel hoje, enquanto arqueólogos socialmente comprometidos, mas também sobre a fragilidade política deste tipo de trabalho e de propostas. O património cultural continua a ser tratado de forma fetichista. Este é um fenómeno transversal a todas as áreas políticas e que nos ajuda a entender as malhas da colonialidade do saber, e da forma como se produz conhecimento sobre o passado em Portugal.

No dia 30 de setembro decorreu a manifestação «Casa para viver, planeta para habitar». Organizado pelas plataformas Casa para Viver e «Their Time to Pay», o protesto foi convocado para cerca de 22 localidades e apelava a que as pessoas saíssem às ruas pela habitação e por justiça climática, contra a precariedade e o aumento do custo de vida. A fotorreportagem aqui exposta, que resulta de uma parceria Jornal MAPA - Outros Ângulos, mostra uma expressão da contestação na cidade de Lisboa. «Os ricos são um luxo que não podemos permitir.» Seguiremos nas ruas!

FOTOS **OUTROS ÂNGULOS**

UMA ENTREVISTA EXTRA-ORDINÁRIA

é só um dos produtos artísticos que duas turmas do 4.º ano da EB1 Sampaio Garrido, no bairro Anjos, em Lisboa, produziram durante o ano letivo 2021-22. Durante este ano, as crianças, autoras desta colorida e aventurosa banda desenhada coletiva, juntaram-se à três antropólogas e educadoras no âmbito do Projeto Pequena Oficina de Antropologia* para desenvolverem micro-pesquisas em volta da escola, observarem e escutarem o espaço, se aproximarem, conhecerem e entrevistarem pessoas comerciantes. Para, finalmente, mergulharem no bairro. O que faz um bairro? • O que conhecemos • O que gostaríamos de conhecer • O que gostaríamos de contar sobre ele?

Fazer de antropólog*s no nosso bairro é um pouco como sermos extraterrestres. E é assim que parte deste olhar curioso sobre o bairro e a sua vida, é aqui devolvido nesta história desenhada, onde se cruzam pesquisa, imaginação, vivências e partilha de conhecimentos.. Um sincero obrigada a todas as crianças que nos acompanharam nesta aventura!

O extraterrestre, muito confuso, liga o tradutor e diz:
Nós somos os meninos do bairro. E tu estás nos Anjos, Lisboa, Portugal
Onde estou? E quem são vocês?

O que mudou no bairro?
Há mais sem-abrigos.
Há mais turistas.
Há muito mais carros e mais estrangeiros a viverem.
Mais comércio e muitos restaurantes.

Outra noite pousa no parque e saem vários extraterrestres. É a família do Augusto. Trazem sardinhas e pão para fazer uma festa no bairro dos Anjos

O Projeto Pequena Oficina de Antropologia foi financiado pelo Programa Fazer Acontecer 2019 (CML), numa parceria entre o Agrupamento de Escolas Nuno Gonçalves e o CRIA (Centro em Rede de Investigação em Antropologia), criado e dinamizado por Giulia Cavallo, Kitti Baracsi e Micol Brazzabeni

Manual de desbatização ou apostasia em cinco passos[1]:

Estais fartxs de serdes batizadxs e não curtis da Igreja Católica? Quereis anular o vosso batismo de forma eficaz e indolor? Pedi já a vossa desbatização grátis!

1. Local e data do batismo

Encontrai a vossa cédula de nascimento (aquele livrinho que já nem vos lembrais que existe). Numa das páginas, estará a certidão de batismo, de que constam a data e o local do mesmo. Se não souberdes o paradeiro da cédula de nascimento, tentai aferir junto dos vossos pais ou familiares o local e a data aproximada do batismo. Se não fizerdes a mínima ideia, tereis de pedir uma certidão de batismo ao Patriarcado, o que torna todo o processo um pouco mais complexo.

2. Requerimento formal

Redigi um requerimento formal endereçado à paróquia onde o batismo foi realizado. Podeis adaptar o modelo presente neste jornal MAPA.

3. Cartão do cidadão

Anexai uma cópia do vosso cartão do cidadão.

4. Carta registada

Enviai o requerimento formal e a cópia do cartão do cidadão por carta registada, com aviso de receção. Algumas paróquias talvez aceitem um breve e-mail contendo os dois documentos, mas a primeira via é geralmente a mais certeira.

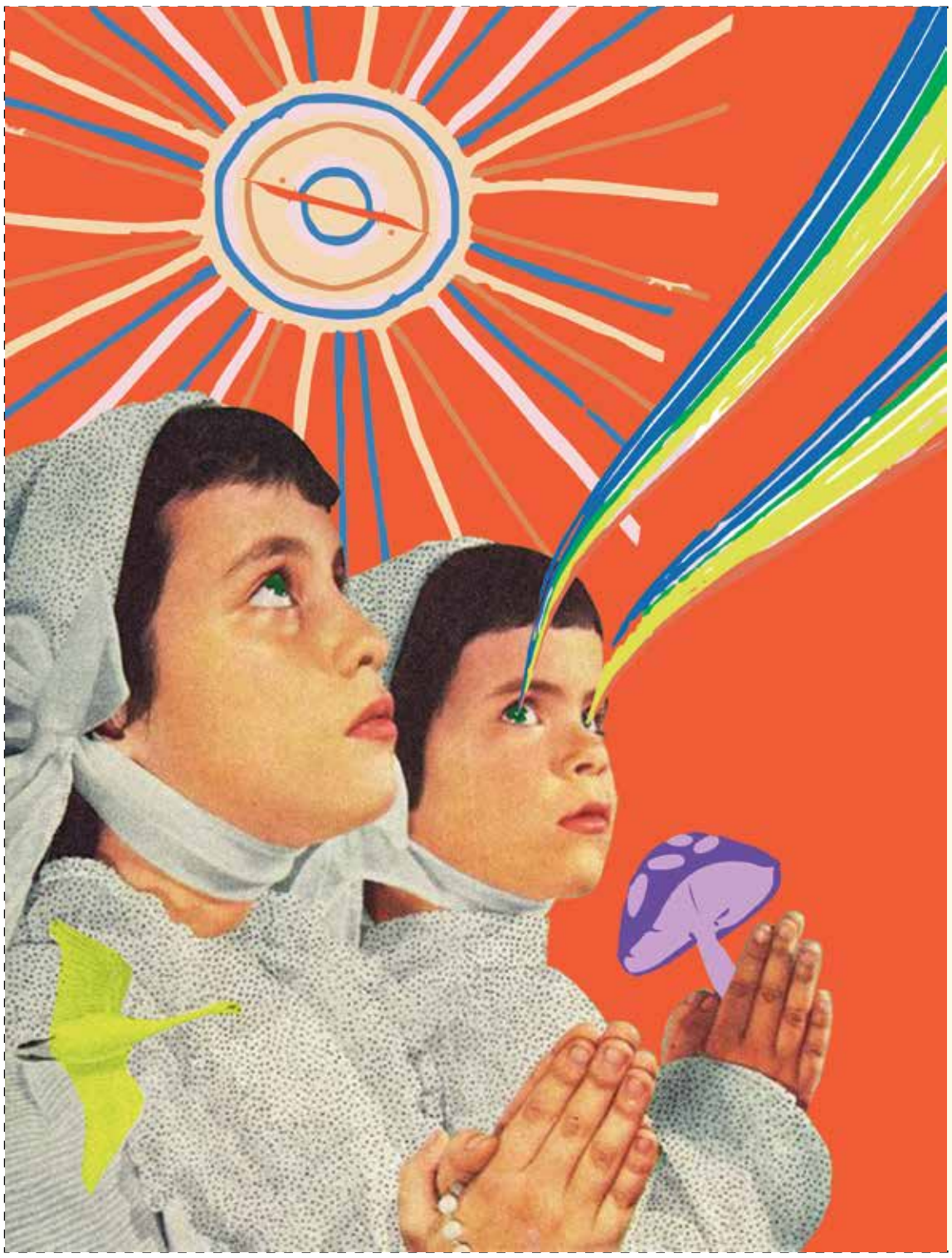
5. Contatos das paróquias

Para saberdes a morada ou o contacto da paróquia para onde enviar a carta registada (ou o e-mail) podeis consultar o seguinte sítio na internet: www.paroquias.org/paroquias.php

NOTAS

1 Apostasia: Renúncia ou abandono de uma crença religiosa.

Texto de Zélia Veerm e ilustração de Nikas Nanaa



CARTA DE PEDIDO DE APOSTASIA / DESBAPTIZAÇÃO

(Actus formalis defectionis ab Ecclesia catholica)

Exmo. Senhor Padre [ou Bispo] da Paróquia de _____ _____,

Tendo sido baptizado/a na Igreja de _____, na freguesia de _____, concelho de _____, no ano de __/__/____, sob o nome de_____ _____(actual portador/a do cartão de cidadão número _____), venho, por este meio, requerer junto de Vossa Excelência que o meu nome seja rasurado no vosso livro dos baptismos, seguindo as normas canónicas que regulam o pedido de apostasia (cf. Cân. 751; Cân. 535, §2; Cân. 1041, §2; Cân. 1044, §2; Cân. 1364) e registando, assim, um *actus formalis defectionis ab Ecclesia catholica.*

Em particular, venho requerer que seja feito um aditamento ao referido registo com a seguinte menção: *"defectio ab Ecclesia catholica actu formali:* renegou ao seu baptismo e foi declarado/a apóstata por carta escrita, datada de __/__/____", e que me seja enviada uma cópia desse aditamento.

(Neste ponto, se entenderdes que é necessário, podereis explicar o que vos leva a fazer o pedido)

Assim, por imperativo da minha consciência, venho através deste acto contribuir para a reforma dos vossos registos, a fim que os mesmos estejam isentos de qualquer ambiguidade.

Aguardando uma confirmação escrita da Vossa parte,

Com os melhores cumprimentos,

_____

vozesdedentro.noblogs.org
vozesdedentro@riseup.net
FB: Vozes De Dentro
Instagram: @vozes_dedentro

Eu, B. A., detida desde 7 de Fevereiro de 2016 no respetivo E.P., venho por este meio denunciar um caso de discriminação, xenofobia e agressão física contra a minha pessoa.

No dia X, por volta das 18h38, ao descer as escadas do 3° piso, onde se localiza o meu dormitório, senti um forte ranger de ossos no meu joelho esquerdo, juntamente com uma dor horrenda. Já estava no horário da medicação, então solicitei à guarda-chefe que por acaso trabalhava no meu piso neste dia, nomeadamente D. C., que me autorizasse passar à frente, pois as próprias reclusas também tinham concordado. No entanto, a mesma afirmou, alto e bom som, que eu não passava de uma «gorda mentirosa», que deveria diminuir a minha ração, e que eu aguardasse pela minha vez na fila. Entretanto, a enfermeira veio ao meu encontro e disse que não havia nada que ela pudesse fazer, que iria acionar o socorro. Às 21h foi aberta a minha camarata, duas das minhas companheiras de cela tentaram auxiliar-me, uma apoiando-me de um lado e outra do outro. Ao passar pela porta a então guarda-chefe supra mencionada não permite que as reclusas continuem me ajudando, não havia nenhum corpo clínico, muito menos uma maçã, que era o que esperávamos, pois eu peso aproximadamente 90 kg devido ao mioma que carrego no meu útero, o qual numa antiga biópsia tinha cerca de 0,5 cm, em 2018 quando foi revelado o tal mioma. Ainda não fui e imagino que também não serei submetida à extração do mesmo, pelo encargo financeiro ao governo, mas isto é sobre uma das quantas outras violações do meu direito.

B.A., 2023

Aos olhos da lei, nenhum homem pode ser julgado duas vezes pelo mesmo crime, contudo, em Portugal, os reclusos são julgados e condenados todos os dias, pelos guardas, pelas técnicas de educação, pelos técnicos de IRS, por toda a estrutura que deveria ser o garante da nossa reinserção.

Uma vez julgado e condenado, o recluso "só" deveria perder a sua liberdade, no entanto o recluso é sujeito à exploração laboral, à incompetência de técnicos cujas principais obrigações são ajudar o recluso em tudo o que lhe possa tornar a reinserção mais rápida e duradoura.

O sistema judicial português, na prática, começa por desinserir o indíviduo da sociedade, limitando os contactos com o exterior (chamadas de 5 minutos, visitas de 1 hora...) e obriga o recluso a sobrecarregar a família e os visitantes com custos extra que visam sustentar o conforto do recluso e consequentemente sustentar a microeconomia da cadeia e do sistema.

Acreditam que é sustentável praticar preços superiores ao exterior com ordenados mensais de 60 €? Eu também não.

Acreditam que é viável ter qualidade de vida quando estes mesmos ordenados são sujeitos a obrigações por parte do estado que dividem estes magros rendimentos em três partes iguais, deixando o recluso com um ordenado semanal de pouco acima dos 6 €? Inacreditável!

O que dizer de um sistema que atira à cara do recluso que não tem visitas, que por não ter visitas têm reservas em dar-lhe uma oportunidade para medidas de flexibilização de pena?

O sistema português é puramente punitivo e não restaurativo, procura transformar o recluso em ser dependente da generosidade da família e amigos em vez de autonomizá-lo e realmente fazer dele um membro produtivo da sociedade, inculcando-lhe valores, respeito pelo trabalho, hábitos de poupança, noções de gestão, e incentivando o estudo superior, o que só é possível obter se o recluso tiver a sorte de ter um apoio familiar considerável.

A realidade do sistema penal, tal como ela é, fomenta a própria reincidência, pois a falta de autonomização do recluso por parte do próprio sistema leva o mesmo a limitar-se à sobrevivência e dependência económica enquanto detido e à continuidade de actividades ilícitas para promover o próprio sustento em meio livre, pois o sistema deixou-o sem meio de autonomizar-se.

Por exemplo, um recluso que venha transferido de outro EP, em que trabalhava para sustentar-se, pois não tem apoio familiar, é obrigado a passar por um período de avaliação que o remete ao "desemprego" durante um período que pode ir até 6 meses! Como irá este recluso carregar o telefone ou comprar papel higiénico?!

Para além destas situações o próprio sistema peca por tornar o recluso num ser consciente da problemática ambiental. Em geral são muito poucos os EP's que fomentam a reciclagem e triagem do lixo, são muito poucos os EP's que permitem aos reclusos frequentar cursos técnicos orientados para energias renováveis, computação ou línguas estrangeiras, cursos esses que permitiriam ao recluso ter uma maior empregabilidade após o período de reclusão e desta forma limitar as hipóteses de reincidência.

Ao dia de hoje o sistema só oferece cursos ou ocupações laborais que se alinham com trabalhos precários, o que levará o recluso a ter oportunidades limitadas no futuro, a não ser que tenha um mental forte e/ou um apoio forte no exterior, o que nem sempre é possível pois o estado do mundo actual obriga as pessoas a emigrar ou cortar nas despesas, sem contar com falecimentos.

Finalmente, o recluso tem um acesso limitado a cuidados médicos e apoio psicológico, sendo dada como desculpa a escassez dos efectivos e dos recursos, o que pode levar o recluso a entrar numa espiral que começa com o consumo de estupefacientes e/ou bebidas alcoólicas, sendo que o apoio, as oportunidades, e como tal, a esperança também são escassas.

O recluso é obrigado a estar em contacto permanente com o advogado e a família e amigos (quem os tenha) para ultrapassar certos obstáculos, e se não puder é obrigado a sujeitar-se.

Claro que nem tudo é mau, e obviamente que não se pode tecer um paralelo com os sistemas da América do Sul ou outros, niguém tem de pagar por um colchão e três refeições são garantidas diariamente, mas os dias deveriam ser preenchidos de outra forma que nos permitisse melhorar, aprender, produzir e alcançar a reinserção de forma a que nenhum de nós se sentisse um pária ou à margem do mundo, pois ao sermos condenados é-nos dito que só perdemos a liberdade mas na verdade perdemos muito mais.

Diz-se que as cadeias são um reflexo de como as sociedades tratam os seus cidadãos, e, a julgar pelo estado da sociedade portuguesa neste momento, com aumento do custo de vida, salários abaixo da média europeia, falta de oportunidades e uma população cada vez mais deprimida, não antevejo nenhuma melhoria na condição do recluso em Portugal, um país que não esquece e não deixa o recluso esquecer que foi recluso um dia.

Tomé Fornazini, 2023

Sobre a situação no Médio Oriente: uma análise numa perspetiva libertária

PORTAL ANARQUISTA[1]

O que está a acontecer no Médio Oriente é mais uma peça do terrível conflito que dura há várias décadas, desde a ocupação israelita da antiga Palestina. Cercados, vítimas dum apartheid violento que dura há gerações, expulsos das suas terras e casas, os palestinianos recusam submeter-se às imposições israelitas e, ao longo, da história têm-no provado.

De um lado e do outro, têm-se também sucedido as maiores atrocidades, conduzindo a uma radicalização de posições. A mera ideia (conservadora) da criação de um estado palestiniano tem sido sempre recusada por Israel.

O ataque agora desencadeado pelo Hamas, a partir da faixa de Gaza, e a violenta resposta de Israel, integram-se neste contexto, mas os fins não podem justificar todos os meios.

O Hamas é um movimento integrista islâmico para quem todos os métodos de resistência são legítimos e a matança de civis, sem qualquer conexão com o aparelho repressivo do Estado israelita, é um deles, declarando que entre os ocupantes não há inocentes – e o massacre de mais de duas centenas de jovens que participavam num festival de música junto à fronteira é apenas um exemplo.

Mas a resposta desproporcionada de Israel, visando sobretudo a população e alvos civis na

MAURÍCIO CENTURION

Faixa de Gaza, alvo de bombardeamentos constantes, cortando a eletricidade, a água e a entrada de bens alimentares, assume os mesmos contornos de violência indiscriminada.

Enquanto anarquistas defendemos o direito (e até o dever) dos povos subjugados e colonizados à revolta, mas não aceitamos que os meios utilizados se sobreponham aos fins que queremos alcançar: uma sociedade de iguais, sem exploração nem opressão. Daí, embora solidários com a luta do povo palestiniano, não podemos estar solidários com as ações e as organizações que propugnam a abolição do outro, esquecendo que apenas há uma raça humana e que as fronteiras, as religiões, as pátrias, os identitarismos nunca serviram como alavancas da liberdade.

Mais uma vez, como tantas vezes na história, a revolta dos oprimidos não pode ser sequestrada por organizações similares àquelas que se pretendem combater.

Como todos sabemos, quer o Hamas, quer o governo de Israel não são "flores que se cheirem", por isso os apelos ao apoio a um ou a outro são apenas formas encapotadas de adiar a construção da paz.

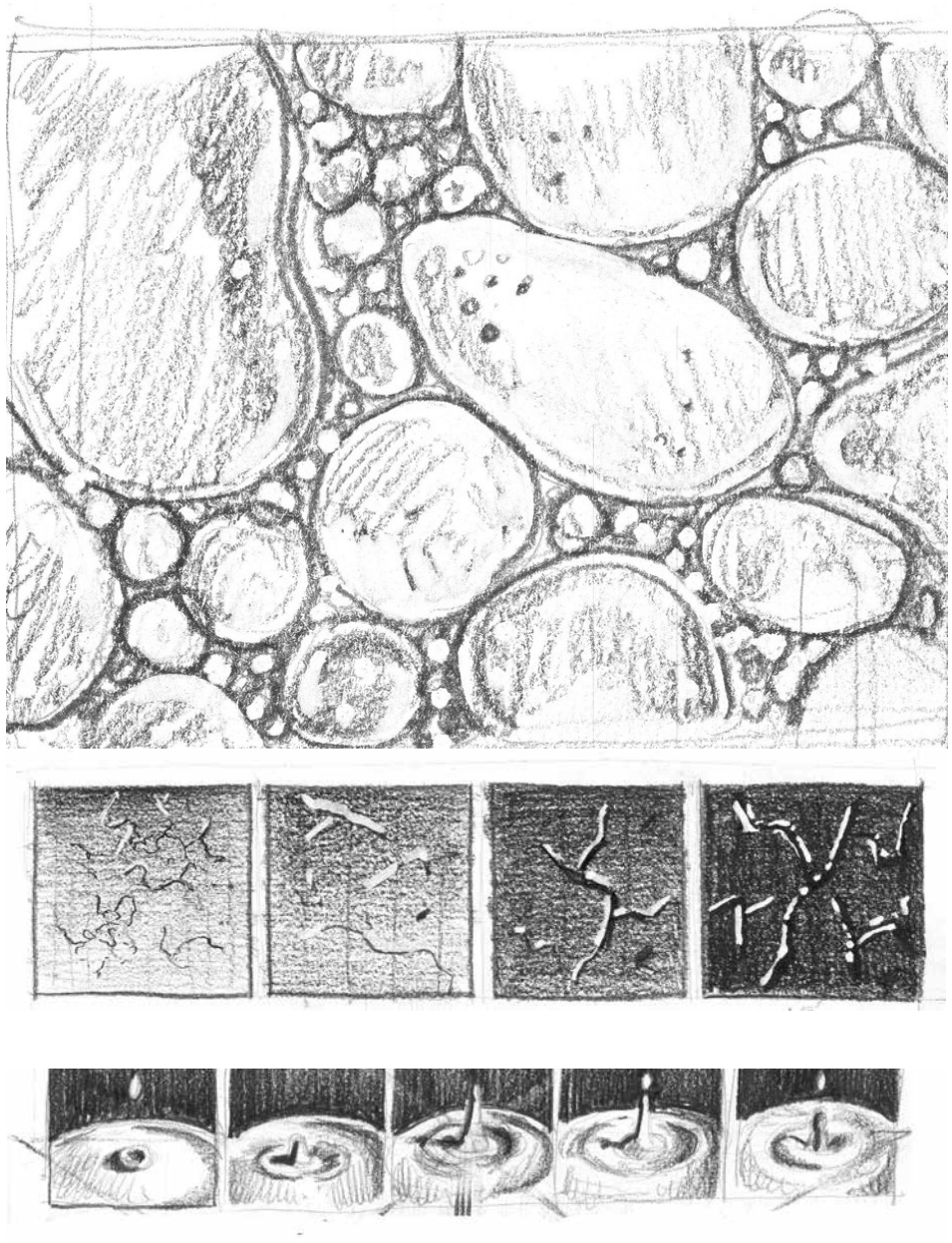
Numa situação como esta todos os esforços devem ser feitos para que as armas se calem e que se impeça a chamada invasão terrestre anunciada por Israel, que culminará num banho de sangue da população palestiniana.

E, num outro plano, que todos os esforços, em termos populares e da cidadania, de um e outro lado da barricada, sejam para o estreitamento de laços e de redes de solidariedade que levem à derrota quer do Hamas, quer do Estado de Israel, agora representado pela sua ala política e militar mais radical, permitindo uma coexistência igualitária das várias comunidades presentes naquele território, para além dos estados, das fronteiras, das religiões e da origem étnica de cada uma.

NOTAS

1 Publicação de 10 de Outubro 2023; colectivolibertarioevora.wordpress.com

VELHOS ECOS DE MONTEMOR-O-NOVO



Em baças colinas aguarda

um vagaroso amanhecer

e uma luz leitosa encegueira

quem nunca soube escutar.

Cravados no olhar repetido de ontem,

os ritmos cantados de outrora,

tocados pelo açoitar da enxada,

cercam os ouvidos atentos de quem lavra

Sonhando com o voo errante das aves livres.

Entre memórias que não me pertencem

intercalam-se aspirações ofegantes

determinadas a rachar a terra:

feridas abertas no solo ressequido do

tempo.

Mas quem canta até a rocha amolece,

mesmo quando o escorrer da água

não passa de uma memória distante

e só a sede preenche as fendas

que, lentamente, rasgam os humanos

rostos.

- Lu Cinda

Fulgor animal

SÍLVIA DAS FADAS

Escolhi viver muito com animais, não por estar desiludida dos homens, mas por crer nos animais; entre os homens e a terra, encontro neles o meu repouso, descubro que eles têm um código que nos será útil decifrar juntos.
Maria Gabriela Llansol

Os Fulgores de Outono são sobre a convivência: convivência animal, mineral e vegetal. Este texto enveredа brevemente pelos trilhos da convivência animal, correndo o risco de mal os aflorar.

Para o Fulgor Animal convocámos dois filmes em que o javali e as javalis são protagonistas: *Va, Toto!*, de Pierre Creton, e *Notes for Les Sanglières*, de Elsa Brès. Brès e Creton são autores de gerações, géneros, e estéticas distintas, mas têm em comum uma abordagem situada, e de longo alcance, com as comunidades e os lugares onde escolheram habitar no mundo rural francês. Se os pomos em relação, através destes filmes, é porque nos interessa propor uma convivência interespecífica, através de narrativas guiadas pelo desejo e pela possibilidade de uma partilha entre humanos e animais, a contrapelo de narrativas de discórdia e de dominação.

Pierre Creton, cineasta, agricultor, pintor de domingo, vive em Vattetot-sur-mer, na Normandia, onde filma o seu território e o seu quotidiano. *Va, Toto!* é da ordem da fábula ou do conto de fadas, e entrelaça três histórias. A primeira, e a que nos parece formalmente mais interessante, com o ecrã dividido em dois (*splitscreen*), em forma de livro ilustrado, é a história de Tótó, o javali adoptado por Madeleine. Madeleine é vizinha de Pierre Creton, e vinte anos antes tinha-se recusado a ser filmada por ele. Com o aparecimento de Tótó, Madeleine não só aceita como convida Pierre a entrar na sua vida de câmara em mãos. Creton diz-nos que esta longa espera está de acordo com a sua ideia de território: "é preciso paciência, observação, deixar as coisas acontecerem ao seu ritmo e à sua maneira. Incluindo os animais, porque foi a chegada súbita do Tótó que deu início a tudo." Tótó devém animal de companhia, e vai crescendo em coexistência com o cão, com o cavalo, com as numerosas galinhas, com os humanos ao redor. É possível esta convivência? É, bem o sabemos, mas não é duradoura: logo virá o caçador, virá a lei...

A segunda história é a de Vincent, companheiro de Pierre, que tem uma obsessão com macacos e viaja até à Índia ao seu encontro. A terceira é povoada por gatos, que entram e saem dos sonhos translúcidos de Joseph, outro vizinho de Pierre, trabalhador rural ligado a uma máquina respiratória. O sono e o sonho, as aparições e as desaparições ecoam por todo o filme, bem como a figura do duplo e o corpo.

O elo entre as três histórias é Pierre, com as suas relações de proximidade e vizinhança, mas também o animal, esse outro que nos é tão próximo, e que, com Llansol, intuímos que possui «um código que nos será útil decifrar juntos».

Em *Notes for Les Sanglières*, a artista Elsa Brès ensaia uma aproximação às javalis, enquanto bando de guerrilheiras, e aos seus movimentos nocturnos pelo território das Cévennes. Encontra nelas a potência de quem não reconhece a propriedade privada. Como o título antecipa, estas notas, ou imagens em fragmentos, pressupõem um filme por vir: *Les Sanglières*. Agrada-nos que o processo de investigação artística que conduz a este filme (agora em pós-produção), se materialize em diversos vídeos, instalações, cartazes, objectos, que abraçam a sua incompletude e a multiplicam, e são fruto de uma escrita colectiva.

> O que seria estabelecer uma aliança com javalis? Quem teria interesse nesta aliança? Talvez aqueles que são excluídos da propriedade privada.

O que seria estabelecer uma aliança com javalis? Quem teria interesse nesta aliança? Talvez aqueles que são excluídos da propriedade privada. Como adoptar o ponto de vista do animal? O que significa adoptar o ponto de vista do javali como espécie? Para Elsa Brès: "o javali pode ser um aliado na reflexão sobre as lutas anti-capitalistas/anti-patriarcais contemporâneas, se nos colocarmos ao seu lado, no seu lugar. Esta ideia de aliança levanta então questões sobre o que liga o homem e o animal, especialmente a partir deste ambiente particular que é a floresta." Coloca também questões de como filmar javalis, não como objecto de estudo mas como companheiros, a questão essencial de como fazer um filme «com, ou falar perto, e não sobre». Brès envereda por uma abordagem física e sensorial, recorrendo a ferramentas de mapeamento especulativo para antecipar os movimentos das javalis. Figura de recusa nómada e sem fronteiras.

Em Mértola, no Cineteatro Marques Duque, iniciámos o fulgor com *Notes for Les Sanglières* e continuámos com *Va, Toto!*. Em São Luís invertemos a ordem. Para o Fulgor de São Luís, no Palheiro da Cultivamos Cultura, convidámos caçadores e o grupo de cooperação com animais da comunidade de Tamera. Ouvimos que há demasiados javalis, que não têm predador, destroem tudo. Ouvimos que também adoptaram um javali que perdeu a mãe, e que depois ao crescer foi à sua vida. Ouvimos que seguem as suas pistas e apanham os seus ossos pela floresta. Ouvimos que caminham lado a lado, no escuro, sem se verem, só ruído e co-presença. Ouvimos que se falarmos com os javalis eles poupam as hortas e até sulcam a terra, preparando-a para a sementeira. Não havia fogueira, mas em torno destes filmes, houve vagar para escutar as histórias de convivência com javalis, que quase todas tínhamos para partilhar.

Num território em que os cães fazem parte das aldeias, e os seus nomes são por todos conhecidos, cabras, ovelhas, porcos e vacas são domesticadas, em que se chega à cooperativa de burro, e se ensaiam processos de cura com cavalos e sapos, selvagens são os lacraus, as ginetas, os saca-rabos, as raposas, os javalis... Os seres que não se deixam domesticar, nem governar. (O almejado lince ainda não vimos.)

Podem animais e humanos coexistir pacificamente, perguntamos, para além das relações de poder, dominação, submissão e domesticação?

Enquanto escrevemos, chegam-nos os uivos do animal companheiro que estamos a curar, mordido por javalis lá para os lados da ribeira do Torgal. Penso em Val Plumwood e no seu encontro com o crocodilo no parque nacional de Kakadu, penso em Nastassja Martin e na sua luta com o urso nas montanhas da Camecháteca, penso em todas as fronteiras implodidas e por implodir entre os mundos, e penso em Lin May Saee, que este ano nos deixou, e que dedicou toda a sua obra artística à libertação animal.

Repetimos que a oferenda destes filmes é a convivência, a potência de uma vida partilhada com os animais. Volvidos dois dias destes fulgores houve em São Luís uma montaria com 50 caçadores. Nenhum javali foi morto.

Presença de Maria Mies

JÚLIO HENRIQUES

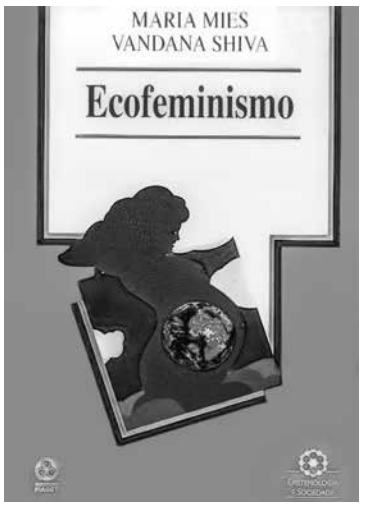
Faleceu em Maio, no dia 15, aos 92 anos, Maria Mies, socióloga alemã, empenhada professora, cidadã do mundo, activista e investigadora de grande fôlego, uma das mais profundas vozes do feminismo. O seu legado, inscrito na sua obra escrita, mas também nos resultados da sua acção ecofeminista, constitui uma forte inspiração para as lutas que continuam a defrontar a destruição do meio ambiente terrestre, a violência estrutural dos Estados, das corporações empresariais e de todas as instituições que promovem o extractivismo na Terra Mãe e nos seres que a povoam.

Maria Mies nasceu em 1931 no seio de uma modesta família de agricultores, na província da Renânia, e a sua experiência do trabalho no campo, na primeira juventude, deixou nela marcas férteis que a levaram depois a desenvolver a «perspectiva da subsistência», na sua fundamentada oposição ao produtivismo industrial capitalista do qual resultou a sociedade tecnicista, criadora, entre outras coisas, da bomba atómica e da guerra permanente.

Foi pioneira no trabalho investigativo sobre a história dos movimentos das mulheres e sobre a permanência do patriarcado mesmo nas sociedades tidas como mais avançadas (a começar pela sociedade alemã), na formulação de uma alternativa feminista e descolonizadora da cultura, bem como na visão das culturas camponesas como modos de produção em oposição ao desenvolvimento do capitalismo. Visão que consolidou no trabalho efectuado na Índia, no início dos anos 80, sobre as mulheres artesãs, e no das suas amigas Veronika Bennholdt-Thomsen e Claudia von Werlhof sobre a América do Sul e Central, com quem publicou duas obras de grande impacto, *Mulheres: A Última Colónia* (1988) e *A Perspectiva da Subsistência: Para Além da Economia Globalizada* (1999). Neste última, as autoras mostram como a produção de subsistência, destinada à obtenção de bens e serviços para uso pessoal, familiar ou da comunidade, foi desvalorizada, ocultada e marginalizada pelos sistemas capitalistas, sublinhando que nestes sistemas o único trabalho visível é o formal, aquele que entra no PNB, ficando oculto o trabalho doméstico não pago, os cuidados e o trabalho informal, que inclui o das formas camponesas de carácter familiar ou comunitário.

Embora de formação marxista, Maria Mies sublinhou como a exploração e opressão das mulheres e dos povos colonizados (que relacionou entre si) não são «efeitos secundários» do capitalismo, mas verdadeiros fundamentos centrais de que resultaram os mecanismos da «modernização» e respectiva produção globalizada, acentuando que a exploração do trabalho constitui um factor primário no desenvolvimento das classes sociais e das divisões económicas, nunca esquecendo as ligações entre a degradação ambiental e as estruturas patriarcais.

É importante notar a crítica que Maria Mies desenvolveu, desde cedo, sobre a manipulação política da genética e que a opôs às derivas identitárias surgidas no feminismo contemporâneo através da ideologia pós-modernista. No seu Prefácio de 1998 a *Patriarchy and Accumulation*, ao descrever a vitória do projecto neoliberal, refere a certa altura: «O quarto factor que contribuiu para a rápida e vitoriosa expansão do neoliberalismo e para o descrédito do modelo keynesiano de um "amansado" capitalismo de "rosto humano" foi aquilo a que se chamou nova revolução tecnológica dos microprocessadores, computadores e, mais tarde, tecnologia genética. A partir de finais dos anos 70 e começos dos anos 80, a introdução de computadores em muitos processos de produção e, posteriormente, na comunicação e administração, teve como resultado uma profunda crise na área laboral. Não só milhões de empregos foram destruídos com a introdução destas tecnologias economizadoras de trabalho, como também se tornou claro que esses empregos não seriam substituídos no futuro, e que o pleno emprego, até então a reivindicação central dos sindicatos nos país do Norte, se estava a tornar obsoleto, e, ainda mais inquietante, que estas novas tecnologias tinham começado a minar a própria definição de "trabalho" nos países industrializados. As máquinas estavam agora a tornar o trabalho humano redundante, não por um certo tempo, mas para sempre, segundo parecia. […] As mudanças ocorridas no mundo na situação política, económica e social foram acompanhadas por uma viragem ideológica e teórica que se tornou conhecida como pós-modernismo. Nos anos 80, e particularmente no início dos anos 90, o pós-modernismo tornou-se a influência dominante não só nas artes, nas ciências sociais e na literatura, mas também nos estudos sobre as mulheres. O novo discurso pós-moderno, como era chamado, rapidamente procurou fazer desaparecer não apenas conceitos como patriarcado, capitalismo, exploração e opressão, mas também conceitos como fraternidade ou solidariedade. Em vez destes conceitos, que tinham sido pontos essenciais na fase anterior do novo movimento das mulheres, surgiram outros, tais como diferença e identidade, construção e desconstrução; a teoria do discurso substituiu a análise das relações sociais e uma abordagem materialista e histórica da realidade. Na verdade, o pós-modernismo procurou dissolver a realidade num conjunto de acontecimentos desligados entre si, de momentos e elementos sociais desligados, e minou o sentido de realidade realçando que tudo o que de material e não material apreendíamos à nossa volta era uma "construção" da mente. A materialidade do mundo foi dissolvida, sendo assim criado um novo idealismo, acabando este por declarar que toda a realidade era apenas virtual. O feminismo pós-moderno abandonou o antigo objectivo do movimento das mulheres – vencer o patriarcado capitalista como um sistema. Agora, o único objectivo era a igualdade de género. Isto significava que estas mulheres aspiravam meramente a partilhar com os homens uma quota-parte, e que já não desafiavam o sistema. Até mesmo a palavra "sistema" foi abandonada como algo que não teria realidade. Aderir à corrente dominante (*mainstream*) passou a ser o novo objectivo. Ora, esta ideologia pós-moderna encaixava exactamente na economia política neoliberal dos anos 80 e 90.»



Vandana Shiva
Maria Mies
Ecofeminismo (Livro 1)
Instituto Piaget, 1998

Patriarcado e Acumulação em Escala Mundial – Mulheres na divisão internacional do trabalho
Editora Timo | Ema Livros
São Paulo, 2022

Lembramos dois livros notáveis de Maria Mies, dois marcos do ensaísmo feminista, publicados em português: *Ecofeminismo*, escrito em parceria com Vandana Shiva (Instituto Piaget, Lisboa, 1998), e *Patriarcado e Acumulação em Escala Mundial – Mulheres na divisão internacional do trabalho*, prefácio de Silvia Federici (Editora Timo e Ema Livros, São Paulo, 2022). Nas suas iniciais edições em inglês, o primeiro saiu em 1993 (reeditado em 2014 e posteriormente); o segundo em 1986 (reeditado em 2014 e 2021).

Retalhos duma amiga enquanto espólio

Eduarda Dionísio, cujo falecimento assinalámos na edição de Junho de 2023, odiava aquilo a que chamava «caixinhas», que considerava formas de separar as injustiças e as lutas que são, afinal, inseparáveis, porque, como também sempre dizia, «está tudo ligado». Nesse sentido, a distinção entre intelectual e manual devia ser o mais ténue possível, a especialização um mal a combater e a divisão do trabalho uma ideia que devia desaparecer ao mesmo tempo que o sistema capitalista que lhe dava suporte. Falar de arte sem falar de sociedade, falar de cultura sem falar de justiça, falar de memória sem falar de futuro, tudo isso era pura perda de tempo. Mais: era o tempo de uma conversa – de uma vida – a esvair-se sem remissão nem luta, num desperdício de tempo que detestava tanto quanto as «caixinhas».

A Casa da Achada, que nasceu para gerir o espólio dos seus pais – Mário Dionísio e Maria Letícia –, aproveitou o 14.º aniversário para trazer a público uma selecção do que, nas caixas desse espólio, diz respeito à filha, a própria Eduarda. Não se espere uma cronologia, uma narrativa, uma história. Talvez não se deva até esperar um fio condutor, uma lógica que não seja a própria Eduarda.

Exposição
EDUARDA DIONÍSIO
MATERIAIS DO ARQUIVO
DE MÁRIO DIONÍSIO – MARIA LETÍCIA
De 29 de Setembro a 31 de Dezembro
Na Casa da Achada – Centro Mário Dionísio, Rua da Achada, 11, Lisboa

Aliás, tratando-se de alguém tão activo em tantos campos, da literatura ao teatro, do ensino ao associativismo, da pintura à acção sindical e política, talvez seja até melhor alimentar um conjunto de expectativas quase opostas, a previsão de um sentimento estranho de qualquer coisa incompleta, que será tão mais sentido quanto mais recente for o conhecimento que cada um tem de Eduarda Dionísio.

Afinal, estamos na Casa da Achada, uma sua criação, e, apesar de haver referências a Passageiro Clandestino (uma espécie de diário de Mário Dionísio que a Eduarda andava, nos últimos anos, a editar e, acima de tudo, a anotar), essas referências são muito suaves, quase imperceptíveis e, mais do que isso, são amostras de originais de Mário Dionísio e não nacos do trabalho que, sobre isso, ela estava a desenvolver. De tal forma que, acabados de ver a exposição, a própria Casa da Achada não existe dentro dos painéis.

Não se trata de esquecimento, muito menos de escolha propositada de quem pensou e construiu a exposição. Trata-se tão-só de cronologia, tempos de vidas e de mortes: o espólio de Mário Dionísio e Maria Letícia acabou de ter acrescentos quando o último dos dois, no caso ela, morreu. O que aconteceu bem antes de a Casa da Achada nascer. Essa é a primeira baliza limitadora. A segunda é o espaço: de onde vieram as dezenas de livros, comunicados, gravuras, fotografias, cartas, pinturas, publicações, folhetos, artigos e outros documentos inclassificáveis que estão nos vários painéis expostos, existem outros tantos (talvez muitos mais) que não puderam entrar pela simples razão de não caberem. Ainda assim, e acima de tudo na sua actividade sindical e política, sente-se a falta de muita coisa. Pelo que se pode especular que há outras balizas, ainda que não verificáveis: terá a Eduarda dado aos seus pais documentos relativos a tudo o que fez? Terão eles guardado tudo o que a filha lhes deu?

Bocados de uma Eduarda que odiava «caixinhas» saltaram das caixas de arquivo do centro de documentação da Casa da Achada e estão à vista de todos, com um grafismo que respeita os documentos, sem pretensões, de uma forma sobriamente caótica que acaba por representar um combate entre os próprios painéis: confinados em «temas» e materiais, mas com uma vontade incontida de se contaminarem entre si e às várias pinturas da Eduarda que também por lá se vêem.

A acompanhar a exposição, uma folha de sala. Com ela, tudo se ilumina, tudo se compreende, todo o caos se torna no que na verdade é: uma outra ordem. Uma sem a outra, a exposição sem a folha de sala ou a folha de sala sem a exposição, pode existir, mas está como que amputada. E isto será, dependendo de quem a visite, uma das maravilhas ou um dos defeitos desta exposição.

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 39
OUTUBRO-DEZEMBRO 2023

Propriedade:
Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

mapa
Jornal de Informação Crítica

Morada da redacção/editor
Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação
Registo ERC: 126329
Diretora: Ana Guerra
m.lima@jornalmapa.pt
Editora: Sandra Faustino
Subdiretor: Pedro Mota
Director adjunto: António Cunha

CC BY

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M. Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudia Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Aurora Santos*, João Vinagre*, Filipe Olival*, Francisco Colaço Pedro*, Sara Moreira*, Catarina Leal*, Ana Farias*, Frederico Lobo*, Garras*, Inês Xavier*, Os Ingovernáveis, Júlio Henriques, Leonardo Aguiar, Mirna Wabi-Sabi (plataforma9p9.com), Roseiras Bravas, Godofredo Enes Pereira, Zélia Veerm, Nikas Nanaa, Lu Cinda, Silvia das Fadas, Vozes de Dentro, Eunice Lemos, Biblioteca/Livraria das Insurgentes, Portal Anarquista, Maurício Centurion, Outros Ângulos, Projeto Pequena Oficina de Antropologia (Giulia Cavallo, Kitti Baracsi e Micol Brazzabeni) Juliano Mattos (Ativismo em Foco), André Paxiuta, Os e As 29 Acusadas pela Universidade de Coimbra, Diana Dionísio, Ricardo Ventura, Pedro Cerejo, Sónia Gabriel, Ana Queijo, Susana Baeta, Ana Afonso, Francisco Espada.
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 2 euros
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Instagram: @jornalmapa
Telegram: @jornal_mapa
Bandcamp: musicajornalomapa.bandcamp.com

Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Decolonizar o museu

EUNICE LEMOS
@BIBLIOTECADASINSURGENTES

Em março de 2023 saiu, pela mão das éditions de La Fabrique, o novo livro da politóloga francesa Françoise Vergès, *Programme de désordre absolu. Décoloniser le musée*. Dada a conhecer aos leitores portugueses como *Um Feminismo Decolonial* (Orfeu Negro, 2023), traduzido este ano e também disponível na Biblioteca das Insurgentes, Vergès traz-nos agora um ensaio onde remete em causa o modelo do museu ocidental, apelando à invenção de uma outra via que designa por «pós-museu».

Ao longo dos últimos 20 anos temos assistido a múltiplos fenómenos de contestação do museu ocidental; este ensaio leva-nos a descobrir estes movimentos. Entre, por um lado, os pedidos de restituição de objectos pilhados durante a colonização, e, por outro lado, múltiplas acções de activistas denunciando o tipo de empresas que oferecem financiamento a estas instituições, tudo aponta hoje para a necessidade de questionar a forma como elas existem e compactuam com o capitalismo racial ecocida. O exemplo mais utilizado por Vergès é o do museu do Louvre, o museu mais visitado do mundo, e cujo acervo resulta, em parte, da pilhagem de obras de arte durante o império napoleónico. Todos os outros museus europeus se foram construindo com base no modelo do Louvre, que representou, na altura, o símbolo da grandeza e superioridade do império francês.

Neste sentido, Vergès assinala que «os pedidos de restituição de objetos remetem para uma longa história de expropriação, que por sua vez faz eco à extração como lógica do capitalismo racial». Esta aliança entre o museu, a construção simbólica do Estado-nação ocidental e o capitalismo extractivista está, porém, longe de ser apenas histórica, continuando a fazer parte da lógica de funcionamento dos museus. Vergès evoca o facto de que, apesar do relatório Savoy-Sarr de 2018 ter aberto o caminho às restituições, muitas direções de museus dificultam-nas, por exemplo, com o argumento paternalista do «atraso técnico», ou seja, de que os países de origem não reúnem as condições necessárias à conservação de certos objectos, ou de que vão «destruí-los» caso se trate de arte fúnebre. Todos estes argumentos têm implícita uma lógica etnocêntrica segundo a qual os critérios culturais dos outros povos são inferiores aos critérios ocidentais e revelam o medo dos conservadores de que estes pedidos esvaziem os museus e os façam perder o seu prestígio.

A autora evoca também a hierarquia racial, de género e de classe presente nestas instituições, exemplificada nas condições de trabalho das pessoas que efectuam a limpeza e a manutenção destes espaços, que são maioritariamente pessoas racializadas. Nesta linha, Vergès consagra ainda várias páginas à recente construção do Louvre Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, acusando a administração do museu de ter fechado os olhos às chamadas de atenção de diversas ONG's e coletivos de artistas – Human Rights Watch e Gulf Labor Artist Coalition, por exemplo – acerca das condições de trabalho de milhares de migrantes neste país.

Vergès evoca ainda a parceria entre o Louvre e a petrolífera Total Energie – que financia diversas exposições neste e noutros museus – denunciada pela Greenpeace France em 2021. Além de lavar a sua imagem, para a Total a associação ao Louvre é uma alavanca diplomática que permite ganhar o apoio de certas elites para fazer abrir portas e instalar o seu poder em certos países do Sul global. Ou, por outras palavras, trata-se de usar a cultura como instrumento de *soft power*, neste caso continuando a explorar recursos africanos através de projectos ecocidas: poder-se-á, a título de exemplo, citar o EACOP, um oleoduto aquecido actualmente em construção e que será, em 2025, o maior do mundo, atravessando zonas naturais protegidas e fontes de água importantes no Uganda, no Quénia e na Tanzânia. A questão do mecenato privado nos museus públicos e na arte de modo geral, através das fundações, é longamente abordada. Vergès vem mostrar-nos de que forma o desinvestimento estatal na cultura abriu portas a que o capitalismo filantrópico se infiltrasse totalmente no mundo das artes, permitindo a grandes empresas e magnatas praticar o *artwashing* em toda a impunidade, por vezes com benefícios fiscais. Ao aceitarem este tipo de mecenatos, as instituições museológicas fecham os olhos às práticas nefastas de tantas multinacionais, demonstrando de que lado da barricada está o seu engajamento político.

Vergès passa ainda em revista algumas acções levadas a cabo por militantes para denunciar a hipocrisia deste sistema, analisando as acções do grupo norte-americano Decolonize This Place! em diversos museus. Assinala como a estratégia do capitalismo é sempre a da pacificação, ou seja,

Uma cópia do livro "Programme de désordre absolu. Décoloniser le musée" da Françoise Vergès está disponível para empréstimo na Biblioteca das Insurgentes, aberta às terças-feiras entre as 16h e as 19h, na Sirigaita, Rua dos Anjos 12/f.

Refira-se ainda que em setembro de 2023, a brasileira Ubu Editora, traduziu em ebook o livro sob o título "Decolonizar o museu. Programa de desordem absoluta"

> Esta aliança entre o museu, a construção simbólica do Estado-nação ocidental e o capitalismo extractivista está, porém, longe de ser apenas histórica, continuando a fazer parte da lógica de funcionamento dos museus.

a de integrar as críticas que lhe são feitas para as enfraquecer. É assim que o antiracismo e o ecologismo liberais vieram a ganhar terreno, manifestando-se por exemplo nas políticas de «inclusão» e «diversidade» que são agora os adágios em voga em todos os países capitalistas. Disso é exemplo a instauração de quotas – oficiais ou oficiosas – para pessoas racializadas e mulheres para cargos de responsabilidade em museus e outras instituições culturais. «O multiculturalismo tornou-se numa ideologia e numa prática de governo em que o Estado se afasta da forma estática monocultural para, assim, disciplinar melhor os subalternos.»

Que soluções? Além das restituições materiais de obras, Vergès evoca também outras formas de reparação que o Ocidente poderia ter em consideração, que têm a ver com as condições materiais de existência dos museus. «A digitalização deveria fazer parte das reparações que o Ocidente deve a estes países», afirma, pensando na economia de extração mineral na RDC que alimenta a tecnologia mundial. Dever-se-ia, pois, começar por questionar «as formas de extração dos materiais que permitem o funcionamento dos museus», e, logo em seguida repensar «a subcontratação de pessoas na segurança e na limpeza, a formação intelectual (...), os financiamentos, o valor da entrada (...) e a história das coleções». A um nível mais abstracto, o museu deveria ser reinventado através de um «programa de desordem absoluta», recorrendo à imaginação e descolonizando a forma de apresentar a arte. Vergès oferece dois exemplos que ela mesma colocou em prática desta tentativa: as visitas guiadas que organizava ao Museu do Louvre, e o projecto de museu que desenvolveu na Ilha da Reunião, o MCUR.

As visitas ao Louvre pretendiam procurar nos quadros de entre os séculos XVI e XIX o que estava ausente, procurar a presença espectral da figura do escravo. Focando-se nos produtos da escravatura, Vergès conduzia os visitantes a observar o açúcar, o tabaco, o café, o algodão, mostrando como estas «representações naturalizaram a escravatura, fazendo dela um sistema de produção como qualquer outro.» O MCUR foi uma tentativa de criar um museu desmaterializado: como criar um museu de um povo sem objectos? Como é que a injunção à representação, típica do neoliberalismo, nos impede de pensar noutras possibilidades? Instalações sonoras com cantos autóctones, várias línguas a ecoar num espaço. «O pós-museu, ainda não sabemos o que será», disse numa entrevista, «é preciso deixar acontecer». O último capítulo, «Epílogo. Tácticas decolonais», deixa algumas pistas e exemplos, apontando para o futuro, relembrando que o que o sistema sempre fez é mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma; para matar este modelo, é necessário construir espaços de liberdade: talvez assim possa surgir um mundo novo.

Resgatar a cultura anarquista em portugal

O Anarquismo e a Arte de Governar Portugal (1890-1930)
Diogo Duarte
Livros Outro Modo, Lisboa, 2023, 366 pp.

JÚLIO HENRIQUES

A grande experiência da cultura política anarquista e sindicalista revolucionária que floresceu na sociedade portuguesa entre finais do século XIX e o início dos anos 1930, altura em que se viu reprimida pela força e destruída, com a implantação da ditadura militar (1926) que deu lugar ao regime fascista, não pôde transmitir-se às gerações seguintes. Os libertários sobreviventes, reduzidos em número e subsistindo numa clandestinidade extremamente precária, sem apoios externos, não puderam assegurar essa transmissão. Ao mesmo tempo, o PCP, fundado em 1921 e contando a breve trecho, quando se desenvolveu na clandestinidade, com o fundamental apoio da URSS, tornou-se a organização mais importante na oposição ao regime ditatorial, contribuindo isso também para a longa ocultação da experiência anarquista. E esta experiência, que foi a maior do movimento operário português no período referido, acabou por se tornar a bem dizer ignorada pelas jovens gerações oposicionistas que a partir de meados dos anos 60 tiveram como única referência, mesmo à esquerda do PCP, o marxismo-leninismo, na versão estalinista ou trotskista, do que resultou a clara predominância de organizações dogmáticas no pós-25 de Abril de 1974. Perdeu-se assim, durante cerca de quarenta anos, a ligação com aquele que tinha sido o mais avançado e fértil movimento revolucionário gerado na sociedade portuguesa.

Esse fio foi retomado na imediata sequência do derrube da ditadura, em 1974. Mas ainda hoje é limitado um activo conhecimento público dessa história revolucionária.

Esta obra do jovem historiador e antropólogo Diogo Duarte, investigador na Universidade Nova de Lisboa, é uma forte contribuição para o resgate da cultura anarquista em Portugal. Há, sem dúvida, obras anteriores, a começar pelo livro, essencial, de João Freire, *Anarquistas e Operários* (Afrontamento, 1992), que promovem este mesmo resgate, mas o presente trabalho começa por ajustar contas com a historiografia portuguesa, porque esta é também uma parte, e bem extensa, da ocultação a que aludimos. Para resgatar a cultura política anarquista da condescendência com que tem sido abordada em Portugal, Diogo Duarte faz um prévio levantamento da historiografia que desde há muito tem silenciado, por força de preconceitos ideológicos ou de contestáveis critérios interpretativos, aquela que foi entre nós a larga aventura do movimento operário *anarquista*.

Com efeito, o propósito deste livro não é apresentar uma cronologia heróica ou hagiográfica do anarquismo na região portuguesa, é dar-nos a conhecer por dentro, intimamente, as práticas, os saberes, as dúvidas, as descobertas, os contrastes e diversidades, as interrogações, as libertadoras propostas e formulações que ao longo deste período histórico e nas condições portuguesas foram dando corpo ao homem e à mulher anarquistas, no plano individual, social, cultural. Expondo assim uma aventura arrebatadora, com ecos que claramente ressoam nos nossos dias e no chão que pisamos. E desse modo nos mostrando, em retrospectiva, o enorme desastre que foi o seu aniquilamento.

Registamos os eloquentes nove capítulos em que esta obra se divide: Anarquismo, historiografia e poder. - «O governo de cada um de si mesmo»: ciência, razão e liberdade. - O ensino escolar e a preparação para a vida. - «Enriquecer o cérebro, burilar o sentimento»: arte, propaganda e lazer. - O aperfeiçoamento da espécie: natureza, evolucionismo e degeneração. - O mundo por pátria e a emancipação de todas as raças. - Entre o lar e a fábrica: a emancipação feminina e a mulher operária. - Controlar a população e disciplinar o indivíduo: biopolítica, neomalthusianismo e homossexualidade. - Anarquismo, modernidade e a arte de governar.

Ferreira De Castro, João Evangelista Campos Lima e o Neo-Realismo Português
António Cândido Franco
Barricada De Livros, Lisboa, 2023, 208 pp.

JÚLIO HENRIQUES

No plano dos estudos literários, António Cândido Franco traz-nos uma contribuição que vai no mesmo sentido do livro de Diogo Duarte, sendo de realçar a sua coincidência cronológica. Com este volume, o editor e animador da revista *A Ideia* procede a uma contra-história, a uma história dos vencidos – dos vencidos, também neste caso, igualmente pela historiografia. Com efeito, a história canónica do neo-realismo português (aquela que até hoje tem sido contada) surge sempre associada à área de influência ideológica do PCP e suas imediações, sendo por isso mesmo apresentada com início em 1939, com a publicação de *Gaibéus,* de Alves Redol. Ora, um tal critério põe de parte e oculta a criação literária do novo realismo, ou realismo social, que se desenvolveu na década de 1920 no âmbito das publicações do movimento operário anarquista e, em particular, do diário *A Batalha* (1919-1927) e do seu suplemento literário semanal. E não tem sequer em conta as relevantes obras ficcionais de autores como Ferreira de Castro ou Campos Lima, os dois escritores libertários sobre os quais ACF se debruça principalmente.

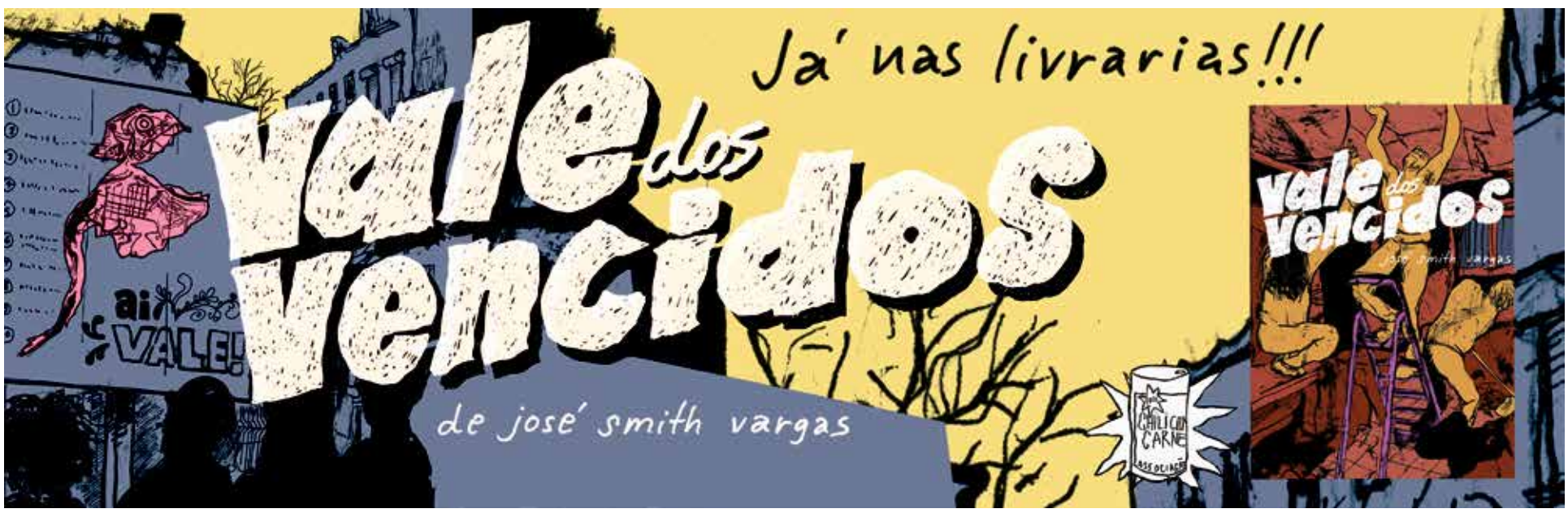
O autor mostra assim que esta «primeira literatura neo-realista produzida no âmbito das publicações operárias da CGT» (Confederação Geral do Trabalho, sindicalista revolucionária) tem sido sistematicamente excluída, como se não existisse, com base em critérios interpretativos inaceitáveis. E que isso não se deve a ela ter sido «uma literatura pobre e insignificante, cuja única valia residia apenas no ponto de vista de classe, o do operariado organizado e consciente, e que só depois com as colecções coimbrãs dos anos 40, colaboradas por jovens académicos [...], essa incipiência inicial ganhou visos de seriedade e de consciência artístico-literária». Esta literatura, passando «por fases distintas de evolução», amadureceu, fermentou e deu logo no final da década de 20 «duas obras maiores das novas tendências do realismo social português no século XX», os romances *Emigrantes* (1928) e *A Selva* (1930), de Ferreira de Castro, que tiveram eco europeu e mundial «e que é acertado hoje encarar como duas obras-primas do nosso neo-realismo».

> «A primeira literatura neo-realista produzida no âmbito das publicações operárias da CGT» tem sido sistematicamente excluída, como se não existisse

Neste livro estimulador, ACF faz de forma introdutória uma vigorosa síntese da complexa evolução estética que foi desaguar no realismo oitocentista e passou depois para o realismo social, ou neo-realismo, introdução que muito contribui para uma cabal compreensão deste último. Designadamente quando depois, na parte mais extensa desta obra, se detém na figura de João Evangelista Campos Lima (1877-1956), militante, publicista, tradutor – o primeiro tradutor em Portugal de Louis-Ferdinand Céline –, editor e autor libertário que ACF resgata de um longo e injusto esquecimento.

NOTAS

1 Com a única excepção, refere ACF, do livro de Ricardo António Alves, *Anarquismo e Neo-Realismo – Ferreira de Castro nas Encruzilhadas do Século* (Lisboa, Âncora, 2002).



mapa: Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 39
OUTUBRO-DEZEMBRO 2023
3000 EXEMPLARES

Não me escutes as conversas

GUILHERME LUZ
GUI.LUZ@JORNALMAPA.PT

DIGITALE FREIHEIT

Em 2022, a Comissária Europeia para os assuntos internos, Ylva Johansson, apresentou a proposta de regulação europeia para a prevenção e combate ao abuso sexual infantil (regulação CSA). Embora as novas regras tenham como intuito a proteção de crianças, têm estado sob uma chuva de críticas por parte de dezenas de associações de defesa da liberdade de expressão e direitos digitais europeias já que, na prática, vão obrigar a que as empresas fornecedoras de serviços de Internet tomem medidas que implicam a monitorização de todas as conversas legítimas de qualquer cidadão. Se for aprovada, a regulação CSA exigirá que os fabricantes de aplicações de comunicações digitais, tais como Whatsapp ou Signal, sejam obrigados a incluir funções de monitorização para analisar conversas e ficheiros multimédia enviados. Este processo seria monitorizado por uma autoridade central que definiria os critérios com que as pesquisas devem ser realizadas. Para que isto funcione será necessário contornar a encriptação e a segurança fornecida com essas aplicações. Em Portugal a campanha *chatcontrol.pt* foi lançada em setembro passado e junta a Associação D3 - Defesa dos Direitos Digitais, a Associação Nacional para o Software Livre (ANSOL), o Capítulo Português da Internet Society (ISOC PT), a Associação Portuguesa para a Promoção da Segurança da Informação (AP2SI), e a Associação de Empresas de Software Open Source Portuguesas (ESOP).

Qual a posição da campanha relativamente à regulação CSA da Comissão Europeia?

As associações que integram a campanha ChatControl.pt têm como posição a defesa da encriptação das comunicações e da privacidade. A proposta CSA tem um objetivo nobre, mas obrigará as plataformas a monitorizar todas as mensagens e ficheiros enviados, incluindo plataformas que usam encriptação. Detectar este tipo de conteúdos significa implementar um sistema de vigilância massiva sobre as comunicações privadas dos cidadãos. Uma lei que coloca em risco todas as pessoas, incluindo aquelas que diz querer proteger, não pode ser uma boa lei. Os ataques à privacidade e à encriptação devem ser removidos da proposta e avançar com o resto.

Quão eficazes serão as medidas propostas na proteção de crianças e menores dos mais diversos abusos online (abusos de poder, sexuais, psicológicos)? Existem alternativas mais eficazes de proteger crianças e jovens destes abusos?

O Comité Europeu para a Proteção de Dados, que reúne as autoridades nacionais de proteção de dados, emitiu um parecer negativo, onde observa que tem poucas ou nenhumas evidências de que a lei como está proteja as crianças, corroborado pelo estudo de impacto independente encomendado pelo Parlamento Europeu. Vários sobreviventes e associações de proteção à criança avisaram que a lei prejudicará as vítimas, uma vez que estas também usam comunicações encriptadas para pedirem apoio. Várias autoridades, como polícia e promotores públicos, sublinharam que a lei não só não resolve os problemas que enfrentam como fará aumentar falsos positivos, para os quais não têm recursos e fazendo perder tempo a quem investiga estes crimes. Existem soluções alternativas que sabemos serem mais eficazes como apostar na prevenção, nos serviços sociais e linhas de apoio, restruturar as autoridades que investigam estes crimes, ou transpor a legislação anterior, que ainda não foi implementada em alguns países.

Que organizações (ONGs, empresas) e Estados têm interesse na aprovação desta proposta e porquê?

Empresas que vendem o software de vigilância e as ferramentas de inteligência artificial que passarão a ser utilizadas pelas plataformas. Organizações que se apresentam como defensoras das crianças, mas têm ao mesmo tempo interesses comerciais, como descoberto recentemente por uma investigação jornalística colaborativa [1]. Estas alegações de conflito de interesses e de ligações estreitas, incluindo possíveis interesses e apoios financeiros, entre a Comissão e essas entidades, são muito sérias e devem ser investigadas. Tal como, aliás, o facto de a Comissão estar a realizar uma campanha publicitária com anúncios direccionados aos cidadãos dos países cujos Governos, no Conselho, têm mostrado reservas, incluindo Portugal. Estes anúncios omitem as desvantagens da proposta e as críticas que recebeu. Visam manipular os cidadãos desses Estados-membros de forma a que pressionem os seus Governos a aceitar a proposta. Uma interferência injustificável no processo legislativo da UE [2]. Os Estados também podem ter interesse, já que o sistema idealizado monitoriza todas as comunicações de todos os cidadãos, incluindo jornalistas, advogados, e juízes. Será muito fácil a um governo de um país menos democrático obter informações.

Que papel têm as tecnologias de encriptação na garantia da liberdade de expressão, da democracia e de direitos humanos como a privacidade?

As tecnologias de encriptação são as únicas que garantem comunicações privadas e seguras. São cruciais em profissões que escrutinam os vários poderes, como o jornalismo, em entidades que combatem a corrupção ou aplicam a lei, e em comunicações sensíveis como aquelas entre os médicos e os seus pacientes. Ninguém questiona o direito de duas pessoas conversarem uma com a outra, presencialmente, de forma privada e sem que ninguém saiba ou consiga ouvir. Nas telecomunicações não deve ser diferente. Os direitos que temos offline também devem ser garantidos online.

NOTAS

1 https://rb.gy/w7d6h // https://rb.gy/zm062
2 https://rb.gy/m0gul

MAPA BORRADO
NA ÚLTIMA GREVE GERAL - QUE JÁ FOI HÁ DEZ ANOS (27.06.13)...
CALOR
FOI SEM MAIS NEM MENOS QUE ME DEU PRA ARRANCAR SEM DESTINO NENHUM
Setúbal Almada
SUL-Ponte
FOI SEM GRAÇA NEM PENSANDO NA DESGRAÇA QUE EU ENTREI PELO CALOR...
...A LUTA PARECIA ESTAGNADA, ENTÃO O BLOQUEIO DIRIGIU-SE PARA A PRAIA
O CORPO DE INTERVENÇÃO CONSEGUIU DESBLOQUEAR A AUTOESTRADA
E INVADIU UM BAIRRO SOCIAL COLADO AO VIADUTO PARA ESTACIONAR E IDENTIFICAR OS VERANEANTES.
OS VIZINHOS ASSISTIAM ENQUANTO MANDAVAM BOCAS AO C.I.
DURANTE TODO O DIA, ATÉ DEPOIS DA MEIA-NOITE, CONVIVERAM COM OS PROCESSADOS DEMONSTRANDO UMA INVULGAR EMPATIA.
SERÁ COINCIDÊNCIA QUE NESTA ILHA DE BETÃO
ANOS DEPOIS SURJA UMA AGROFLORESTA CRIADA POR VIZINHOS, AMIGOS E VOLUNTÁRIOS.
AGROFLORESTA DA BELA FLOR
UMA ILHA DE BETÃO...
FOI COM ESPERANÇA SEM LIGAR MUITA IMPORTÂNCIA AQUILO QUE A VIDA QUER
QUE JUNTA O BAIRRO DA HORTA À MESA
UMA ILHA DE BETÃO, ARBUSTOS, PALHA E HUMIDADE NOS SOLOS.
BATI
ACABAR POR SE ENCONTRAR NAQUILO QUE NINGUÉM QUER
JOSÉ VARGAS '23 (PERIT AGROFLORESTA BELA FLOR RESPIRA / CANTINA X ESA / AZS AZUL)